



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério do Meio Ambiente

Processo Nº 02000.001259/2015-98

Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

Interessado: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima (SEPLAN) E Instituto de Amparo à Ciência,

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado de Roraima, por meio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima. 1º Volume.

INTERESSADO:


ASSUNTO:

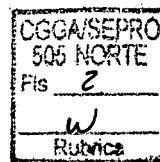
CÓDIGO:

OUTROS DADOS:

MOVIMENTAÇÕES

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA		SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	224		15 / 07 / 15	19			/ /
02			/ /	20			/ /
03			/ /	21			/ /
04			/ /	22			/ /
05			/ /	23			/ /
06			/ /	24			/ /
07			/ /	25			/ /
08			/ /	26			/ /
09			/ /	27			/ /
10			/ /	28			/ /
11			/ /	29			/ /
12			/ /	30			/ /
13			/ /	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /

 <div>MMA</div>	<div>GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD</div>	<div>Nº</div> <div>Data:</div>	
<div>IDENTIFICAÇÃO</div>			
<div>Tipo e Número</div> <div>Ofício SEPLAN/GAB/OFÍCIO nº 127/2015</div> <div>Procedência</div> <div>Departamento de Zoneamento Territorial (DZT/SEDR)</div> <div>Registro</div> <div>00000.016543/2015-00</div> <div>Interessado</div> <div>Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima (SEPLAN) e Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima (IACTI)</div>		<div>15/07/2015 15:50:06</div> <div>Ministério do Meio Ambiente</div> <div>Processo Nº 02000.001259/2015-98</div> <div>Unid.Atuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO</div> <div>Interessado: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima (SEPLAN) E Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima (IACTI), visando a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima. 1º Volume.</div> <div>Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado de Roraima, por meio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima. 1º Volume.</div>	
<div>Assunto</div> <div>Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado de Roraima, por meio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima.</div>			
<div>PROVIDÊNCIAS</div>			
<div> <input checked="" type="radio"/> Autuação <input type="radio"/> Arquivamento <input type="radio"/> Abertura de volume <input type="radio"/> Encerramento de volume <input type="radio"/> Desarquivamento </div> <div> <input type="radio"/> Reconstituição do processo nº _____ </div> <div> <input type="radio"/> Outros _____ </div>			
<div>Justificativa (no caso de reconstituição do processo)</div>			
<div>Nome e ramal para contato após providência:</div> <div>Bruno Abe Saber Miguel - ramal 1214</div>			
<div>AUTENTICAÇÃO</div>			
<div>Solicitante</div> <div>Data: 15 / 07 / 2015</div> <div> Bruno Abe Saber Miguel Gerente do Programa ZEE Brasil MMA </div> <div> Bruno Abe Saber </div> <div>Carimbo/Assinatura</div>		<div>Protocolo Central/Unidade Protocolizadora</div> <div>Recebi em: 15 / 07 / 2015 Hora: 15 : 50</div> <div> Wilmington Chaves </div> <div>Assinatura</div>	



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.016543/2015-00

Data do Protocolo: 22/06/2015

Hora do Protocolo: 17:19:51

Nº do Documento: 127

Data do Documento: 12/06/2015

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO]

Signatário/Cargo: ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA/Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

Resumo: Interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica entre MMA/GERR.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º do DZT,
Para análise e providências.
Abrode 22/6/2015

ROSELI BUENO DE ANDRADE

Chefe de Gabinete da

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA

2º AO ZEE,
para análise e providências.
em: 24.06.2015

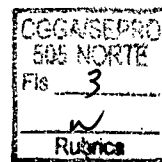
Nazaré Soares
Diretora Substituta do Departamento de Zoneamento Territorial
SEDRE/MMA

5º

6º



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



SEPLAN/GAB/OFÍCIO Nº 127/2015

Boa Vista-RR, 12 de junho de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Gabinete do 7º andar

BRASÍLIA/DF

Assunto: Interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica entre MMA/GERR.

Senhor Secretário,

Cumprimentando Vossa Senhoria, e considerando a relevante estratégia do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE para gerar ambiência favorável ao desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima, a Exma. Senhora Governadora Suely Campos, em p.p., reuniu-se com a Ministra Izabella Teixeira onde foi deliberada sobre a importância de celebrar um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo deste Estado, para a execução do ZEE-RR.

Para tanto, o Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento e o Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação, órgãos responsáveis pela coordenação do ZEE, vem apresentar, formalmente, o interesse em celebrar esse Acordo de Cooperação Técnica, no sentido de se trabalhar os desafios de elaboração e implementação desse instrumento fundamental de planejamento e ordenamento territorial.

Certos de contarmos com o apoio de Vossa Senhoria, colocamo-nos à disposição para maiores detalhes.

Atenciosamente


ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento


MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação – IACTI/RR



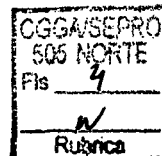
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Rua Coronel Pinto, 267

CEP: 69.301-150 - Centro - Boa Vista - RR - Brasil

Fone / Fax: 95 3623-1909 (GAB)

seplan.rr.gov.br

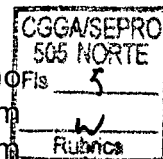


Ministério do Meio Ambiente

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE RORAIMA

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**, órgão da Administração Direta Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco B, apto. 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.736-020, portador da Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS), inscrito no CPF sob o nº 606.955.950-91 e nomeado Secretário pela Portaria nº 1.080, publicada no Diário Oficial da União em 03 de julho de 2015, e o **ESTADO DE RORAIMA**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 84.012.012/0001-26, com sede na Rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista/RR, CEP 69.301-150, neste ato representada por seu Secretário, **ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua do Cajueiro, nº 133, bairro conjunto Caçari 1, Boa Vista/RR, CEP 69.307-510, portador da Carteira de Identidade nº 140.809 (SSP/RR), inscrito no CPF sob o nº 362.801.279-15 e nomeado Secretário pela Portaria nº 024-P, publicada no Diário Oficial do Estado em 01º de janeiro de 2015, e do **INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA – IACTI**, órgão da Administração Indireta Estadual, inscrito no CNPJ sob o nº 10.979.689/0001-00, com sede na Rua Domingos Braga, nº 44, bairro São Francisco, Boa Vista/RR, CEP 69.305-220, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **MARCELO MAGALHÃES NUNES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Cicero Correia de Melo Filho, 1.881, Bairro Caraná, Boa Vista/RR, CEP 69.313-592, portador da Carteira de Identidade nº 140.813 (SSP/RR), inscrito no CPF sob o nº 646.455.762-93 e nomeado Diretor Presidente pelo Decreto nº 594-8, publicado no Diário Oficial do Estado em 07 de abril de 2015, e por seu Diretor de Pesquisa, Tecnologia em Gestão Territorial, **LURENES CRUZ DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Vovó Júlia, nº 920, bairro Caimbe, Boa Vista/RR,

CEP 69.312-208, portador da Carteira de Identidade nº 73.931 (SSP/RR), inscrito no CPF sob o nº 323.114.272-53 e nomeado Diretor de Pesquisa, Tecnologia em Gestão Territorial pela Portaria nº 103-P, publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de abril de 2015, que resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre os Partícipes visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante na Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPIES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos Partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado de Roraima no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima;

d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado de Roraima, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

e) colocar à disposição do Estado de Roraima as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) auxiliar o Estado de Roraima no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado de Roraima;

g) discutir com o Estado de Roraima o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado de Roraima; e

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II – Compete ao Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado de Roraima para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

b) articular o Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado de Roraima em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICÍPEIS

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

Parágrafo único. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes, ~~sendo vedada sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.~~

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

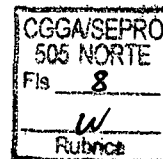
CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 meses (vinte e quatro meses), a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência,

mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.



CLÁUSULA ONZE – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica consignado os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordô de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

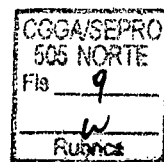
Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, na forma da lei e no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.



E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de de 2015.

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

MARCELO MAGALHÃES NUNES
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do
Estado de Roraima – IACTI

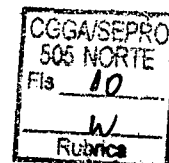
LURENES CRUZ DO NASCIMENTO
Diretor de Pesquisa, Tecnologia em Gestão Territorial do Instituto de Amparo à
Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

PLANO DE TRABALHO



1. DADOS CADASTRAIS

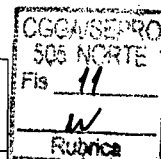
ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento		CNPJ/MF: 84.012.012/0001-26
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n.º 167, Bairro Centro		
CIDADE: Boa Vista	UF: Roraima	CEP: 69.301-150
NOME DO RESPONSÁVEL: Alexandre Alberto Henklain Fonseca	CPF: 362.801.279-15	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 140809 (SSP/RR)		
ENDEREÇO: Rua do Cajueiro, nº 133, bairro conjunto Caçari, Boa Vista/RR		

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 10.979.689/0001-00
ENDEREÇO: Rua Domingos Braga, n.º 44, Bairro São Francisco		
CIDADE: Boa Vista	UF: Roraima	CEP: 69.305-220
NOME DO 1º RESPONSÁVEL: Marcelo Magalhães Nunes	CPF: 646.455.762-93	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 140.813 (SSP/RR)		
ENDEREÇO: Cicero Correia de Melo Filho, 1.881, Bairro Caraná, Boa Vista-RR		
NOME DO 2º RESPONSÁVEL: Lurenes Cruz do Nascimento	CPF: 323.114.272-53	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 73.931 (SSP/RR)		
ENDEREÇO: Rua Vovó Julia, n.º 927, Bairro Caimbe, Boa Vista-RR		

2. OUTRO PARTÍCIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	CNPJ/MF: 37.115.375/0001-07
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”, sala 700	

CIDADE: Brasília	UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-901
NOME DO RESPONSÁVEL: Carlos Mário Guedes de Guedes		CPF: 606.955.950-91
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 3.036.435.679	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/RS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

Prazo para execução:

24 meses.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado de Roraima realizará, com diferentes níveis de detalhamento, a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil roraimense.

Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado de Roraima, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, sejam feitas a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado de Roraima como área de abrangência, qual seja, o MacroZEE da Amazônia Legal.

Nesse contexto a parceria com o MMA reveste-se de fundamental importância em função da experiência de seus técnicos e do volume de informações disponíveis no âmbito do Governo Federal, particularmente no MMA, que podem ser utilizadas em favor da implantação do ZEE de Roraima bem como em outros projetos e estudos a serem desenvolvidos no estado.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelos demais órgãos e autarquias do MMA e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do contrato

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
FASE 1	Planejamento, levantamento e sistematização de informações		1	100
META 1	Apresentar o termo de referência que orientou a elaboração do ZEE do Estado de Roraima	Termo aprovado pelo Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	1	15
META 2	Apresentar os registros (editais de convocação, listas de presença, atas e sistematização da incorporação – ou não – das contribuições recebidas) das audiências públicas realizadas sobre o ZEE do Estado de Roraima, bem como relatos de outros eventuais mecanismos empregados para garantir a participação social no processo de elaboração do zoneamento	Edital de convocação, listas de presença, atas e sistematização, filmagens, e fotos aprovados	15	30
META 3	Apresentar banco de dados relativo ao ZEE do Estado de Roraima estruturado de acordo com os grandes eixos temáticos que compõem a etapa de diagnósticos do ZEE. Priorizando meio físico-biótico, dinâmica socioeconômica e organização jurídico-institucional e apresentando os metadados, da carta de vulnerabilidade do meio físico-biótico, da carta de potencialidade social e do mapa de gestão do território, em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Inde	Banco de dados apresentados e aprovados	30	100
FASE 2	Diagnósticos, cenários e proposta de gestão do ZEE do Estado de Roraima		100	210
META 4	Apresentar relatórios e mapas de: 1) Geologia; 2) Geomorfologia; 3) Pedologia; 4) Clima; 5) Vegetação; 6) Fauna; 7) Hidrologia; 8) Antropologia; 9) Estudo Sócio Econômico; 10) Gestão Territorial; 11) Vulnerabilidades; 12) Biodiversidade; 13) Cenários, 14) Zonificação, 15) Arcabouço Jurídico Institucional e 16) Aptidão Agrícola - Serão apresentados os cenários tendenciais e alternativos elaborados para a área de abrangência do ZEE do Estado de Roraima - Serão apresentadas as informações relativas ao potencial madeireiro, ao	Relatórios e mapas aprovados	100	160

potencial dos produtos florestais não-madeireiros, aos indicadores de perda de biodiversidade e à quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do estado

- Serão explicitados os valores de vulnerabilidade/estabilidade atribuídos para cada classe dos temas que compõem as unidades dos sistemas ambientais e o mapa de vulnerabilidade natural à perda de solos do Estado de Roraima

- Serão indicados os corredores ecológicos na área de abrangência do ZEE do Estado de Roraima

- Serão consideradas as lacunas identificadas no diagnóstico socioeconômico do Estado de Roraima, bem como explicitada a metodologia empregada para o mapeamento da potencialidade socioeconômica do Estado de Roraima, com a apresentação dos indicadores utilizados desagregados por município, bem como o estudo relativo às populações tradicionais presentes na área de abrangência do ZEE

- Será a apresentada a carta de incompatibilidades legais prevista no inciso VII do art. 13 do decreto nº 4.297/2002, conforme determina o Acórdão nº 2.468/2009, do Tribunal de Contas da União

- Será apresentada a proposta de gestão do ZEE para o Estado de Roraima, com a divisão do território em zonas e subzonas de gestão bem como os critérios de limites e as respectivas diretrizes gerais e específicas, observando os critérios definidos no artigo 14 do decreto nº 4.297/2002

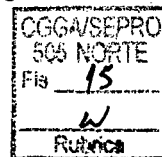
- Serão indicados os planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como, no âmbito estadual, suas respectivas fontes de recursos que possam viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona

META 5	Realizar oficinas de sensibilização, debates e contribuição de propostas da sociedade civil, sociedade civil organizada, órgãos federais e estaduais para o ZEE/ RR	Relatórios e listas de presenças nas oficinas	160	180
META 6	Realizar seminário de apresentação do ZEE a sociedade civil para discussão e validação final dos mapas de gestão e das diretrizes propostas	Ata da consulta pública elaborada e aprovada	180	200

META 7	Consolidar proposta final do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	Proposta final aprovada	200	210
FASE 3	Institucionalização do ZEE do Estado de Roraima e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução		210	290
META 8	Disponibilizar o banco de dados associado ao ZEE do Estado de Roraima ao público interessado no sítio eletrônico do governo do estado	Procedimentos disponibilizados.	210	230
META 9	Elaborar indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	Indicadores elaborados	230	240
META 10	Revisar o marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	Marco legal revisado	240	250
META 11	Aprovar o novo marco legal pela Assembleia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	Marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	250	280
META 12	Realizar os ajustes finais e impressão dos mapas temáticos e relatórios técnicos	Materiais gráficos publicados	280	290
FASE 4	Reconhecimento do ZEE do Estado de Roraima pela União e capacitação dos agentes públicos e privados		290	730
META 13	Encaminhar o ZEE ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	Estudos do ZEE encaminhados a CCZEE	290	300
META 14	Analisar e aprovar o ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	300	390
META 15	Tramitar o ZEE no Conama, se necessário	Atas das reuniões do Conama elaboradas	390	450
META 16	Publicar o decreto federal homologando recomendação do Conama de redução da reserva legal, para fins de recomposição	Decreto publicado no Diário Oficial da União.	-	-
META 17	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	Relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	400	730

OBS: (*) dias a partir da assinatura do contrato

E, para validade do que pelos Partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.



Brasília – DF, _____ de _____ de 2015.

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

MARCELO MAGALHÃES NUNES
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR

LURENES CRUZ DO NASCIMENTO
Diretor de Pesquisa, Tecnologia em Gestão Territorial do Instituto de Amparo à
Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

III - Direção Executiva

- a) Presidência;
- b) Vice-presidência;
- c) Secretaria Geral;
- d) Procuradoria;
- e) Diretoria do Registro Mercantil
 1. Divisão de Protocolo e Arquivo;
 2. Divisão de Registro de Livros Mercantis;
 3. Divisão de Cadastro e Autenticação.
- f) Diretoria Administrativa Financeira
 1. Divisão de Administração, Orçamento e Finanças;
 2. Divisão de Contabilidade;
 3. Divisão de Informática e Estatística.

IV - Órgãos Representativos

1. Escritórios Regionais

Parágrafo único. O Estatuto da JUCERR disporá sobre a organização e funcionamento dos órgãos de que trata este artigo, aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo no prazo de cento e vinte dias a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criados os cargos em comissão e as funções de confiança da JUCERR, de acordo com anexo I, integrante desta Lei.

Art. 7º O ingresso no quadro efetivo da JUCERR dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 8º Poderão ser postos à disposição da JUCERR, para prestação de serviços até a aprovação de quadro de pessoal permanente, servidores públicos da administração direta, indireta e fundacional do Estado.

Art. 9º A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Económico de Roraima prestará à JUCERR, até a definitiva implantação de seu quadro de pessoal permanente e do plano de cargos e salários, o apoio administrativo que se fizer necessário.

Art. 10. Os bens móveis e imóveis ora em uso pela Junta Comercial do Estado de Roraima passarão a integrar o patrimônio da autarquia regulamentada por esta Lei.

Art. 11. No caso de dissolução da autarquia, seus bens e direitos passa a integrar o patrimônio do Estado.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos - RR, 16 de Janeiro de 2003.

FRANCISCO FLAMARION PORTELA
Governador do Estado de Roraima

ANEXO I

Quadro de Cargos Comissionados da JUCERR

PRESIDENTE	01		7.807,59	7.807,59
VCE-PRESIDENTE	01		6.246,07	6.246,07
SECRETARIO-GERAL	01	CNES-I	4.286,52	4.286,52
DIRETORIA	02	CNES-II	3.000,00	6.000,00
CHEFE DE GABINETE	01	CNES-III	2.000,00	2.000,00
PROCURADOR	01	CNES-III	2.000,00	2.000,00
CHEFE DE CONTROLE INTERNO	01	CNES-III	2.000,00	2.000,00
CHEFE DE DIVISÃO	06	CDS-I	1.500,00	9.000,00
ASSESSOR TÉCNICO	02	CDI-I	1.000,00	2.000,00
SECRETARIA DE GABINETE	01	FAI-I	415,75	415,75
SECRETARIA DE DIRETORIA	05	FAI-II	353,39	706,78
SECRETARIA DE CHEFE DE DIVISÃO	06	FAI-III	300,37	1.802,22

LEI DELEGADA Nº 07 DE 16 DE JANEIRO 2003.

Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução nº 014, de 18 de dezembro de 2002, da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, decreta a seguinte Lei:

Art. 1º A Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio, passa a denominar-se Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.

Art. 2º A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento tem por finalidade coordenar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas visando o desenvolvimento económico, social e institucional do Estado, propor e executar políticas relativas ao orçamento e a tecnologia da informação, bem como disponibilizar para a sociedade informações sócio-econômicas e indicadores conjunturais da economia do Estado.

Art. 3º O Departamento de Informática passa a denominar-se Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 4º Fica criado o Departamento de Economia e Estatística.

Art. 5º A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento passa a ter a seguinte estrutura organizacional básica:

I - Secretaria;

II - Secretaria Adjunta;

III - Gabinete;

IV - Assessoria Técnica;

V - Controle Interno;

VI - Departamento de Planejamento Global:

a) Divisão de Acompanhamento e Avaliação Global e Setorial;

b) Divisão de Planejamento Regional;

c) Divisão de Estudos e Projetos.

VII - Departamento de Orçamento:

a) Divisão de Programação Orçamentária;

b) Divisão de Administração do Sistema Orçamentário;

c) Divisão de Controle das Estatais.

VIII - Departamento de Economia e Estatística:

a) Divisão de Estatística;

b) Divisão de Análise Sócio-Econômica;

c) Divisão de Documentação e Informação.

VIII - Departamento de Tecnologia da Informação:

a) Divisão de Análise e Programação;

b) Divisão de Produção;

c) Divisão de Suporte.

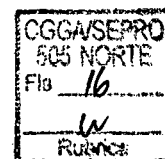
IX - Departamento de Planejamento, Administração e Finanças:

a) Divisão de Planejamento;

b) Divisão de Administração;

c) Divisão de Orçamento e Finanças.

Art. 6º Ficam criados os seguintes cargos:



I - Diretor de Departamento - CNES II - 01;

II - Chefe de Divisão - CDSI - 02;

III - Secretária de Departamento - FAI-II - 01;

IV - Secretária de Divisão - FAI-III - 02.

Art. 7º A estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento será regulamentada, no prazo de noventa dias, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias oriundas de remanejamento de projetos/atividades constantes do orçamento do Poder Executivo do Estado de Roraima, para o exercício de 2003.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos - RR, 16 de janeiro de 2003.

FRANCISCO FLAMARION PORTELA
Governador do Estado de Roraima

LEI DELEGADA Nº 08 DE 16 DE JANEIRO
DE 2003.

Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução nº 014, de 18 de Dezembro de 2002, da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, decreta a seguinte Lei:

Art. 1º A Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SOSP, criada pela Lei nº 001, de 26 de janeiro de 1991, passa a denominar-se Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SEINF.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SEINF, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo de Estado relativas a obras públicas e ao transporte, trânsito e tráfego dos setores terrestre, hidroviário e aeroviário, especialmente nos aspectos da infra-estrutura viária, estrutura operacional e logística, radiodifusão e telecomunicação, mecanismo de regulação e concessão de serviços.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SEINF, "passa a ter a seguinte estrutura organizacional básica:

I - Secretaria.

II - Secretaria-Adjunta

III - Conselho Rodoviário Estadual

IV - Junta Administrativa de Recursos e Infrações

V - Gabinete

VI - Controle Interno

VII - Assessoria Jurídica

VIII - Assessoria Técnica

IX - Comissão Setorial de Licitação

X - Departamento de Engenharia de Obras:

a) Divisão de Engenharia, Manutenção e Construção de Obras Públicas;

b) Divisão de Fiscalização, Controle e Acompanhamento de Obras;

c) Divisão de Levantamento, Quantificação de Obras e Serviços.

XI - Departamento da Infra-Estrutura de Transporte:

a) Divisão de Engenharia, Saneamento e Manutenção;

b) Divisão de Operação, Apropriação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos;

c) Divisão de Estudos Técnicos, Projetos e Topografia;

d) Divisão de Produção Asfáltica;

e) Divisão de Transportes Interestaduais e Intermunicipais;

f) Divisão de Transportes Aquaviário e Aeroviário;

g) Divisão de Normas e Procedimentos.

XII - Departamento de Arquitetura e Engenharia

a) Divisão de Urbanismo e Paisagismo;

b) Divisão de Elaboração, Cadastro e Atualização de Projetos;

c) Divisão de Levantamento, Composição e Controle de Preços;

d) Divisão de Cadastro Patrimonial e Instalações Prediais.

XIII - Departamento de Engenharia de Telecomunicações

a) Divisão de Operação e Manutenção de Radiocomunicação e Retransmissão de Televisão;

b) Divisão de Controle de Equipamentos e Materiais Eletrônicos e de Telecomunicações.

XIV - Departamento de Planejamento, Administração e Finanças - DEPLAF

a) Divisão de Planejamento;

b) Divisão de Orçamento e Finanças;

c) Divisão de Administração;

d) Divisão de Controle de Convênios.

Art. 4º Integra a Secretaria de Infra-estrutura - SEINF, o Conselho Rodoviário Estadual - CRE, órgão deliberativo para apreciação de toda e qualquer matéria relacionada com o Sistema da Infra-Estrutura de transporte rodoviário do Estado.

Art. 5º O Conselho Rodoviário Estadual - CRE, será constituído dos seguintes membros:

I - Secretário de Estado da Infra-Estrutura - Presidente;

II - um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento;

III - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

IV - um representante da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura;

V - um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

VI - um representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Passageiros do Estado de Roraima;

VII - um representante da Polícia Militar do Estado de Roraima.

Art. 6º Ficam vinculados à Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF:

I - Companhia Energética de Roraima - CER;

II - Companhia de Águas e Esgoto de Roraima S.A. - CAER.

Art. 7º A estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura será regulamentada, no prazo de noventa dias, por ato do Chefe do Poder Executivo.

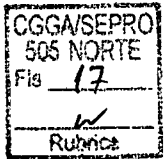
Art. 8º Ficam criados os cargos comissionados previstos no anexo I desta Lei, com as remunerações que lhe são correspondentes na Legislação vigente.

Art. 9º Ficam extintos os cargos comissionados, constantes do anexo II da Lei nº 068, de 19 de abril de 1994.

Art. 10 As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, oriundas de remanejamento de



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Ofício nº 0043/2015/DEC/UGAM/Casa Civil

Boa Vista/RR, 07 de Janeiro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA

Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento.

NESTA

Senhor Secretário,

Encaminho cópia dos documentos relacionados abaixo, para conhecimento.

Nº	DOCUMENTO	ASSUNTO	ÓRGÃO
1.	Decreto nº 0024-P	Nomear ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA	SEPLAN
2.	Decreto nº 0025-P	Nomear ENOQUE ROSAS	SEPLAN

Atenciosamente,


DANIELLE SILVA RIBEIRO CAMPOS ARAÚJO
Secretária-Chefe da Casa Civil

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.
Maria Suely Silva Campos
Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0021-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear FRANCISCO FLAMARION PORTELA, para o Cargo de Secretário de Estado da Infra-Estrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0022-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear ANDERSON WALBER GENTIL CAMPOS, para o Cargo de Secretário Adjunto da Secretaria da Infra-Estrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0023-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear ALCEU WALTER ROSA JUNIOR, para o Cargo de Presidente do Conselho Permanente de Licitação do Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0024-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA, para o Cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0025-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear ENOQUE ROSAS, para o Cargo de Secretário Adjunto da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0026-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear FREDERICO BASTOS LINHARES, para o Cargo de Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0027-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear HAMILTON CASTRO CAVALCANTE, para o Cargo de Secretário Adjunto da Secretaria da Gestão Estratégica e Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0028-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear EMÍLIA SILVA RIBEIRO CAMPOS DOS SANTOS, para o Cargo de Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0029-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear LISSANDRA VIEIRA DE LIMA CAMPOS, para o Cargo de Secretária Adjunta da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0030-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear HIPÉRION DE OLIVEIRA SILVA, para o Cargo de Secretário de

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.
Maria Suely Silva Campos
Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0031-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear JOÃO PAULO DE SOUZA E SILVA, para o Cargo de Secretário Adjunto da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0032-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear SELMA MARIA DE SOUZA E SILVA MULINARI, para o Cargo de Secretária de Estado de Educação e Desportos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0033-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear GRACIELA CRISTINA ZIEBERT, para o Cargo de Secretária Adjunta de Gestão Básica de Educação da Secretaria da Educação e Desportos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0034-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear ANNA MARIA GASPAR FERST, para o Cargo de Secretária Adjunta de Sistema Educacional da Secretaria da Educação e Desportos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0035-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear KARDEC JAKSON SANTOS DA SILVA, para o Cargo de Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0036-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear SHISKÁ PALAMITSCHKE PEREIRA PIRES, para o Cargo de Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0037-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear OZÉLIO IZIDÓRIO MESSIAS, para o Cargo de Secretário de Estado do Índio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0038-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear LEOMA FERREIRA, para o Cargo de Secretária Adjunta da Secretaria do Índio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0039-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear IVO JOSÉ WANDERLEY GALLINDO FILHO, para o Cargo de Secretário de Estado de Comunhão Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 01 de janeiro de 2015.

Maria Suely Silva Campos

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 0040-P DE 01 DE JANEIRO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear JOSÉ ALCIONE ALMEIDA JÚNIOR, para o Cargo de Secretário de

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

Polg. Direito

[Assinatura]

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

140809

30/12/2013

CGGA/SEPRO
505 NORTE
Fls. 19
Rutina

04/12/1960

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA

LEONARDO ALVES DA FONSECA

MARIA RIBEIRO HENKLAIN

LONDRINA - PR

CERTO CAS 6842 FL3 033 LIV 80023

BOA VISTA - RR

362.801.279-15

VIA

Adriano S. Soverino Santos
Diretor do CDSR

P 1

República Federativa do Brasil

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional 040713807-2

Nome

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA

Filiação

LEONARDO ALVES DA FONSECA

MARIA RIBEIRO HENKLAIN

C.P.F.

362.801.279-15

Documento de Identidade

1410095 889/97

Tipo Sang.

O

Nascimento

04/12/1960

Naturalidade

LONDRINA

UF

PR

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crae de Registro

CREA-AM

Emissão

10/07/2009

Validade

09/07/2014

Ass. Presidente

Registro no Crae

12744-0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA

DATA DE NASCIMENTO

04/12/1960

INSCRIÇÃO

0003 2656 2690

ZONA

001

SEÇÃO

0022

MUNICÍPIO/UF

BOA VISTA/RR

DATA DE EMISSÃO

23/10/2013

1017 ELEITORAL

Presidente do TRE-RR

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

Ass. do Profissional

[Assinatura]

12744-0

Este cartão Biométrico de Identidade é emitido de acordo com a Lei nº 5194 de 24/7/2013 e Lei nº 8728 de 07/05/1993

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

[Assinatura]

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR



Você, sem fronteiras.

Fatura
Número da Fatura: 973707280
TIM Celular S.A.
Rua Coronel Pinto, 802 - Lote 399 - Quadra 73-Boa Vista-RR
CNPJ: 04.208.050/0047-03 - I.E.: 24010402-2
CNPJ da Matriz: 04.208.050/0001-80

Página 1 de 2
Cliente: 7.1009808.10.12.100000
CPF/CNPJ: 14465579000172
Emissão 19/05/14 Postagem: 27/05/14
Referência MAI/14 Período: 19/04/14 a 18/05/14
Débito automático: 966533423015



CDD BOA VISTA RR
A A H FONSECA
R DO CAJUEIRO, 133 - CONJUNTO CACARI I
CACARI
69307-510 - BOA VISTA - RR



7214049716 05286 00000024010 30 270514

VENCIMENTO
10/06/14

VALOR
R\$ 176,07

"TIM" é marca dos serviços de telecomunicações do Grupo TIM no Brasil

Chegou o novo aplicativo TIM Wi-Fi. Com ele você se conecta automaticamente à rede sem fio da TIM com velocidade e segurança, seguindo a mecânica de cobrança do seu pacote de dados. Além disso, você pode consultar o mapa de cobertura em os locais para se conectar. Baixe agora através da Play Store.

- 01 Número da Nota Fiscal: 000.011.950-AA
02 Entidade Jurídica: A A H FONSECA
03 Endereço: R DO CAJUEIRO, 133 / CONJUNTO CACARI I - BOA VISTA - RR

Total Nota: 176,07

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Consulte e imprima a segunda via de sua fatura na
Área Exclusiva do site www.tim.com.br
Central de Atendimento TIM: 1056



TIM Celular S.A.

Para sua comodidade, cadastre sua conta em débito automático, em seu banco, utilizando o número de identificação indicado neste boleto. Para mais informações, ligue para a central de atendimento TIM.

NOME DO CLIENTE
A A H FONSECA

Em atendimento a Lei n.12741/2012 Informamos abaixo os tributos cuja incidência influi na formação dos preços dos serviços prestados.
ICMS = conforme destacado acima, PIS = 0,65% e COFINS = 3%

IDENTIFICAÇÃO DE DÉBITO AUTOMÁTICO	MÊS DE REFERÊNCIA	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
96653342301-5	MAI / 14	19/05/14	10/06/14	R\$ 176,07

VIA BANCO

84680000001-6 76070109010-1 00097376728-8 06653342399-3

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

0672767280

Despesas Correntes	1.604.180	1.604.180
Despesas de Capital		
5. Ações de Informática	4.000	4.000
Despesas Correntes	4.000	4.000
Despesas de Capital		

LEI COMPLEMENTAR Nº 180 DE 7 DE JULHO DE 2011.

“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, que instituiu a Carreira e o Cargo de Agente Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acresce parágrafo único ao art. 2º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010:

“Art. 2º [...]

Parágrafo único. Dentre o número de vagas do cargo criado de Agente Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima fica fixado o percentual de 30% (trinta por cento) para contratação de Agentes do sexo feminino, considerando a natureza do cargo.”

Art. 2º A alínea “e” do inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º [...]

I – [...]

a) a d) [...]

e) investigação relativa aos aspectos moral e social, de caráter eliminatório; (NR)

f) [...]

[...]”

Art. 3º O art. 5º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º a 8º:

“Art. 5º [...]

I – [...]

[...]”

II – [...]

[...]”

§ 1º A prova de aptidão psicológica objetivará, através de testes de conhecimento aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia e aplicados por psicólogos, o conhecimento da personalidade, da inteligência e das habilidades específicas, características inerentes ao cargo, a saber: controle emocional, ansiedade, impulsividade, domínio psicomotor, autoconfiança, resistência à frustração, inteligência, memória, agressividade, adaptabilidade, flexibilidade, maturidade, responsabilidade, dinamismo, iniciativa, fluência verbal, sociabilidade, capacidade de liderança, fobias e honestidade. (AC)

§ 2º A investigação relativa aos aspectos moral e social objetivará verificar se o candidato possui idoneidade moral e conduta ilibada imprescindíveis para o exercício de suas atribuições e ocorrerá durante todas as fases do concurso, incluindo curso de formação, até o final da homologação, sendo conduzida por comissão especialmente designada para tal fim, que poderá obter elementos informativos de quem os possa fornecer, fazer diligências, inclusive convocando o candidato para ser ouvido ou entrevistado. (AC)

§ 3º O candidato convocado para essa fase deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Ficha de informações pessoais;

II – Certidão relativa a assentamentos funcionais, no caso de ser o candidato servidor público civil ou militar; e

III – Certidões de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral, bem como, Folha de Antecedentes expedida pela Polícia Federal e Polícia Estadual. (AC)

§ 4º A avaliação dos aspectos moral e social do candidato será efetivada em processo administrativo fundamentado de modo a garantir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. (AC)

§ 5º O teste de aptidão física para o cargo de Agente Penitenciário Masculino e Feminino consiste em 3 (três) testes subsequentes, todos de caráter eliminatório, e obedecerá à seguinte ordem:

I – Teste de Flexão e Extensão dos Cotovelos (braços) com apoio de frente sobre solo;

II – Teste Abdominal (Tipo Solo);

III – Teste de Corrida de Doze Minutos. (AC)

§ 6º O candidato será considerado apto ou inapto na prova de aptidão física. (AC)

§ 7º A quantidade mínima de exercícios por teste para aprovação do candidato será fixada no edital do concurso. (AC)

§ 8º Será considerado eliminado na aptidão física e, consequentemente, do concurso público, o candidato que:

I – Não apresentar no dia da prova atestado médico;

II – Deixar de realizar algum dos testes;

III – For considerado inapto em qualquer um dos testes; e

IV – Não comparecer para a realização da prova de aptidão física. (AC)

Art. 4º O § 3º do art. 6º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

§ 1º [...]

§ 2º [...]

§ 3º Os candidatos aprovados na primeira fase e inscritos no curso de formação profissional receberão uma bolsa no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico inicial.” (NR)

Art. 5º O Anexo Único da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, passa ter a seguinte alteração:

“ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 166, DE 16 DE JULHO DE 2010.

TABELA DE SALÁRIOS - AGENTE PENITENCIÁRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA DO ESTADO DE RORAIMA.” (NR)

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de julho de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR

Governador do Estado de Roraima

LEI Nº 815 DE 7 DE JULHO DE 2011

“Dispõe sobre a transformação da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima – FEMACT-RR, e do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – IDEFER, e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

Faço saber que a Assembleia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA TRANSFORMAÇÃO

Art. 1º A Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima – FEMACT-RR, criada pela Lei Estadual nº 001, art. 46, inciso III, item 2, de 26 de janeiro de 1991, e regulamentada pela Lei Delegada nº 004, de 16 de janeiro de 2003, fica transformada em Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH-RR, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN.

Art. 2º O Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – IDEFER-RR, criado pela Lei Estadual nº 709, de 30 de março de 2009, fica transformado em Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR, vinculado à SEPLAN.

Art. 3º As atividades de ciência, tecnologia e pesquisa realizadas pela FEMACT-RR passam a ser absorvidas pelo IACTI-RR.

CAPÍTULO II

DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DE RORAIMA – FEMARH/RR

Art. 4º A Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH-RR tem por objetivo promover, elaborar, gerir, coordenar e executar a política do meio ambiente e de recursos hídricos do Estado de Roraima, com a finalidade de garantir o controle, a preservação, a conservação e a recuperação ambiental, visando o desenvolvimento sócioeconômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Parágrafo único. A FEMARH-RR tem sede e foro na Cidade de Boa Vista e jurisdição em todo Estado de Roraima.

Art. 5º O patrimônio da FEMARH-RR será constituído pelos bens e direitos da FEMACT-RR, exceto os que forem objeto de aquisição através de recursos provenientes de convênios federais com destinação específica, relacionados às atividades de ciência, tecnologia e pesquisa, e os alocados nas Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (DCTDS) e de Pesquisas e Estudos Amazônicos (DIPEA) da FEMACT-RR, que passam a integrar o patrimônio do IACTI-RR, além daqueles que essa entidade venha a adquirir, incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, Estados e Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. A FEMARH-RR só receberá em doação bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Art. 6º No caso de dissolução da FEMARH-RR, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio do Estado de Roraima.

Art. 7º Os recursos financeiros da FEMARH-RR serão provenientes de: I - dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;

II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concebidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais e internacionais;

IV - retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a entidades públicas ou particulares;

V - os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública;

VI - operações de crédito e juros bancários;

VII - receitas eventuais.

Art. 8º A FEMARH-RR tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I – Conselhos de Direção Superior:

- a) Conselho de Administração;
- b) Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA;
- c) Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH; e
- d) Presidência.

II - Órgãos de Assessoramento:

- a) Gabinete do Presidente;
- b) Procuradoria Jurídica;
- c) Assessoria Especial;
- d) Comissão Permanente de Licitação – CPL; e
- e) Controle Interno.

III – Órgãos de Execução

a) Diretoria Administrativa e Financeira:

- 1) Divisão de Administração;
- 2) Divisão de Orçamento e Finanças;
- 3) Divisão de Recursos Humanos; e
- 4) Divisão de Contabilidade.

b) Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental:

- 1) Divisão de Planejamento e Auditoria Ambiental;
- 2) Divisão de Prevenção e Monitoramento Ambiental;
- 3) Divisão de Fiscalização Ambiental;
- 4) Divisão de Educação Ambiental; e
- 5) Divisão de Unidades de Conservação.

c) Diretoria de Recursos Hídricos:

- 1) Divisão de Outorga;
- 2) Divisão de Apoio à Gestão de Comitês de Bacias Hidrográficas; e
- 3) Divisão de Planejamento Hídrico.

d) Diretoria de Licenciamento e Gestão Ambiental:

- 1) Divisão de Licenciamento Ambiental;
- 2) Divisão de Controle de Florestas;
- 3) Divisão de Uso do Solo e Agricultura Familiar; e
- 4) Divisão de Aquicultura e Recursos Pesqueiros.

IV - Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEM.

Art. 9º Ficam extintos os cargos em comissão de Diretor de Pesquisa e Estudos Amazônicos – Museu Integrado de Roraima, e de Diretor de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 10. Ficam extintos os seguintes cargos em comissão de Chefe de Divisão:

- I – de Pesquisa e Estudos Amazônicos;
- II – de Documentação e Arquivo;
- III – de Divulgação e Educação;
- IV – de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- V – de Educação e Capacitação Sustentável;
- VI – de Planejamento e Ordenamento Territorial; e
- VII – de Recursos Hídricos.

Art. 11. Ficam criados 2 (dois) cargos em comissão de Diretor e 9 (nove) cargos em comissão de Chefe de Divisão, de acordo com o Anexo I, com as atribuições descritas no Anexo IV, partes integrantes desta Lei.

CAPÍTULO III

DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA – IACTI-RR

Art. 12. O Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR, terá por objetivo promover, elaborar, gerir, coordenar e executar a política de ciência, tecnologia, inovação e gestão florestal do Estado de Roraima, com a finalidade de estimular, promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, com a realização e utilização de pesquisas científicas e estudos amazônicos e com suas devidas aplicações, visando o desenvolvimento sócioeconômico sustentável do Estado e a melhoria da qualidade de vida da população.

Parágrafo único. O IACTI-RR tem sede e foro na Cidade de Boa Vista e exercerá suas atribuições em todo Estado de Roraima.

Art. 13. O patrimônio do IACTI-RR será constituído pelos atuais bens e direitos do ora transformado Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima - IDEFER, bem como, todos aqueles que, na data da publicação desta Lei, estejam sendo utilizados pelas Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (DCTDS) e de Pesquisas e Estudos Amazônicos (DIPEA) da FEMACT-RR, incluídos os adquiridos através de convênios federais com destinação específica, relacionados às atividades de ciência, tecnologia e pesquisa, além daqueles que venham a ser doados pela União, Estados e Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. O IACTI-RR só receberá em doação bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive os decorrentes de demandas judiciais.

Art. 14. No caso de dissolução do IACTI-RR, seus bens e direitos

passarão a integrar o patrimônio do Estado de Roraima.

Art. 15. Os recursos financeiros do IACTI-RR serão provenientes de:

- I - dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;
- II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concebidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;
- III - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais e/ou internacionais;
- IV - retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a entidades públicas ou particulares;
- V - os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública;
- VI - operações de crédito e juros bancários; e
- VII - receitas eventuais.

Art. 16. Os servidores efetivos do Quadro Geral da FEMACT-RR lotados nas Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável – DCTDS, e de Pesquisa e Estudos Amazônicos / Museu Integrado de Roraima – DIPEA-MIRR, passam a integrar o quadro geral de servidores do IACTI-RR, conforme Tabelas I e II do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não aprovado o Plano de Cargos e Salários do IACTI-RR, aplica-se aos servidores mencionados no caput deste artigo a Lei Estadual nº 537, de 24 de março de 2006, mantidas as especialidades do cargo, a remuneração, e seus adicionais, o tempo de efetivo exercício, bem como, todos os direitos adquiridos pelos servidores.

Art. 17. O IACTI-RR tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I – Conselhos de Direção Superior:

- a) Conselho de Administração;
- b) Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CECTI; e
- c) Presidência.

II - Órgãos de Assessoramento:

- a) Gabinete do Presidente;
- b) Procuradoria Jurídica;
- c) Assessoria Especial;
- d) Comissão Permanente de Licitação;
- e) Controle Interno; e
- f) Câmara de Assessoramento Técnico Científico.

III – Órgãos de Execução

a) Diretoria Administrativa e Financeira:

- 1) Divisão de Administração;
- 2) Divisão de Orçamento e Finanças;
- 3) Divisão de Recursos Humanos; e
- 4) Divisão de Contabilidade.

b) Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- 1) Divisão de Engenharia e Inovação;
- 2) Divisão de Planejamento, Gestão e Fomento de Políticas e Programas em Ciência, Tecnologia e Informação - CTI;
- 3) Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Projetos em Ciência, Tecnologia e Informação - CTI;
- 4) Divisão de Ações Regionais para Inclusão Social; e
- 5) Divisão de Apoio a Gestão de Cooperativas e Empresas (Incubadoras).

c) Diretoria de Pesquisa e Tecnologia em Gestão Territorial:

- 1) Divisão de Estudos Sócioeconômicos e Ambientais;
- 2) Divisão de Planejamento e Cadastro;
- 3) Divisão de Estatística e Geotecnologia;
- 4) Divisão de Gestão e Política Territorial;
- 5) Divisão de Informações Ambientais; e
- 6) Divisão de Gestão de Florestas Públicas.

d) Museu Integrado de Roraima:

- 1) Divisão de Pesquisa e Estudos Amazônicos;
- 2) Divisão de Documentação e Arquivo; e
- 3) Divisão de Divulgação e Educação.

IV - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – FECT.

V – Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – FUNDEFER.

§1º Fica o Museu Integrado de Roraima incorporado a Estrutura do IACTI-RR, sendo por este administrado.

§2º Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a instituir, através de Decreto, Unidades Administrativas Descentralizadas/ Regionalizadas, disciplinando seu funcionamento.

Art. 18. Ficam extintos os cargos em comissão de Diretor Técnico do IDEFER e de Chefe de Planejamento, Acesso e Desenvolvimento da Cadeia Florestal, previstos na Lei nº 706, de 30 de março de 2009.

Art. 19. Ficam criados 3 (três) cargos em comissão de Diretor e 17 (dezesete) cargos em comissão de Chefe de Divisão, de acordo com o Anexo II, com as atribuições descritas no Anexo IV, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A FEMARH-RR incorporará os recursos orçamentários

previstos para a Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental (DMCA) da FEMACT-RR, e os recursos do FEMA.

Art. 21. O IACTI-RR incorporará os recursos orçamentários do atual IDEFER; das Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável – DCTDS, e de Pesquisas e Estudos Amazônicos – DIPEA, da FEMACT-RR; e do FECT.

Art. 22. A FEMARH-RR incorporará todos os bens materiais contidos na estrutura da FEMACT-RR, exceto os adquiridos através de convênios federais, com destinação específica, relacionados às áreas de ciência, tecnologia e pesquisa, bem como, os bens alocados nas Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (DCTDS) e de Pesquisas e Estudos Amazônicos (DIPEA) da FEMACT-RR, que serão vinculados ao IACTI-RR.

Art. 23. Todos os convênios firmados pela FEMACT-RR vinculados às áreas específicas das Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (DCTDS) e de Pesquisas e Estudos Amazônicos (DIPEA) do Estado de Roraima passarão a ter sua gestão sob a responsabilidade do IACTI-RR.

Art. 24. Os ajustes orçamentários referentes a nova distribuição dos programas, projetos e ações previstas no Plano Plurianual – PPA 2008-2011, e na Lei Orçamentária Anual – LOA, exercício 2011, decorrentes dessa transformação, deverão ser remanejados e ajustados conforme previsto em lei, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 25. Durante o período de até 90 (noventa) dias, as despesas emergenciais e inadiáveis serão realizadas nos orçamentos aprovados pela Lei Orçamentária Anual – LOA, exercício de 2011, dos órgãos ora transformados FEMACT-RR e IDEFER.

Art. 26. Ficam revogados os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º e o Anexo I da Lei Delegada nº 004, de 16 de janeiro de 2003.

Art. 27. Ficam revogados os artigos 5º, 8º e Anexos I e II da Lei nº 706, de 30 de março de 2009.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de julho de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS COMMISSIONADOS DA FEMARH-RR

CARGO	QUANT.	PADRÃO REFERÊNCIA
Presidente	1	R\$ 13.950,00
Diretor	4	R\$ 9.765,00
Presidente da CPL	1	R\$ 3.210,00
Procurador-Chefe	1	R\$ 4.180,00
Chefe de Gabinete	1	R\$ 2.612,50
Assessor Especial	4	R\$ 3.354,45
Membro da CPL	2	R\$ 1.881,00
Chefe Unid. Cont. Interno	1	R\$ 2.500,00
Chefe de Divisão	16	R\$ 2.299,00
Secretária de Diretor	4	R\$ 836,00
Assistente de Gabinete	7	R\$ 627,00
TOTAL	42	

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS COMMISSIONADOS DO IACTI-RR

CARGO	QUANT.	PADRÃO REFERÊNCIA
Presidente	1	R\$ 13.950,00
Diretor	4	R\$ 9.765,00
Presidente da CPL	1	R\$ 3.210,00
Procurador-Chefe	1	R\$ 4.180,00
Chefe de Gabinete	1	R\$ 2.612,50
Assessor Especial	4	R\$ 3.354,45
Membro da CPL	2	R\$ 1.881,00
Chefe Unid. Cont. Interno	1	R\$ 2.500,00
Chefe de Divisão	16	R\$ 2.299,00
Secretária de diretor	4	R\$ 836,00
Assistente de Gabinete	7	R\$ 627,00
TOTAL	44	

ANEXO III

TABELA I

CARGOS EFETIVOS DO IACTI-RR – NÍVEL SUPERIOR

CARGO	QUANTIDADE
Analista de Ciência e Tecnologia / Administrador	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Economista	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Geógrafo	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Tecnólogo de Nível Superior em Agronegócio	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Tecnólogo de Nível Superior em Gestão Ambiental	2
Analista de Ciência e Tecnologia / Tecnólogo de Alimentos	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Turismo	1
Pesquisador / Antropólogo	1
Pesquisador / Ecólogo	1
Pesquisador / Taxonomista em Angiosperma	1
Pesquisador / Taxonomista em Zoologia	1
TOTAL	12

TABELA II

CARGOS EFETIVOS DO IACTI-RR – NÍVEL MÉDIO

CARGO	QUANTIDADE
Auxiliar de Restauração	1
Guia de Museu	1
Técnico em Laboratório	3
TOTAL	5

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO DA FEMARH-RR E DO IACTI-RR

Descrição das atribuições dos cargos em comissão

Presidente

Administrar a autarquia, praticando os atos de gestão necessários e exercendo a coordenação das Diretorias e assessorias imediatas, além de convocar e presidir as reuniões da Diretoria, admitida a delegação de competência; representar ativa e passivamente, em juízo e fora dele, e na celebração de convênios, contratos, termos de ajustamento de conduta e outros ajustes; promover a articulação entre a autarquia e outras instituições públicas e privadas, para a consecução dos objetivos; firmar, juntamente com o diretor competente, convênios, contratos; realizar os encaminhamentos da prestação de contas anual; fixar prioridades para elaboração dos orçamentos anuais e plurianuais de investimentos e programas; prover as funções de chefia, constituir comissões e grupos de trabalho.

Diretor

Assessorar a Presidência nos assuntos relativos à sua esfera de atribuições; coordenar, controlar, supervisionar, os planos, programas e projetos desenvolvidos; exercer, no ambiente organizacional e universo de ação, quando se fizer necessário e estritamente na ausência do titular, atos relativos à "atividade meio", os quais preservem a dinâmica operacional, desde que alicerçados em bases normativas e regulamentares; opinar, sobre a viabilidade técnica e econômica na celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes inerentes à execução de serviços de natureza técnica; apoiar a capacitação de Recursos Humanos dentro de sua esfera de atribuições.

Procurador Jurídico

Representar a entidade nas ações judiciais em que for parte, na condição de autora, ré ou interessada; opinar e examinar minutas de edital, convênio ou ajuste, contrato, projetos provenientes de contratos, acordos nacionais e internacionais relativos às atividades fim da entidade.

Chefe de divisão

Assessorar os respectivos Diretores em assuntos referentes às suas áreas de competência; planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades inerentes às competências da respectiva unidade; desempenhar atribuições de natureza administrativa e técnico-especializada que lhes forem imputadas por seus superiores; representar seus Diretores, quando por eles designados; supervisionar os procedimentos relacionados à execução das atividades que lhes são atribuídas; manter a diretoria permanentemente informada das atividades das divisões; exercer outras atividades que lhes forem conferidas ou delegadas.

Assessores

Assessorar e assistir o Presidente, Chefe de Gabinete, Procurador Jurídico e Diretores em assuntos de suas respectivas competências; acompanhar matérias veiculadas por meios de comunicação; coordenar, controlar e acompanhar o desenvolvimento das atividades nas suas áreas de competência; elaborar relatórios afetos às suas áreas de atuação; exercer outras atividades que lhes forem conferidas ou delegadas.

Assistentes

Assistir às chefias imediatas em assuntos de natureza técnico-administrativa; elaborar ou auxiliar a elaboração de minutas de atos ou outras comunicações a serem expedidas pelas unidades em que estiverem lotados; receber, transmitir, controlar e registrar as comunicações recebidas e expedidas e os processos e documentos que tramitem nas suas unidades de lotação; analisar informações e dados e emitir parecer sobre matérias de competência da área em que estiverem lotados; exercer outras atividades que lhes forem conferidas ou delegadas.

Secretários

Marcar audiência, receber e orientar pessoas, organizar e controlar a agenda da respectiva chefia; agendar viagens e reservar passagens e hotéis; transmitir, acompanhar e orientar o cumprimento das instruções emanadas da chefia imediata; executar serviços de digitação e reprodução de documentos; receber e transmitir mensagens; fazer e receber ligações telefônicas; organizar e manter o arquivo de mensagens recebidas e transmitidas; manter controle de material de expediente, elaborando os pedidos necessários para suprir necessidades; exercer outras atividades que lhes forem conferidas ou delegadas.

Chefe de controle interno

Controlar os processos e procedimentos administrativos, visando o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da instituição; emitir pareceres, outras atividades correlatas.

Presidente da CPL

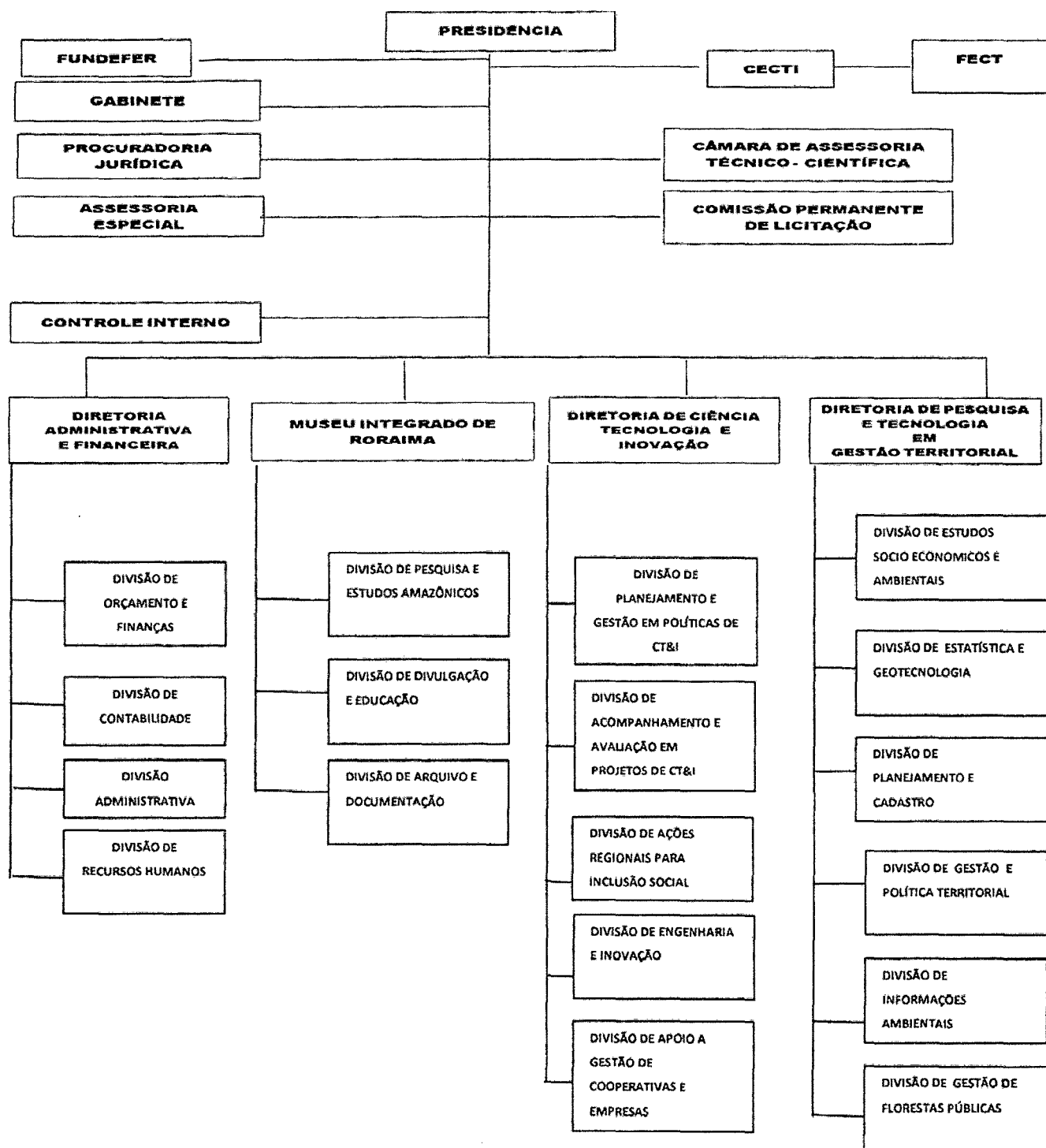
Elaborar e instruir os processos licitatórios e procedimentos administrativos, visando a compra de bens e serviços necessários a atender as necessidades da instituição; presidir os certames de interesse da entidade.

Membros da CPL

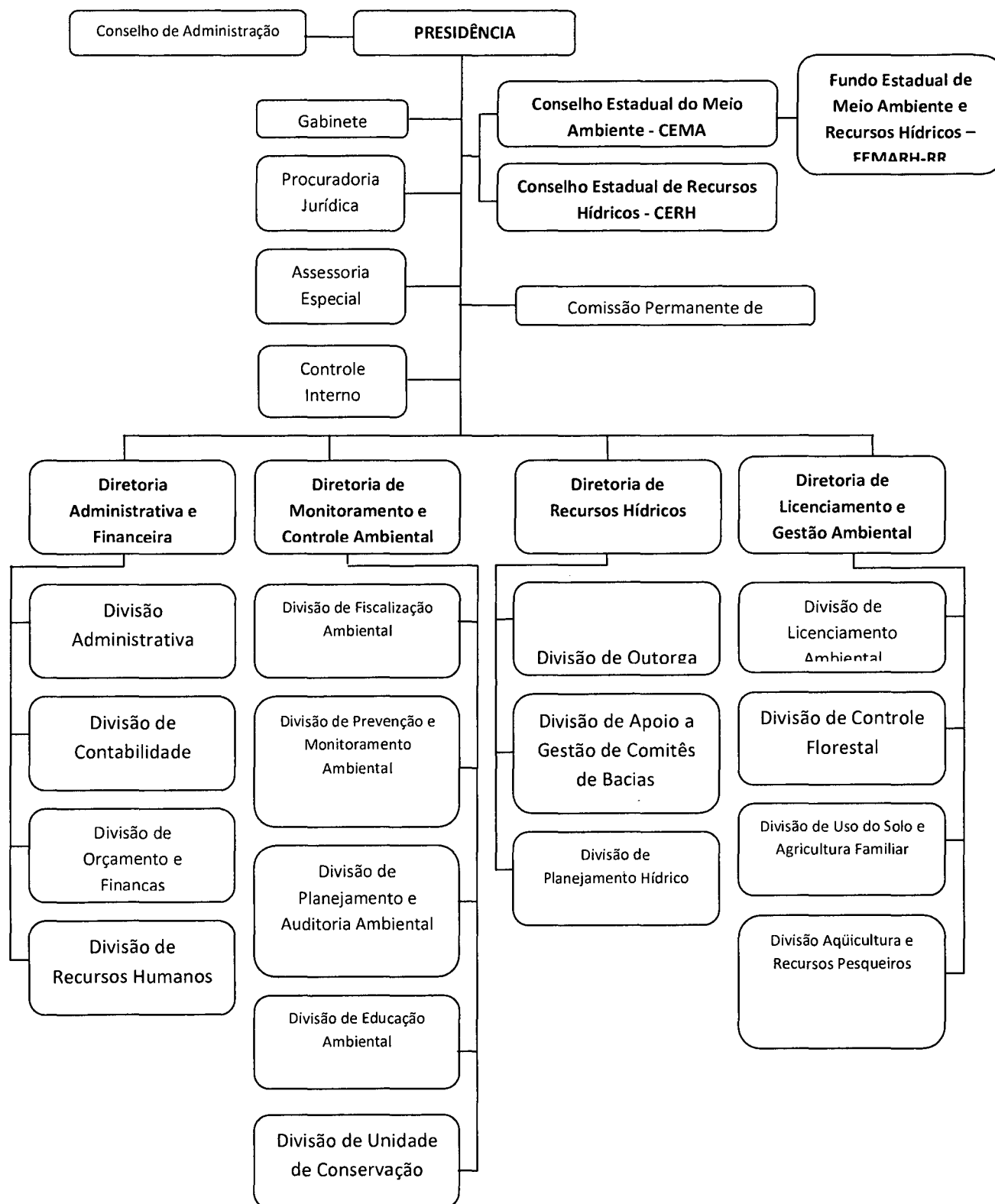
Elaborar e instruir os processos licitatórios e procedimentos administrativos, visando a compra de bens e serviços necessários a atender as necessidades da instituição; participar dos certames de interesse da entidade.

ANEXO V

ORGANOGRAMA IACTI/RR



ANEXO VI



DECRETO Nº 12.966-E DE 7 DE JULHO DE 2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso III, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a ausentar-se do Estado, o servidor JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES, Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima - DETRAN, para participar da

Reunião do Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, para elaboração do Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança no Trânsito para Década 2011 – 2020, em Brasília/DF, nos dias 12 e 13-7-2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de julho de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 594-P DE 07 DE ABRIL DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, LURENES CRUZ DO NASCIMENTO, do Cargo de Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima.

Art. 2º Nomear, MARCELO DE MAGALHÃES NUNES, para o Cargo de Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 07 de abril de 2015.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 595-P DE 7 DE ABRIL DE 2015.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomear ALYSSON ROGERS SOARES MACEDO, CPF. 613.998.503-00, para o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima.

Art. 2º Este Decreto surte efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de abril de 2015.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 18.502-E DE 7 DE ABRIL DE 2015.

"Credencia o Secretário de Estado de Representação do Governo do Estado de Roraima em Brasília para a Função de Ordenador de Despesa em conta específica."

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo art. 62, inciso III, da Constituição Estadual;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica credenciado e autorizado, o Secretário de Estado de Representação do Governo do Estado de Roraima em Brasília - FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI, como Ordenador de Despesas especificamente da Conta nº 421609-1, Agência nº 1607, Brasília-DF, do Banco do Brasil S/A.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de abril de 2015.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

ERRATA

No Diário Oficial do Estado de Roraima nº 2449, de 22 de janeiro de 2015, referente à publicação do Decreto nº 126-P, de 22 de janeiro de 2015, que nomeou o servidor

ELIZEU ALVES JUNIOR, NONAYRA DOS SANTOS BEZERRA, NIZIAEL COSTA DE OLIVEIRA e ROSEANE NASCIMENTO DA SILVA.

ONDE SE LÊ:

[...]

I- ELIZEU ALVES JUNIOR

Cargo: CNES-II – Gestor de Atividade Meio

CPF: 719.332.712-72

[...]

II- NONAYRA DOS SANTOS BEZERRA

Cargo: CDI-I – Secretária Executiva

CPF: 808.034.232-68

[...]

III- NIZIAEL COSTA DE OLIVEIRA

Cargo: CDS-I – Gerente de Núcleo de Informática

CPF: 034.678.302-00

[...]

IV- ROSEANNE NASCIMENTO DA SILVA

Cargo: CDS-I – Chefe da Divisão de Elaboração e Avaliação de Projetos

CPF: 622.184.092-91

LEIA-SE:

[...]

I- ELIZEU ALVES JUNIOR

Cargo: CNES-II – Gestor de Atividade Meio

CPF: 719.332.712-72

[...]

II- NONAYRA DOS SANTOS LUCENA

Cargo: CDI-I – Secretária Executiva

CPF: 808.034.232-68

[...]

IV- ROSEANNE NASCIMENTO DA SILVA

Cargo: CDS-I – Gerente de Núcleo de Informática

CPF: 622.184.092-91

[...]

III- NIZIAEL COSTA DE OLIVEIRA

Cargo: CDS-I – Chefe da Divisão de Elaboração e Avaliação de Projetos

CPF: 034.678.302-00

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 07 de abril de 2015.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

ERRATA

No Diário Oficial do Estado de Roraima nº 2452, de 17 de janeiro de 2015, referente ao Decreto nº 135-P, de 27 de janeiro de 2015, que nomeou ALYSSON ROGERS SOARES GUIMARÃES para o Cargo em Comissão pertencente à estrutura da Secretaria de Gestão Estratégica e Administração - SIEGAD

ONDE SE LÊ:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2015.

LEIA-SE:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, RR, 17 de janeiro de 2015

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

ERRATA

No Diário Oficial do Estado de Roraima nº 2484, de 17 de março de 2015, referente à publicação do Decreto nº 393-P, de 16 de MARÇO de 2015, que nomeou ROZMERI BINSFELD ASSUNÇÃO.

ONDE SE LÊ:

[...]

Art. 1º Nomear ROZMERI BINSFELD ASSUNÇÃO, CPF: 494.575.789-15, para o Cargo de Vice-Diretora do Colégio Militar Estadual nº 054, pertencente à estrutura da Polícia Militar de Roraima.

LEIA-SE:

[...]

Art. 1º Nomear ROZMERI BINSFELD ASSUNÇÃO, CPF: 494.575.789-15, para o Cargo de Vice-Diretora do Colégio Militar Estadual nº 054, pertencente à estrutura da Casa Militar de Roraima.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 07 de abril de 2015

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

ERRATA

No Diário Oficial do Estado de Roraima nº 2495, de 1º de abril de 2015, referente à publicação do Decreto nº 566-P, de 1º de abril de 2015, que nomeou os servidores, para os Cargos Condiicionados pertencentes a estrutura e pertencente à estrutura de Educação e Desportos

ONDE SE LÊ:

[...]

DECRETO Nº 566 -P DE 01 DE ABRIL DE 2015

LEIA-SE:

[...]

DECRETO Nº 556 -P DE 01 DE ABRIL DE 2015

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de abril de 2015

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MARCELO DE MAGALHAES NUNES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
140813 SSP RR

CPF
646.455.762-91

DATA NASCIMENTO
11/03/1979

FILIAÇÃO
MIRAMAR NUNES
SILVIA DE MAGALHAES
NUNES

PERMISSÃO ☒ ACC ☐ CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
01769697498

VALIDADE
23/11/2011

HABILITAÇÃO
10/04/2001

OBSERVAÇÕES
sem observações

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BOA VISTA - RORAIMA

DATA EMISSÃO
06/12/2006

ASSINATURA DO EMISSOR
55282044362
RR202935809

DETRAN - RR (RORAIMA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
831603603

PROIBIDO PLASTIFICAR
831603603

Cartão
Ourocard Visa
Nº 4984 **** * 7195

Pag 001 d

Data prevista para o fechamento da próxima fatura: 27/04/2015

Vencimento
11/04/2015



CDD ASA BRANCA RR

Postagem: 01/04/2015
Vencimento: 11/04/2015

MARCELO M NUNES
R CICERO CORREA DE MELO FILHO 1881
CARANA
69313-592 BOA VISTA - RR



7213195069073180000007723730010415

Atenção:

- Em caso de pagamento inferior ao valor total, o cliente deverá arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago.
- Caso seja efetuado exatamente o pagamento mínimo, na próxima fatura poderão ser cobrados encargos financeiros de, no máximo, R\$ 0,00. Consulte o CET no quadro Custo Efetivo Total desta fatura, item Crédito Rotativo/Saques.

Valor Total:

R\$ 83,29

Pagamento mínimo:

R\$ 83,29



> Total da Fatura

Saldo - R\$ 83,29
Saldo convertido - R\$ 0,00
Total da fatura - R\$ 83,29

> Resumo em Real

Saldo anterior 81,94
Pagamentos/Créditos 0,00
Compras/Débitos 1,35
Saldo - R\$ 83,29
Saldo parcelado 0
faturas futuras

> Resumo em Dólar

Compras/Saques 0,00
Outros débitos 0,00
Créditos 0,00
Saldo atual - US\$ 0,00
Taxa de conversão 0,0000
Saldo convertido - R\$ 0,00

1 - A variação cambial a crédito ou a débito entre o dólar informado na fatura e a data do vencimento/pagamento será lançada na próxima fatura, sem encargos.

> IOF e Encargos nesta Fatura

IOF
Retiradas e uso do limite de crédito rotativo 0,00
Encargos
Retiradas na função crédito 0,00
Uso do limite de crédito rotativo 0,00

> Limites

Total para transação à vista 2.772
Saques (incluído no total transação à vista) 2.772
Total para transações parceladas 0
Credenciário 0

> Programa Ponto pra Você

Pontuação acumulada em 26.03.2015 9.880

Consulte pontos a prescrever e saldo atual - caixas eletrônicas; outras opções - Ponto para Você/DoTz
- Internet: Mais transações - Ponto para Você
- Central de atendimento BB: veja o número no verso desse documento

> Encargos Financeiros

	1	2
Crédito Rotativo	9,88	11,29
Crédito Parcelado	4,51	4,59
Juros de atraso	0,00	0,00
Multa por atraso	2,00	2,00

1 - Para o período - % ao mês
2 - Máximos para o próximo período - % ao mês

> Tarifas

Consulte as tarifas do seu cartão
Tabela de Tarifas do Banco do Brasil disponível em todas as agências
acesse www.bb.com.br

> Uso no Exterior

E preciso habilitar seu Ourocard para de utilizá-lo no exterior ou em estabelecimentos hospedados fora do Brasil.

> Custo Efetivo Total (CET)

Serviços	Taxas ao Mês (%)	Taxas ao Ano (%)	IOF Adicional (%)	IOF Diário (%)	CET ao /
Credito Rotativo Saques ¹	9,88	209,75	0,38	0,0082	223
Parcelado administradora ³	4,51	69,78	0,38	0,0082	71
Pagamento de Contas (parcelado) ^{3,4}	4,51	69,78	0,38	0,0082	71

1 - Taxas vigentes até o vencimento desta fatura, sujeito a alterações para o próximo período. Para clientes aderentes ao pacote BOMPRATODOS, a taxa de crédito do rotativo e saque Brasil será de 8,89% ao mês. CET ao ano, a partir do vencimento da próxima fatura.
2 - Resultado de incidência da Taxa ao ano, IOF Adicional e IOF Diário projetado para o período de um ano.
3 - Taxas de juros sujeitas a alterações. Em caso de dúvidas, consulte a Central de Atendimento BB.
4 - Os serviços não estão disponíveis para clientes não-correntistas do Banco do Brasil.
Obs: Tarifa de Saque: R\$ 8,50 por evento. Tarifa de Pagamento de Contas: R\$ 1,50 por evento.

BANCO DO BRASIL	001-9	00194.52101 00050.633098 50000.000666 4 000
Nome do Pagador /CPF/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP MARCELO M NUNES - CPF 646.455.762-9 R CICERO CORREA DE MELO FILHO 1881 - - CARANA - 69313-592 - Sacador / Avalista		
Nosso Número 000000000050633095	Nº do documento	Data de Vencimento 11/04/2015
Valor Documento 83,29		Valor Pago
Nome do Beneficiário CNPJ/CPF/Endereço Banco do Brasil S.A. - CNPJ nº 00.000.000/00001-91 - SBS Qd 01 - SIA lote 31 Ed Sede 1 - 2 ss - 70073-900 Brasília (DF)		
Agência / Código do Beneficiário 4700-7 31027-91-10-9		Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL	001-9	00194.52101 00050.633098 50000.000666 4 000
Local de Pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento		Data de Vencimento 11/04/2015
Nome do Beneficiário CNPJ/CPF/Endereço Banco do Brasil S.A. - CNPJ nº 00.000.000/00001-91 - SBS Qd 01 - SIA lote 31 Ed Sede 1 - 2 ss - 70073-900 Brasília (DF)		
Data do documento 27/03/2015	Nº do documento	Espécie DOC. Aceite N Data processamento 27/03/2015
Uso do Banco	Carteira 66	Espécie R\$ Quantidade X Valor
Informações de responsabilidade do Beneficiário O CAMPO VALOR DO DOCUMENTO ESTA PREENCHIDO COM O TOTAL DESTA FATURA. VOCE PODE EFETUAR PAGAMENTO DE VALOR MENOR OU PARCELAR SUA FATURA, UTILIZANDO O MESMO BOLETO, E PERMITIDO PAGAR VALORES ENTRE O MINIMO E O TOTAL INFORMADOS NESTA FATURA, NO BB.COM.BR, NOS CAIXAS ELETRONICO OU LIGUE PARA 4004-0001 OU 0800 7290001.		
Nome do Pagador /CPF/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP MARCELO M NUNES - CPF 646.455.762-91 R CICERO CORREA DE MELO FILHO 1881 - - CARANA - 69313-592 - BOA VISTA - RR		(-) Desconto / Abatimento (+) Juros / Multa (=) Valor Pago
Sacador / Avalista		



Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

PORTARIA Nº. 119/2015/GAB/PRESI/IPER

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE RORAIMA - IPER, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 0049-P, de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº 2436, de 02 de janeiro de 2015, combinado com Artigo 42, da Lei Complementar Estadual Nº. 030/1999;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Christiane Barbosa Corrêa, inscrita no CPF: 512.606.702-87, para o Cargo Comissionado de Assessora Especial (CNES-III).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Boa Vista (Roraima), 09 de abril de 2015.

RONALDO MARCILIO SANTOS

Presidente Interino do IPER

Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 098/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº. 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº. 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora ETERNUZA CARVALHO DA COSTA SANTOS, Matrícula: 5113, do Cargo de Secretária de Diretor, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 10/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de Abril de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 10 de Abril de 2015.

MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do IACI-RR

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 099/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº. 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº. 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o senhor ALESSON ROGER DE LIMA, Matrícula: 5129, do Cargo de Assistente de Gabinete, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 10/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de Abril de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 10 de Abril de 2015.

MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do IACI-RR

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 100/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº. 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº. 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor ALESSON ROGER DE LIMA, Matrícula: 5129, para o Cargo de Secretário de Diretor, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 10/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de Abril de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 10 de Abril de 2015.

MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do IACI-RR

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 101/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº. 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº. 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor RALME GISCHEWSKI BORBES, CPF: 508.668.502-87, para o Cargo de Assistente de Gabinete, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 10/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de Abril de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 10 de Abril de 2015.

MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do IACI-RR

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 102/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº. 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº. 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o senhor WALDEMAR MOURA VILHENA JUNIOR, Matrícula: 5132, do Cargo de Diretor de Pesquisa e Tecnologia em Gestão Territorial, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 07/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria retroagirá seus efeitos a contar de 07 de Abril de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 10 de Abril de 2015.

MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do IACI-RR

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 103/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº. 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº. 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor LURENES CRUZ DO NASCIMENTO, Matrícula: 5124, para o Cargo de Diretor de Pesquisa e Tecnologia em Gestão Territorial, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 07/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria retroagirá seus efeitos a contar de 07 de Abril de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 10 de Abril de 2015.

MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do IACI-RR

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial do Estado de Roraima Nº 2495, de 01 de Abril de 2015, referente à PORTARIA Nº 096/15, de 31 de Março de 2015.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. Criar comissão de auditoria e levantamento do patrimônio histórico e cultural do Museu Integrado de Roraima - MIRR, composta pelos seguintes membros:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	FUNÇÃO
Andréia Silva Flores	Presidente
Patrícia Macedo de Castro	Vice-Presidente
Silvio José Reis da Silva	Membro
Alesson Roger de Lima	Membro
Paulo Eugênio Souto Maior Sarah	Membro
Dirlirany Lopes de Almeida	Membro
João Rüdiger Pires Gonçalves Júnior	Membro

Art. 2º. O prazo de conclusão da comissão de auditoria e levantamento, terá o prazo de 4 meses, a contar da data de sua publicação.

LEIA-SE:

Art. 1º. Criar comissão de levantamento de patrimônio histórico, cultural e biológico do Museu Integrado de Roraima - MIRR, composta pelos seguintes membros:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	FUNÇÃO
Andréia Silva Flores	Presidente
Patrícia Macedo de Castro	Vice-Presidente
Jaime de Liege Gama Neto	Membro
Alesson Roger de Lima	Membro
Paulo Eugênio Souto Maior Sarah	Membro
Dirlirany Lopes de Almeida	Membro
João Rüdiger Pires Gonçalves Júnior	Membro

Art. 2º. O prazo de conclusão da comissão de levantamento terá o prazo de 180 dias, a contar da data de sua publicação.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 10 de Abril de 2015.

MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do IACI-RR

Companhia de Desenvolvimento de Roraima

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA, convoca os senhores acionistas para comparecerem à sede social da Companhia sito a Av. Mário Homem de Melo, nº 1603, bairro Mecejana, nesta capital, no dia 17 de abril de 2015, às 11h00min horas, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014;

b) Eleição de membros do Conselho Fiscal;

c) Outros assuntos pertinentes à Assembleia Geral Ordinária.

Continuam à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere à letra "a" da Assembleia Geral Ordinária acima.

Boa Vista-RR, 09 de abril de 2015.

RAFAEL ALVES DA CRUZ PEREIRA

Presidente do Conselho de Administração

CODESAIMA

ERRATA

Tornar sem Efeito a Portaria de nº 388/2015, do dia 12 de Fevereiro de 2015, onde trata da Nomeação de ANTONIA SOUSA DA SILVA, no Cargo em Comissão de ASSISTENTE I/DIROP.

Boa Vista/RR, 08 de Abril de 2015.

RAFAEL ALVES DA CRUZ PEREIRA

Diretor Presidente

ERRATA

Tornar sem Efeito a Portaria de nº 391/2015, do dia 13 de Fevereiro de 2015, onde trata da Nomeação de JOSE MARIA COELHO BARBOSA, no Cargo em Comissão de ASSISTENCIA TECNICA III/DIRHA.

Boa Vista/RR, 08 de Abril de 2015.

RAFAEL ALVES DA CRUZ PEREIRA

Diretor Presidente

ERRATA

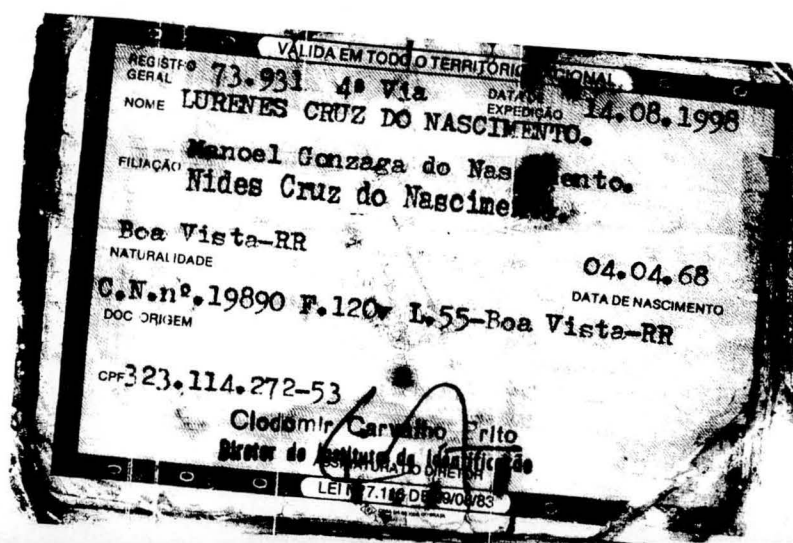
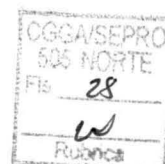
Tornar sem Efeito a Portaria de nº 405/2015, do dia 23 de Fevereiro de 2015, onde trata da Nomeação de ELZENI REIS DOS SANTOS, no Cargo em Comissão de CHEFE SETOR DO CONTRATO DE CONVENIOS/DIRPI.

Boa Vista/RR, 08 de Abril de 2015.

RAFAEL ALVES DA CRUZ PEREIRA

Diretor Presidente

ERRATA



Para contato com a
Fatura Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal 000012560

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSE é fornecida pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR
ABRIL/2015	26/04/2015	269	176

LURENES CRUZ DO NASCIMENTO
R. VOVO JULIA 929 CAIMBE
CPF: 00032311427253
CEP: 69.312-208 - BOA VISTA

ROT: 26.001.14.05.0540

DADOS DA LEITURA	kWh	kVarh	DATAS DA LEITURA
Atual:	23233		Atual: 09/04/2015
Anterior:	22964		Anterior: 13/03/2015
Constante de Multiplicação:	1,000		Próxima Leitura: 09/05/2015
Consumo Medido:	269		Emissão: 09/04/2015
Consumo Faturado:	269	FCAM	Apresentação: 09/04/2015

Forma de Faturamento: NORMAL Fator de Potência: Dias de Consumo: 27

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	BI	E2831805	N 1514131	1.1.1.2	176

HISTÓRICO kWh	DESCRÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
MAR/15 224	CONSUMO 269 A R\$ 0,363225 = 97,70
FEV/15 196	ILUMINACAO PUBLICA 11,99
JAN/15 110	
DEZ/14 0	
NOV/14 0	
OUT/14 0	
SET/14 0	
AGO/14 0	
JUL/14 0	
JUN/14 0	
TARIFA SEM TRIBUTOS:	
0 A 269 - 0,269700	

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

Mes/Ano Valor R\$ Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 24/04/2015. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SERASA. Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.

A COBRANCA DE SERVICOS DE TERCEIROS (LBV) INCLUIDA EM SUA FATURA PODE SER CANCELADA, A QUALQUER TEMP O, EM NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO. PARA INCLUSÃO OU CANCELAMENTO EM DEFINITIVO, LIGUE 0800 05 LIGUE 08007019120 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 1 6 11 16 21 26

RESERVADO AO FISCO A9D3.3370.7276.2764.F493.FFE9.BA2F.F4CC

COMPOSIÇÃO DA CONTA	RS	IMPOSTOS/TRIBUTOS	RS
Distribuição:	35,82	Base de Cálculo:	97,70
Energia:	36,92	Alíquota ICMS:	17,00%
Transmissão:	0,00	Valor do ICMS:	16,60
Encargos:	5,22	Valor do PIS:	0,56
Tributos:	19,74	Valor do COFINS:	2,58

INDICADORES DE CONTINUIDADE								
	DIC			FIC			DMIC	DICRI
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
Limite	5,91	11,82	23,64	4,59	9,18	18,37	3,46	
Realizado	0,07			1,00			0,07	
Conjunto	FLORESTA			Período de apuração: 02/2015			EUTD: 22.54	



LEI COMPLEMENTAR Nº 143 DE 15 DE JANEIRO DE 2009.
PUBLICADO NO D.O.E, Nº 984, DE 15/01/09

“Institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima e dá outras providências”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima como instrumento de Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável, na forma que estabelece a Constituição Estadual.

Art. 2º O Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima, doravante denominado SPOT/RR, constitui-se no principal instrumento orientador de planejamento da ocupação do solo e controle da utilização dos recursos naturais do território do Estado de Roraima, a ser seguido na implantação de planos, programas, projetos, obras e atividades públicas e privadas.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SPOT/RR

Art. 3º A implementação do SPOT/RR tem por objetivo instrumentalizar o disposto no art. 3º da Constituição Estadual de modo a orientar a implementação de medidas que assegurem a utilização racional dos recursos naturais do Estado de Roraima, que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais de cada sistema ambiental identificado (Unidades de Planejamento e Gestão Territorial), dentro do princípio de sustentabilidade social, econômica e ambiental, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. Constituem-se como base organizacional e instrumentos do SPOT:

- I - O Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial;
- II – o Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial;
- III - o Zoneamento Ecológico e Econômico;
- IV - os Planos Setoriais Estaduais e
- V - o Plano Estadual de Recursos Hídricos e seus respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Art. 4º O SPOT destina-se a apoiar a organização da atividade socioeconômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional e autonomia do Estado de Roraima;
- II - propriedade privada e função social da propriedade;
- III - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- IV - cooperação entre governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de planejamento e ordenamento do espaço geográfico roraimense;
- V - produção sustentável com tratamento diferenciado para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.
- VI - reconhecimento da diversidade sócio-cultural visando a inclusão social e fortalecimento da cidadania.

Art. 5º Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima:

- I - fomentar e orientar a realização de estudos destinados à proposição e desenvolvimento das Políticas Estaduais de Saneamento Ambiental, de Biodiversidade e Mudanças Climáticas, de Incentivos à Economia Florestal e de Ciência e Tecnologia;
- II - Promover a elaboração da Política Florestal Estadual que estabeleça parâmetros indicadores de sustentabilidade, e que, crie medidas de incentivos e controle da exploração em busca da eficiência produtiva;
- III - promover Políticas de Regularização Fundiária urbana e rural;
- IV - promover a ordenação e o controle dos usos do solo;
- V - promover a elaboração de Política Mineral para o Estado, que venha estabelecer parâmetros e critérios sociais, ambientais e econômicos para o desenvolvimento da atividade, além da criação de um cadastro estadual de produtos minerais, visando à identificação de sua origem, para o controle do comércio interno e externo;
- VI - fortalecer ações de combate a biopirataria e ao tráfico e comércio ilegal de fauna e flora;
- VII - promover projetos de pesquisa para identificação de instrumentos econômicos voltados para a conservação da biodiversidade;
- VIII - criar e implementar uma rede de monitoramento da qualidade do ar no Estado, para avaliar seus efeitos sobre saúde pública e mudanças climáticas;
- IX - realizar o monitoramento dos recursos hídricos superficiais e garantir a proteção dos recursos hídricos subterrâneos;
- X - buscar a implementação de ações de cooperação financeira continuada e permanente entre a União, Estado e Municípios visando à proteção dos recursos hídricos;
- XI - fomentar a integração entre o planejamento e a ordenação de áreas urbanas e rurais em cada uma das zonas de intervenção;
- XII - estabelecer parcerias com o Governo Federal e iniciativa privada para implantação e ampliação do sistema multimodal de transporte no Estado de Roraima;
- XIII - orientar, fomentar e propor padrões de produção e consumo de bens e serviços, e de expansão da área rural que sejam compatíveis com os índices de sustentabilidade apurados por zona de intervenção;
- XIV - promover articulação entre as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos.

CAPÍTULO III

DO COMITÊ GESTOR DE GEOTECNOLOGIA, CARTOGRAFIA, PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 6º O SPOT/RR terá como órgão coordenador o Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima e como principal instrumento o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE/RR.

Art. 7º O Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial, instituído pelo Decreto Estadual nº 6817-E, de 20 de dezembro de 2005, e coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, passa a ser um órgão colegiado, ampliado, dotado de funções de natureza executiva e consultiva, encarregado de coordenar e promover as medidas relativas à integração interinstitucional para a realização dos objetivos da ZEE/RR.

§1º Com a finalidade de exercer as funções de natureza executiva, visando à realização dos objetivos do ZEE/RR, o Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima será integrado por um representante dos seguintes órgãos da administração direta e indireta:

- I - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN;
- II - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;
- III - Secretaria de Estado de Infra-estrutura – SEINF;
- IV - Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - FEMACT;
- V - Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - ITERAIMA;
- VI - Procuradoria Geral do Estado de Roraima – PROGE.

§2º Com a finalidade de exercer as funções de natureza consultiva, visando ampliar as consultas públicas ao setor privado, o Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial deverá promover, pelo menos, uma reunião semestral com seu colegiado, acrescido com a participação de um representante dos trabalhadores, de um representante dos empresários dos setores da agropecuária e da agroindústria, e de um representante do Poder Legislativo Estadual.

§3º O Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial será presidido pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN.

§4º O Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial terá como suporte tecnológico um Centro de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial, a ser criado por Lei, vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN.

Art. 8º Compete ao Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima as seguintes atribuições:

- I - apoiar as Secretarias de Estado e as entidades da administração indireta no planejamento territorial do Estado de Roraima, através da formação de banco de dados e informações

geoprocessadas, de modo a articular e compatibilizar as diversas políticas setoriais e o ordenamento territorial;

II - orientar e apoiar a localização racional de novos estabelecimentos agrícolas, agropecuários, agroindustriais, industriais e de turismo na região;

III - orientar e apoiar a localização racional de novos empreendimentos públicos, especialmente os relativos às obras de infra-estrutura, transportes, energia e telecomunicações, potenciais de recursos naturais passíveis de exploração sustentável, projetos de assentamento e colonização, bem como, áreas de preservação e conservação ambiental;

IV - orientar, apoiar e subsidiar as ações de licenciamento, monitoramento, acompanhamento, avaliação e fiscalização ambiental e fitossanitária;

V - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos do ZEE/RR e promover medidas necessárias à cooperação e articulação das ações públicas, privadas e da população em geral para a gestão territorial em Roraima;

VI - promover a articulação e cooperação entre o Estado de Roraima, demais Estados, o Governo Federal e países fronteiriços, visando à realização de ações integradas concernentes às questões de ordenamento territorial e desenvolvimento;

VII - indicar critérios alternativos para orientar processos de apropriação, preservação e conservação de recursos renováveis e não renováveis, considerando seus valores de uso direto, indireto e de opção e, valores de não uso, de herança e de existência; VIII – assegurar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento governamental, como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e as diretrizes a serem recomendadas pelo ZEE/RR;

VIII – assegurar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento governamental, como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e as diretrizes a serem recomendadas pelo ZEE/RR;

IX - formular e implementar políticas de educação e de recursos humanos necessários a garantir a efetivação do ZEE/RR;

X - manifestar-se previamente sobre a criação e institucionalização de unidades de conservação de uso direto e indireto dentro da área geográfica do Estado de Roraima.

XI - acompanhar o desenvolvimento, a implementação e a revisão do ZEE/RR e de outras políticas territoriais, com base nas informações do Índice de Sustentabilidade dos Municípios de Roraima.

Parágrafo único. O Comitê Gestor tomará as providências necessárias para que as bases de dados do INCRA, Exército, IBGE, SIPAM/SIVAM, RADAM, existentes sejam unificadas para fins de aplicação no Estado.

CAPÍTULO IV **DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO** **ESTADO DE RORAIMA – ZEE/RR**

Art. 9º O ZEE/RR é instrumento de planejamento de importância fundamental para o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima, tendo em vista a exploração racional dos seus recursos naturais.

Art. 10. O ZEE/RR elaborado na escala 1:250.000, será posteriormente detalhado em sucessivas aproximações em escalas de detalhe, com base em Unidades e Sub-Unidades ou Zonas de Gestão e Planejamento Territorial, visando melhor subsidiar ações mais específicas para áreas sensíveis ou prioritárias.

Art. 11. O ZEE/RR será articulado com a Política Estadual de Recursos Hídricos, orientando prioritariamente as atividades desenvolvidas pelos órgãos gestores das bacias hidrográficas.

Art. 12. O Poder Executivo deverá elaborar documentação descritiva e ilustrativa em linguagem acessível que possa ser utilizada de forma objetiva, como meio de divulgação e informação ao público.

Art. 13. A implementação de políticas públicas relativas a acessos a créditos, incentivos fiscais e outros tipos de investimentos somente receberão colaboração, apoio e estímulo quando em consonância com as diretrizes do ZEE/RR e compatíveis com o Plano Plurianual de Ações – PPA, do Estado de Roraima.

Art. 14. O planejamento e execução das ações públicas e privadas serão orientadas pelo ZEE/RR, com base nas Unidades de Gestão e Planejamento Territorial, definidas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental, aptidão de uso e regimes diferenciados.

Art. 15. Para implementação do ZEE/RR, ficam estabelecidas 04 (quatro) Unidades de Gestão e Planejamento Territorial, doravante denominadas Unidades, no interior das quais será definido o direcionamento de políticas públicas do Estado, em consonância com a necessidade de utilização sustentável dos recursos naturais na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, prevendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos naturais, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

SEÇÃO I

Das Unidades de Gestão e Planejamento Territorial

Art. 16. Unidade I, SAVANAS, áreas de uso consolidado, ou a consolidar, contidas no domínio das savanas, culturas energéticas, integração lavoura-pecuária, compostas por áreas de uso com agricultura tecnificada, culturas de ciclo curto, culturas irrigadas, integração lavoura-pecuária, pastagens nativas e melhoradas, silvicultura, aquíicultura, pesca, mineração para materiais de uso imediato na construção civil, rochas ornamentais e turismo.

§1º As terras da Unidade I, utilizadas para diferentes fins, possuem graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental, que caracterizam diferentes zonas, conforme descritas na Seção II desta Lei Complementar.

§2º A Unidade I obedecerá às seguintes diretrizes:

I - como diretriz geral, deve ser estimulado o desenvolvimento das atividades primárias, com práticas adequadas de manejo no uso dos recursos naturais, especialmente do solo e da água, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da savana;

II - condicionamento das diretrizes de uso das zonas para obras de infra-estrutura.

III - a Reserva Legal deverá, preferencialmente, situar-se em área contígua às áreas de preservação permanente.

§3º Para as terras dessa Unidade, mantêm-se a área de Reserva Legal em 35% da propriedade ou posse, excluída a área de preservação permanente.

§4º O total das áreas correspondentes a esta unidade constarão do Anexo I, e a sua representação cartográfica é apresentada em mapa no Anexo II.

Art. 17. Unidade II, FLORESTAS, áreas de uso consolidado ou a consolidar, contidas no domínio das florestas, composta por áreas de uso na agricultura, pecuária, pastagens melhoradas, sistemas agroflorestais e florestais, manejo florestal, pesca, extrativismo, mineração para rochas ornamentais, materiais de uso imediato na construção civil, minerais metálicos e não metálicos, turismo.

§1º As terras da Unidade II, utilizadas para diferentes fins, possuem graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental, que caracterizam diferentes zonas, conforme descritas na Seção II desta Lei Complementar.

§2º A Unidade II obedecerá às seguintes diretrizes:

I - como diretriz geral, deve ser estimulado o desenvolvimento das atividades primárias em áreas já antropizadas, com práticas adequadas e manejo no uso dos recursos naturais, especialmente do solo, da água e da biodiversidade, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta;

II - estímulo ao manejo sustentado dos recursos florestais e, em particular, o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas, de áreas de preservação permanente e da reserva legal;

III - aplicação de políticas públicas compensatórias, visando à manutenção dos recursos florestais remanescentes, evitando a sua conversão para sistemas agropecuários extensivos;

IV - condicionamento das diretrizes de uso das zonas para obras de infra-estrutura;

V - Para fins de supressão e recomposição florestal da Reserva Legal a ser averbada, aplica-se, nessa unidade, o disposto no §5º do artigo 16 do Código Florestal, com a alteração promovida pela Medida Provisória 2166-67, de 24 de agosto de 2001;

VI - a Reserva Legal deverá, preferencialmente, situar-se em área contígua às áreas de preservação permanente.

§3º Para as terras dessa Unidade fica a Reserva Legal reduzida para 50 % da propriedade ou posse, excluída a área de preservação permanente.

§4º O total das áreas correspondentes a esta unidade constarão do Anexo I, e a sua representação cartográfica é apresentada em mapa no anexo II.

Art. 18. Unidade III, CAMPINARANAS, considerada de domínio das campinaranas e formações pioneiras, composta por áreas a serem estudadas, e seu uso definido futuramente.

Parágrafo único. O total das áreas correspondentes a esta unidade constarão do Anexo I, e a sua representação cartográfica é apresentada em mapa no anexo II.

Art. 19. Unidade IV, ÁREAS PROTEGIDAS, compostas por áreas institucionais federais, estaduais, municipais e particulares existentes, assim definidas em procedimentos legais próprios.

§1º As áreas federais são compostas pelas Terras Indígenas, administradas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Unidades de Conservação Ambiental, administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e Áreas Militares, administradas pelo Ministério da Defesa, e terão a definição de seu planejamento territorial realizado através de políticas estabelecidas pelo Governo Federal.

§2º As Unidades de Conservação Estaduais, Municipais e Particulares terão os seus usos estabelecidos pelos seus Planos de Manejo, tal como preconizado pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC).

§3º O total das áreas correspondentes a esta unidade constarão do Anexo I, e a sua representação cartográfica é apresentada em mapa no anexo II.

SEÇÃO II

Das Sub-Unidades ou Zonas

Art. 20. As Unidades I, II e III, estabelecidas na Seção I, deverão ser divididas em Sub-Unidades ou Zonas, através de estudos socioeconômicos e ecológicos de segunda aproximação de maior detalhamento e em escalas de maior amplitude, conforme as peculiaridades regionais, mediante instrumentos próprios.

Art. 21. Deverão ser delimitadas e instituídas inicialmente pelo Poder Executivo, no detalhamento do ZEE/RR, as Zonas abaixo descritas:

I - ZCO - Zona de Conservação, em decorrência de impedimentos, como as de fragilidade fitoecológica, pedogenética e/ou topografia acidentada, inclusive áreas para proteção da biodiversidade;

II - ZRE - Zona de Recuperação, em decorrência de situações, como terras impróprias, para uso agropecuário que foram ocupadas com projetos de assentamentos mal sucedidos, abandonados ou não, podendo ser direcionados para recuperação da cobertura vegetal, com essência florestal e lavouras perenes adaptadas ao ecossistema;

III - ZCD - Zona de Consolidação, áreas que se encontram em processo de consolidação de suas atividades produtivas ou já consolidadas que concentram as atividades mais dinâmicas da economia estadual, representadas por projetos de desenvolvimento governamentais e/ou privados, para a qual são recomendadas ações e/ou intervenções para a manutenção e/ou

intensificação das atividades existentes, tendo em vista a sustentabilidade ambiental e econômica;

IV - ZEX - Zona de Expansão em áreas de projetos específicos de assentamento e colonização, em decorrência de fatores positivos como potencialidade das terras em pelo menos um sistema de manejo;

V - ZDF - Zona de Destinação Futura, que em decorrência da falta de informações técnicas suficientes para embasar planos de gestão atual, em decorrência de localização em região de difícil acesso e/ou impedimento institucional, necessitem de maior espaço de tempo e condições operacionais, para seu melhor conhecimento;

VI - ZEU - Zona de uso de áreas urbanas e seus entornos, consideradas as áreas que recebem o maior impacto das atividades humanas.

§1º O Poder Executivo poderá, se necessário for, instituir novas zonas, para uma melhor gestão e ordenamento territorial, conforme disposto no parágrafo único do art. 37.

§2º O Poder Executivo normatizará, para as zonas acima definidas, com base no ZEE/RR e na Legislação vigente as ações e intervenções necessárias à preservação, conservação e produção, dentro de uma filosofia de desenvolvimento sustentável.

§3º As zonas poderão ser subdivididas em subzonas, de acordo com o detalhamento do ZEE/RR em escalas superiores.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES DE IMPLEMENTAÇÃO DO ZEE/RR

Art. 22. O Poder Executivo regulamentará os critérios de atualização e aprofundamento do ZEE/RR em seus diferentes âmbitos de abordagem.

§ 1º O aprofundamento a que se refere o caput deste artigo diz respeito à elaboração de estudos preferencialmente em escalas de 1:100.000, ou maiores, dependendo das necessidades.

§ 2º O Poder Executivo deverá elaborar, além das ilustrações, documentação descritiva, preferentemente sob a forma de textos com linguagem acessível ao público em geral.

§3º Os cartogramas deverão permitir a identificação e a visualização das seguintes informações, consideradas imprescindíveis ao planejamento e à orientação a serem prestadas ao público:

I - usos da terra, atuais e potenciais;

II - tipos de vegetação;

III - tipos de solo e de clima;

IV - morfologia;

V - aptidão agrícola;

VI - vulnerabilidade natural à erosão;

VII - localização da infra-estrutura e das atividades econômicas;

VIII - os espaços territoriais especialmente protegidos, tais como as Unidades de Conservação criadas pelos governos federal, estadual e municipal, as terras indígenas, as áreas militares e as áreas de proteção permanente; e

IX - bacias hidrográficas.

§4º A documentação descritiva conterá esclarecimentos e comentários que possam ser utilizados, de forma objetiva, como meio de divulgação e de informação ao público, a respeito das recomendações produzidas no âmbito do processo de zoneamento, no que se refere à ocupação da terra e ao uso de recursos da natureza.

§5º Os memoriais descritivos das Unidades e Sub-Unidades ou Zonas deverão constar da regulamentação desta Lei Complementar.

Art. 23. Fica vedada qualquer alteração dos limites de abrangência das unidades instituídas, antes de ter corrido o prazo de 10 (dez) anos de vigência desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Decorrido o prazo instituído no caput, as alterações só poderão ocorrer por Lei de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 24. Para efeito de formulação das diretrizes de uso e ocupação do solo, as seguintes variáveis fundamentais deverão ser observadas:

I - as características físicas e biológicas, considerando todos os seus potenciais e também os aspectos socioeconômicos das Unidades, a fim de identificar as potencialidades e as vulnerabilidades dos geossistemas e ecossistemas, com o objetivo de atender às necessidades humanas;

II - a definição dos usos atuais e a formulação de recomendações quanto às ações mais adequadas a serem adotadas nas Unidades, de acordo com a capacidade e limitações dos recursos ambientais, particularmente do solo, subsolo, águas superficiais e subterrâneas da flora e da fauna;

III - a proteção ambiental e a conservação das águas, dos solos, do subsolo e dos demais recursos naturais renováveis e não-renováveis, em função da ordenação do território, inclusive através da indicação de áreas a serem reservadas para proteção integral da biodiversidade ou para a prática de usos sustentáveis;

IV - a indicação de critérios alternativos para orientar processos de extrativismo madeireiro e não-madeireiro, agricultura, pecuária, pesca e piscicultura, urbanização, industrialização, inclusive madeireira, mineração e de outras opções de utilização dos recursos ambientais;

V - sugestões quanto à melhor distribuição dos investimentos públicos capazes de beneficiar, prioritariamente, os setores e as regiões de menores rendas e as localidades menos favorecidas, a fim de corrigir e superar o desequilíbrio intra-estadual;

VI - medidas destinadas a promover o desenvolvimento do setor rural, de forma ordenada e integrada, com o objetivo de melhorar as condições de adaptabilidade das populações ao meio agrícola, inclusive com estabelecimento de diretrizes para implementação da infra-estrutura considerada necessária ao fomento dessas atividades;

VII - os Planos Diretores municipais e documentos pormenorizados de aplicação das respectivas Leis Orgânicas para ordenar o desenvolvimento urbano, dentre outros meios, pelo estímulo e pela cooperação para a efetiva institucionalização dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;

VIII – sugestão de medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos Municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, funções conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais mais amplas do que restritas às das cidades, na forma do que estabelece a Constituição Estadual;

IX - a viabilidade de oferecimento de estímulos, com vistas à desconcentração de atividades econômicas, inclusive no que se refere à localização de atividades industriais, sempre com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento econômico pelo aproveitamento dos recursos naturais em harmonia com as medidas de proteção ambiental, em diferentes pontos da área do Estado;

X - a descentralização administrativa, para que haja uma adequada participação, não apenas do Estado, mas dos Municípios e das Organizações Não-Governamentais, nas tarefas de implementação do Zoneamento;

XI - a garantia e o estímulo à ampla participação do público, através de audiências públicas em todas as etapas de formulação e implementação das diretrizes setoriais para as zonas, inclusive como forma de promover a conscientização de todos os segmentos da sociedade, quanto aos objetivos do Zoneamento.

CAPITULO VI

INSTRUMENTOS OPERACIONAIS DO ZEE-RR, CONTROLE E AVALIAÇÃO

SEÇÃO I

Indicador de Sustentabilidade dos Municípios

Art. 25. Fica criado o Indicador de Sustentabilidade dos Municípios de Roraima, como instrumento de controle e monitoramento do ZEE/RR, na edição de políticas públicas de investimentos para o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima, cujos índices de aferição serão estabelecidos pelo regulamento desta Lei Complementar.

Art. 26. O ZEE-RR deverá em sua implementação, articular-se com a Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei Estadual nº 547, de 23 de junho de 2006.

SEÇÃO II

Programas de Ação

Art. 27. Fica criado o Programa de Desenvolvimento Agroflorestal e de Recuperação de Áreas Alteradas ou Degradadas, com o objetivo de fomentar a adequação do uso atual das áreas já desmatadas aos indicativos do mapa de gestão territorial do Estado de Roraima, no que se refere ao desenvolvimento de sistemas sustentável de produção florestal, agrícola e pecuária e a recuperação de áreas em Unidades de Conservação e de Áreas de Preservação Permanente – APP.

Parágrafo único. O Programa de Desenvolvimento Agroflorestal e de Recuperação de Áreas Alteradas ou Degradadas será estabelecido por ato do Poder Executivo, com indicação das áreas prioritárias para sua implementação.

Art. 28. São diretrizes gerais para a instituição do programa de que trata o art. 29 desta Lei Complementar, entre outras a serem estabelecidas pela regulamentação desta Lei Complementar:

- I - mapear e monitorar as áreas degradadas por município e Unidade de Planejamento e Gestão Territorial;
- II - permitir que haja adesão prévia ao Programa Estadual de Licenciamento Ambiental e Regularização do Passivo Ambiental;
- III - assegurar o acesso dos produtores às tecnologias necessárias para atingir os objetivos do programa, por meio de políticas públicas de incentivo, particularmente de assistência técnica, extensão agroflorestal, linhas de crédito adequadas e mecanismos de acesso a insumos e equipamentos agrícolas;
- IV - fomentar o reflorestamento, com fins econômicos, energéticos, sociais e ambientais; e
- V - incentivar a inclusão de áreas alteradas e degradadas ao processo produtivo.

Art. 29. Fica criado o Programa de Licenciamento da Propriedade e Posse Rural e Regularização do Passivo Ambiental do Estado de Roraima, que será estabelecido por ato do Poder Executivo, com indicação das áreas prioritárias para sua implementação.

Art. 30. São diretrizes gerais para instituição do Programa de que trata o art. 29 desta Lei Complementar, entre outras:

- I - promover o cadastro georreferenciado das propriedades ou posses rurais;
- II - promover a regularização do passivo ambiental das propriedades ou posses rurais;
- III - recuperar as áreas de preservação permanente das propriedades ou posses rurais;
- IV - implementar políticas de incentivos ao manejo e manutenção dos recursos florestais remanescentes e que evitem a conversão para sistemas agropecuários.

Art. 31. A compensação ambiental, para regularização do passivo das propriedades ou posses rurais, dar-se-á mediante adoção das seguintes alternativas, isolada ou cumulativamente, entre outras:

- I - compensar a Reserva Legal – RL, de assentamentos, mediante criação ou regularização fundiária de unidade de conservação de domínio público;
- II - viabilizar a manutenção e apoio à regeneração natural de florestas em áreas com vegetação secundária e de interesse ambiental, denominadas de capoeiras;
- III - permitir a recuperação ambiental com espécies nativas em cronograma de longo prazo, estabelecendo um mínimo de dez por cento, a cada três anos;
- IV - permitir a recuperação ambiental, utilizando espécies exóticas como pioneiras;
- V - possibilitar a compensação entre particulares por meio da Servidão Florestal, Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN, bem como, Reserva Legal – RL, excedente;
- VI - possibilitar a compensação de Reserva Legal – RL, mediante aquisição de cotas de reserva florestal em áreas dentro da mesma bacia hidrográfica ou em áreas com unidades de paisagem de valor ecológico semelhante;
- VII - compensar a reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma bacia ou micro-bacia hidrográfica; e

VIII - compensar a Reserva Legal – RL, de propriedades privadas mediante a doação de áreas florestais para o poder público estadual, para fins de criação de unidades de conservação estadual.

SEÇÃO III

Do Monitoramento

Art. 32. Caberá aos órgãos estaduais de Planejamento e do Meio Ambiente a realização do monitoramento das Unidades de Gestão e Planejamento Territorial, avaliando periodicamente seu índice de sustentabilidade.

Art. 33. O cálculo do índice de sustentabilidade por Unidades de Gestão e Planejamento Territorial será adotado para possibilitar o monitoramento da implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico, permitindo avaliar a melhoria ou não da classificação de cada zona, em relação a sua sustentabilidade, por meio da relação entre as condições e qualidade de vida, eficiência econômica e qualidade do ambiente natural.

SEÇÃO IV

Do Controle das Atividades

Art. 34. O controle do cumprimento das diretrizes gerais e específicas do Zoneamento Ecológico-Econômico deverá ser efetuada por todos os órgãos estaduais da administração pública que tenham atribuições de licenciamento, emissão de autorizações, concessão de créditos governamentais e incentivos fiscais.

Art. 35. No processo de licenciamento ambiental, o órgão ambiental deverá observar as indicações de uso da zona ou subzona onde o empreendimento requerido se localiza, avaliando a sua compatibilidade face às diretrizes específicas estabelecidas para as Unidades de Gestão e Planejamento Territorial, assim como a sua localização no mapa do ZEE, definindo medidas mitigadoras e compensatórias adequadas às diretrizes e restrições estabelecidas para a área de localização do empreendimento.

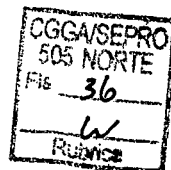
SEÇÃO V

Do Sistema de Avaliação e Acompanhamento da Implantação do ZEE

Art. 36. O Sistema de Avaliação e Acompanhamento da Implantação do ZEE é constituído por:

I - Órgão Executivo - representado pelo órgão de planejamento estadual, responsável pela elaboração da proposta, apresentação de alterações e coordenação da implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo - representado pelo Comitê de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento do Território, ao qual compete a aprovação da proposta, avaliação e o acompanhamento da implantação do ZEE, promoção da articulação entre as diversas instituições públicas e privadas, visando a divulgação e o debate acerca dos trabalhos realizados do zoneamento, bem como a avaliação de futuras alterações do ZEE.



Art. 37. As alterações do ZEE/RR terão como requisitos básicos atualizações e/ou detalhamento dos estudos temáticos, conforme metodologia definida na legislação vigente e o que concerne nas zonas e subzonas, indicações e diretrizes gerais e específicas do ZEE/RR, desde que submetidas à consulta pública, ouvido o Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial, que encaminhará parecer conclusivo ao Governador do Estado.

Parágrafo único. Alterações do ZEE/RR só poderão ocorrer por Lei de iniciativa do Poder Executivo

Art. 38. O Comitê de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento do Território recomendará e indicará aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, mediante a avaliação periódica dos resultados do monitoramento do índice de sustentabilidade, a fixação de prioridades e a necessidade de implementação de ações, políticas, planos e programas relativas às diretrizes gerais e específicas da Unidade de Gestão e Planejamento Territorial avaliada.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar critérios de regionalização que se ajustem aos Planos Inter-regionais, Nacionais e Internacionais.

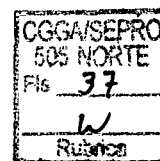
Art. 40. As despesas decorrentes da implementação desta Lei Complementar serão atendidas pelos orçamentos da SEPLAN/RR e da FEMACT/RR.

Art. 41. O Poder Executivo baixará os atos necessários à regulamentação desta Lei Complementar, no prazo máximo de 180 dias.

Art. 42. Esta Lei Complementar entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 15 de janeiro de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima



LEI COMPLEMENTAR Nº 144 DE 6 DE MARÇO DE 2009.
PUBLICADO NO D.O.E, Nº 1017, DE 06/03/09

"Dá nova redação ao §3º do art. 16 e ao §3º do art. 17 da Lei Complementar nº 143, de 15 de janeiro de 2009, que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §3º do art. 16 da Lei Complementar nº 143, de 15 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16.

.....
§ 3º Para as terras dessa unidade de planejamento, mantem-se a reserva legal em 35% (trinta e cinco por cento), sendo, no mínimo, 20% (vinte por cento) na propriedade e 15% (quinze por cento) na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia e seja averbada nos termos do §7º do art. 16 da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001." (NR)

Art. 2º O §3º do art. 17 da Lei Complementar nº 143, de 15 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17.

.....
§3º Para as terras dessa Unidade de Planejamento, o Poder Executivo, devidamente fundamentado no Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, poderá reduzir, para fins de recomposição, a reserva legal para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as Áreas de Preservação Permanente, os ecótonos, os sítios e ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos."(NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 6 de março de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

Ministério do Meio Ambiente
SEPRO/DSG/CGSC/CGGA
CONFERIDO

Processo autuado com 32 peças(s)

Data: 15 / 07 / 2015

Wulington
Servidor



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL



Processo nº 02000.001259/2015-98

DESPACHO -DZT

Brasília/DF, 15 de julho de 2015.

Ao GAB/SRHU

1. Encaminhamos o processo ora em tela e solicitamos a assinatura do Secretário da SRHU na Nota Técnica acostada à contra-capa para seu posterior encaminhamento ao Gabinete da SEDR.
2. Após a assinatura da Nota Técnica pelo Secretário da SEDR, solicitamos a gentileza de remeter o processo à Consultoria Jurídica para análise e encaminhamentos necessários.

Atenciosamente,

ADALBERTO EBERHARD

Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

A SEDR para providências.
23/07/15

[Assinatura]
Gustavo Santos Novais
Chefe de Gabinete Substituto - SRHU/MMA

EM BRANCO

RECEBIDO NA SEDR

Em 23/07/15

As 16:00

Duque Moura



**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE**



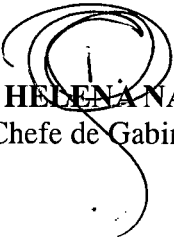
Protocolo nº 02000.001259/2015-98

Em 24 de julho de 2015.

À CONJUR/GM,

Encaminhamos vias de ACT com o estado de Roraima para análise e chancela por esta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,


RAIMUNDA HELENA NAHUM GOMES
Chefe de Gabinete



PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
01000-0/257/2015-98	24/07/15	16:50	SEPT

CS
Servidor do Serviço de Apoio Administrativo:

DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à(o):

☐ Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☒ Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐ Apoio Administrativo

OBS:

Brasília, 24/7/2015

Tânia Arrais Monteiro
TÂNIA ARRAIS MONTEIRO
Consultora Jurídica - Substituta
Consultor Jurídico

DESPACHO DO COORDENADOR GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐ Fernanda Fernandes
☐ Gustavo Carolino
☐ Olavo Medeiros
☐ Pedro Allemand
☐ Rafael Amorim

☐ Rodrigo Magalhães
☐ Tânia Arrais
☐ Tayse Oliveira
☐ Thais Madruga
☐ Tiago Mendes

☐ _____
☐ _____
☐ _____
☐ _____
☐ _____

OBS:

Brasília, ____/____/201__

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em ____/____/201__

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

Assessoria Técnica

Nome: Maria Amélia

Data: 30/07/2015

RECEBIMENTO	DEVOLUÇÃO	ARQUIVO/SAA
Recebi os presentes autos. Brasília, ____/____/____ Advogado(a)/Servidor(a)	Encaminho os presentes autos à Coordenação-Geral, com: _____ _____ _____ Brasília, ____/____/201__ _____ Advogado(a)/Servidor(a)	

X
TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO

Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente

Nesta data faço a juntada aos presentes autos da seguinte manifestação:

☐ Parecer ☐ Nota ☒ Cota ☐ Informação ☐ Despacho ☐ Outros

nº 25/201 de fls. 41 a 42 tendo como signatário(a) o(a) Dr(a)

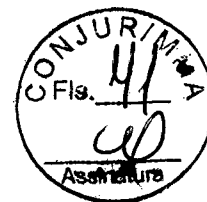
Tarcia Maria Mendes

Brasília, 31 de 10 de 08 10.

Colmeira

Assinatura e Carimbo

2 5 15



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA – GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES

COTA Nº 235 /2015/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta

PROCESSO Nº 02000.001259/2015-98

INTERESSADO: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

ASSUNTO: Minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Roraima, para implementação do ZEE no referido Estado.

REFERÊNCIA: Ofício nº 127/2015 de fl. 03

(9.2)

Trata-se de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) e o Estado de Roraima, por meio da sua Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, e do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação, cujo objeto é o estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes visando a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima.

2 Compulsando os documentos constantes dos autos, verifica-se que antes da realização de uma análise jurídica conclusiva por parte desta CONJUR, faz-se necessária a autuação dos documentos acostados à contracapa (Nota Técnica e Ofício nº 266/2015/GAB.GOV).

3 Além disso, recomenda-se a numeração da Nota Técnica s/nº 2015/GAB/SEDR/MMA e sua assinatura pelo Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

4 Sugere-se ainda a alteração da Cláusula Sétima- Da Participação no Resultado dos Trabalhos, da minuta de fls. 04/09, conforme apontamentos feitos na



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA – GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

própria minuta, para melhor adequação jurídica à Lei de Acesso à Informação- Lei nº 12.527/2011.

5 Isto posto, sugiro o encaminhamento dos autos à SEDR para as providências que entender necessárias, sem prejuízo do seu retorno a este órgão consultivo para posterior manifestação jurídica conclusiva acerca do ajuste pretendido.

Brasília, 30 de julho de 2015.

TÂNIA ARRAIS MONTEIRO
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

TERMO DE REMESSA
Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente
Nesta data faço a remessa dos presentes autos à(s)

SEU

Brasília, 31/07/15 às 08:10.

Assinatura

Assinatura e Carimbo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado de Roraima

Origem: Departamento de Zoneamento Territorial

Brasília/DF, 15 de julho de 2015.

NOTA TÉCNICA nº 09 /2015/GAB/SEDR/MMA

Ref: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado de Roraima para elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima.

1. DESTINATÁRIO

Gabinete da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU

2. INTERESSADO

Departamento de Zoneamento Territorial - DZT

3. REFERÊNCIAS

3.1. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Em seu artigo 9º são relacionados os instrumentos da PNMA, dentre os quais o zoneamento ambiental, posteriormente denominado de zoneamento ecológico-econômico.

3.2. Decreto s/nº de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, institui o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, e dá outras providências.

3.3. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.

3.4. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de


Berta Silva

abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. O ZEE é abordado nos artigos 11-A, 12, 13 e 14.

4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

Introdução

4.1. Trata-se, a presente Nota Técnica, da celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e do Instituto Estadual de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação (IACTI).

4.2 A SEPLAN e o IACTI, por meio do Ofício SEPLAN/GAB/OFÍCIO nº 127, de 12 de junho de 2015, formalizaram seu interesse em estabelecer o ACT em tela, visando a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal. Para isso, a SEPLAN e o IACTI encaminharam uma minuta do Acordo de Cooperação Técnica e do respectivo Plano de Trabalho a ser cumprido durante os 24 meses de vigência do ACT.

4.3. O Ofício SEPLAN/GAB/OFÍCIO nº 127/2015 encaminhou, também, como anexos, (i) a lei complementar nº 143, de 15 de janeiro de 2009, e a lei complementar nº 144, de 06 de março de 2009, que instituem o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima e dá outras providências, (ii) a lei delegada nº 07, de 16 de janeiro de 2003, e a lei nº 815, de 07 de julho de 2011, que dispõem, respectivamente, sobre a estrutura organizacional da SEPLAN e do IACTI e (iii) a documentação do Secretário da SEPLAN, Alexandre Alberto Henklain Fonseca, do Diretor Presidente do IACTI, Marcelo Magalhães Nunes, e do Diretor de Pesquisa e Tecnologia em Gestão Territorial do IACTI, Lurenas Cruz do Nascimento: atos de nomeação e informações pessoais (documento de identidade, contendo o número do CPF, e comprovante de endereço).

Parecer técnico

4.4. Tradicionalmente, as políticas públicas brasileiras são caracterizadas pela baixa coordenação, coerência e consistência das ações desenvolvidas. As instâncias responsáveis pela formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas ainda carecem de uma maior troca de informações e perspectivas para a construção de estratégias de intervenção transversais e mais abrangentes. Como resultado, a trajetória das políticas públicas é profundamente marcada por direções relativamente autônomas e fragmentadas, pautadas por visões distintas – e, por vezes, contraditórias – dos problemas e soluções.

4.5. Contudo, a percepção de que no núcleo dos obstáculos ao desenvolvimento está a falta de uma abordagem integrada aos problemas que atingem a sociedade, faz crescer uma tendência de se instaurar um novo modelo de gestão pautado na conciliação e no reforço mútuo dos resultados e dos meios institucionais para seu alcance, cabendo ao zoneamento ecológico-econômico (ZEE) papel fundamental nesse processo.

4.6. Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, o ZEE representa uma ferramenta integrada de diagnóstico e proposição de diretrizes socialmente pactuadas de uso e ocupação do território, buscando orientar os esforços de investimento do governo e do setor privado



Bruno A. Silva

com base na viabilização de atividades econômicas dinâmicas que reconheçam e valorizem a diversidade local. Assentado no uso sustentável dos recursos naturais e na melhoria das condições de vida da população, o ZEE objetiva impedir, portanto, movimentos indesejados de ocupação de áreas vulneráveis, estimulando uma melhor utilização das áreas já ocupadas e conservando a capacidade de (re)produção dos ecossistemas regionais.

4.7. No Estado de Roraima, as atividades de zoneamento tiveram início ainda em 1987, com a elaboração de um zoneamento agroecológico, porém paralisado em 1990. Em 1992, foi instituída pelo decreto estadual nº 1.362 a Comissão Coordenadora do ZEE do estado, ano em que também teve início a elaboração do ZEE em áreas prioritárias do estado, iniciando-se pela bacia hidrográfica do Rio Cotingo (abrangendo uma área de 6.178 km²), com financiamento do Banco Mundial e do Governo de Roraima. O estudo, com documentos cartográficos na escala de 1:250.000 e 1:100.000, foi concluído em 1994.

4.8. Entre 1996 e 1998, houve uma experiência chamada de Projeto Conjunto Brasil-Venezuela para o Ordenamento Territorial, por meio do qual foi desenvolvido o ZEE da região fronteira entre Santa Elena de Uairén e Pacaraima (numa área de 20.000 km²), coordenado pela SAE e pelo MMA e executado pela CPRM.

4.9. Em 1998 teve início o ZEE da região central de Roraima (abarcando uma superfície de 154.900 km²), com um diagnóstico que depois abrangeu todo o estado, vinculado à SEPLAN e executado por meio de um convênio com a CPRM, em parceria com o Departamento de Meio Ambiente do estado e outras instituições federais. O ZEE da região central de Roraima priorizou o mapeamento de áreas não destinadas à conservação ou à ocupação de comunidades indígenas (unidades de conservação e terras indígenas), na escala de 1:250.000 e detalhamentos na escala de 1:100.000. Os trabalhos, publicados em 2002, incluíram alguns temas inéditos até então, como biodiversidade, antropologia, hidrogeologia e geoquímica das águas.

4.10. Após um período de relativa estagnação, em 2009 o ZEE do estado, na escala de 1:250.000, foi instituído pela lei complementar nº 143, modificada pela lei complementar nº 144, do mesmo ano. Valendo-se dos diagnósticos produzidos pelo ZEE da região central de Roraima, a proposta de gestão contida na lei complementar nº 143/2009, contudo, não guardava relação com os estudos técnicos elaborados, o que gerou, quando da apresentação do ZEE ao Ministério do Meio Ambiente, a indicação de uma série de ajustes ao zoneamento instituído.

4.11. Em 2015, com a posse da Governadora Suely Campos, a revisão, conclusão e implementação do ZEE foi reconhecida como uma das agendas prioritárias do governo, o que proporcionou a reaproximação do estado com o MMA para a realização dos ajustes necessários em 2009. O Ofício nº 266/2015/GAB.GOV, enviado pela Governadora Suely Campos à Ministra Izabella Teixeira no último dia 05 de maio de 2015 e que se encontra anexado a este expediente, ilustra a retomada do diálogo entre as partes em prol do ZEE do Estado de Roraima.

4.12. Assim, o Acordo de Cooperação Técnica proposto visa conjugar esforços para a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, de forma integrada ao MacroZEE da Amazônia Legal, por meio do desenvolvimento das atividades constantes no Plano de Trabalho, não implicando, contudo, na transferência de recursos financeiros entre os partícipes.



Bot. Silva

4.13. O Acordo será celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente – por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, onde se insere o Departamento de Zoneamento Territorial, responsável por coordenar a elaboração do ZEE no território nacional e promover o ZEE das unidades da federação – e o Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e do Instituto Estadual de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação (IACTI).

4.14. Ao Ministério do Meio Ambiente caberá assistir o Estado de Roraima no desenvolvimento, revisão e atualização das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE, garantindo o atendimento dos pressupostos técnicos e institucionais estabelecidos no decreto nº 4.297/2002 e mediando a participação das instituições que integram o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (Consórcio ZEE Brasil) na execução do Plano de Trabalho.

4.15. Para tanto, o Plano de Trabalho prevê a avaliação conjunta dos produtos intermediários (diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional e cenários tendenciais e alternativos) e final (carta de subsídios à gestão do território) do ZEE do estado, com a realização de oficinas e seminário para discussão e validação dos resultados alcançados para posterior institucionalização do ZEE por meio de marco legal específico, em substituição as leis complementares nº 143 e 144/2009.

4.16. Além disso, para viabilizar a integração do ZEE de Roraima ao MacroZEE da Amazônia Legal, o MMA colocará à disposição do estado as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal, bem como dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho.

4.17. O Estado de Roraima, por sua vez, por intermédio da SEPLAN e do IACTI, terá como atribuições principais a constituição de um Grupo de Trabalho Interno, responsável pela coordenação do ZEE do estado, e a articulação do Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima.

4.18. Por fim, de modo a fomentar a internalização dos produtos do ZEE nas instituições governamentais e na sociedade, o Plano de Trabalho estabelece a realização de atividades de capacitação de gestores públicos e privados do estado para o uso e aplicação da base de informações do ZEE e mecanismos que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do zoneamento.

5. CONCLUSÃO

5.1. A atuação do Estado na Amazônia Legal não foi marcada por uma concepção estratégica que buscasse compatibilizar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Grande parte dos incentivos fiscais e financeiros concedidos nas últimas décadas contribuiu para a exploração extensiva dos recursos naturais, com benefícios econômicos de curto prazo, baixa internalização na região dos lucros dos empreendimentos e pouco potencial de agregação de valor à produção local.


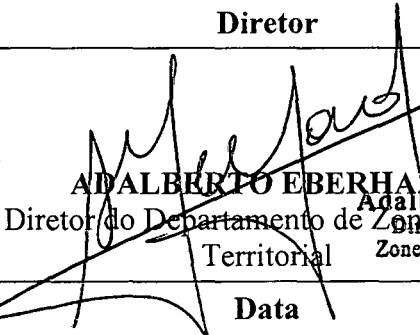
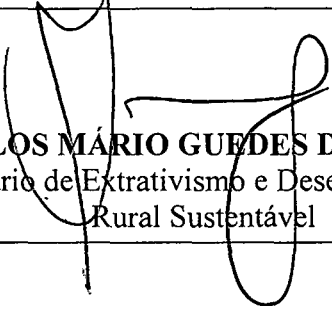
5.2. Como resposta, têm ganho ênfase, nos últimos anos, instrumentos de gestão e ordenamento territorial, em especial o ZEE, com o objetivo de conciliar as tendências de integração local, regional e nacional com a necessidade premente de se promover um novo

modelo de desenvolvimento sustentável, mais equilibrado e que gere menos pressões sociais e ambientais.

5.3. Tendo em perspectiva os princípios do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e as disposições contidas no novo Código Florestal (segundo as quais o ZEE dos estados deve ser elaborado de acordo com metodologia unificada, estabelecida pelo governo federal), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação como a aqui analisada. As disposições contidas na minuta do Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de Trabalho, estão compatíveis com o que designa o decreto nº 4297/2002 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.

5.4. Assim, tendo como base a análise contida na seção anterior dessa Nota Técnica, este Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do processo à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

À consideração superior,

ASSINATURAS	
Responsável pela elaboração da nota técnica	Diretor
 BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL Gerente do Programa ZEE Brasil	 ADALBERTO EBERHARD Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial SEDR/MMA
Secretário	Data
 CARLOS MARIO GUEDES DE GUEDES Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	Brasília, 15 de julho de 2015.

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.


MARCELO JORGE MEDEIROS
 Secretário Substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEDR/MMA	
MMA - Protocolo GABIN	
Fls. 48	
Nº 011604/20	rubrica
DATA 06/05/15	RUBRICA

OFÍCIO N.º 266/2015/GAB. GOV

Boa Vista/RR, 05 de Maio de 2015.

A Sua Excelência a Senhora
IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA
Ministra de Estado do Meio Ambiente
BRASÍLIA/DF

Do Dr. Frederico SEDR/MMA

Walter Jalen. m.

WLV
6/5/2015

Senhora Ministra,

Ao assumirmos o Governo de Roraima, no início de 2015, uma das primeiras preocupações foi inteirar-nos dos desafios de grande relevância estratégica para o desenvolvimento sustentável de nosso Estado. Em estreita análise, as questões ambientais e fundiárias exsurgiram como condicionantes *sine qua non* para o crescimento de Roraima.

Identificadas as principais dificuldades, tanto de ordem instrumental como regulamentar, vimos, nesta oportunidade, solicitar especial colaboração desse Ministério, para auxiliar-nos com apoio técnico e financeiro, para juntos trabalharmos no equacionamento dos problemas a seguir apresentados:

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

É prioridade de nossa administração concluir o ZEE, haja vista que por mais de 12 anos esse processo se arrasta em nosso Estado sem qualquer solução;

A falta do ZEE tem obstaculizado o desenvolvimento do agronegócio. Bancos oficiais têm dificultado a aprovação de projetos de financiamento, além da negativa da concessão do Seguro Agrícola;

Envidamos esforços para ultimar os trabalhos de elaboração, adequação e atualização do ZEE Roraima, instrumento fundamental para a implementação de políticas sócioeconômicas e ambientais;

Estreitamos contato com a Câmara Técnica de Gestão Territorial, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas, desse Ministério, na pessoa do senhor *Bruno Siqueira Abe Saber Miguel*, Gerente do Programa ZEE Brasil, com quem já obtivemos análise preliminar do material entregue pela administração anterior.



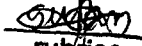
Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil
CEP: 69.301-380
Fone / Fax: (95) 2121-7926 / 2121-7930



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEDR/MMA

Fls. 49


rubrica

**CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PREVISTAS NO
DECRETO DE TRANSFERÊNCIA DE TERRAS DA UNIÃO PARA O ESTADO
(DECRETO Nº 6.754/2009)**

O Governo de Roraima apresentará propostas sobre esse tema ao Ministério do Meio Ambiente/ICMBio, visando alcançar um consenso sobre essas áreas protegidas.

Decorridos seis anos do Decreto nº 6.754/2009, os Governos passados não conseguiram firmar entendimento com o ICMBio sobre esse ponto. Hoje, em menos de quatro meses de gestão, já temos uma proposta sobre a criação e ampliação das Unidades de Conservação (UC's) referidas no Decreto, extraídas de reuniões com técnicos da unidade do ICMBio em Roraima, inclusive com previsão de apresentação na Câmara Técnica de Destinação de Terras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Roraima possui atualmente, entre Terras Indígenas 46,12% e Unidades de Conservação (Federal/Estadual/Municipal) 20,44%, perfazendo um total de 66,56% de toda sua superfície, o que representa 14.929.014ha da área total do Estado (22.430.318ha). Nesses dados não foram consideradas as áreas militares, os projetos de assentamento agrícolas do Governo Federal e nem as áreas a serem propostas para a criação e ampliação das UC's.

**DESAFETAÇÃO DE PARTE DA ÁREA DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC)
CARACARAÍ (DECRETO Nº 87.222/1982)**

Considerando o Decreto nº 91.306/1985, que criou a Estação Ecológica - ESEC Niquiá e tendo em vista que o artigo 7º define uma nova área (poligonal) para a ESEC Caracarái, o MMA, através do ICMBio deve providenciar a desafetação da área liberada (ainda bloqueada), que importa em aproximadamente 66 mil hectares, para que seja inserida na área produtiva do Estado de Roraima.

**APOIO ATRAVÉS DO PROGRAMA ARPA PARA IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO
DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC'S) ESTADUAIS**

O Governo do Estado está transformando a Área de Proteção Estadual - **APA Baixo Rio Branco** em três Unidades de Conservação tipo Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e um Parque Estadual. Necessitamos de apoio financeiro para o desenvolvimento dessas UC's Estaduais, priorizando no Programa ARPA os projetos apresentados pelo Estado, através do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACTI.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil
CEP: 69.301-380
Fone / Fax: (95) 2121-7926 / 2121-7930



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEDR/MMA

Fis. 50

(assinatura)
rubrica

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO RIO BRANCO

A região do Baixo Rio Branco, distante da Capital Boa Vista, engloba a APA Estadual Baixo Rio Branco e APA Municipal Xeruini. Essa importante região encontra-se totalmente desassistida pelos Poderes Federal, Estadual e Municipal. Nosso governo está trabalhando na implementação de um Programa que gere alternativas sustentáveis de renda, com foco na melhoria das condições de subsistência das comunidades ribeirinhas, na estruturação dos sistemas de educação e saúde e no desenvolvimento do turismo.

ASSENTO NO COMITÊ FLORESTAL BRASILEIRO

Tendo em vista que Roraima é o único Estado da Amazônia Legal que não tem representatividade no Comitê Florestal Brasileiro, solicitamos a inclusão do Estado de Roraima, através do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação – IACTI, que tem como uma de suas atribuições a gestão florestal no Estado de Roraima.

Feitas estas considerações, confirmamos a reunião com técnicos do MMA e Embrapa (CPATU/Belém e CNPTIA/Campinas), sugerida pelo Sr. Bruno Miguel para os dias 26 e 27/05, a fim de que, com a maior brevidade possível, analisemos os estudos e projetos do ZEE Roraima, os termos do Acordo de Cooperação Técnica e juntos estabeleçamos uma agenda de trabalho. Aceitamos também o apoio do Consórcio ZEE Brasil, ofertada por seus representantes em reunião com esse Ministério.

Precisamos de apoio técnico e financeiro para a conclusão do ZEE Roraima, em especial para a contratação de uma empresa pública com *expertise* em Zoneamento Ecológico Econômico.

Contamos com sua atenção para o sucesso das questões apresentadas, ao tempo que agradecemos antecipadamente e colocamos a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN à disposição para eventuais esclarecimentos (telefone 95-3623-1909 / e-mail: alexandre.henklain@hotmail.com; seplanrr@outlook.com).

Respeitosamente,


SUELY CAMPOS
Governadora do Estado de Roraima



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil
CEP: 69.301-380
Fone / Fax: (95) 2121-7926 / 2121-7930



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.001259/2015-98

Em 03/08/2015


Ao DZT,

Para conhecimento e providências quanto ao sugerido pela Conjur.

Atenciosamente,


RAIMUNDA HELENA NAHUM GOMES
Chefe de Gabinete

*Gerência de ZEE para as
providências solicitadas.*


04/08/15
Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

04/08/15



Ministério do Meio Ambiente



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE RORAIMA

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**, órgão da Administração Direta Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco B, apto. 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.736-020, portador da Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS), inscrito no CPF sob o nº 606.955.950-91 e nomeado Secretário pela Portaria nº 1.080, publicada no Diário Oficial da União em 03 de julho de 2015, e o **ESTADO DE RORAIMA**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 84.012.012/0001-26, com sede na Rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista/RR, CEP 69.301-150, neste ato representada por seu Secretário, **ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua do Cajueiro, nº 133, bairro conjunto Caçari 1, Boa Vista/RR, CEP 69.307-510, portador da Carteira de Identidade nº 140.809 (SSP/RR), inscrito no CPF sob o nº 362.801.279-15 e nomeado Secretário pela Portaria nº 024-P, publicada no Diário Oficial do Estado em 01º de janeiro de 2015, e do **INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA – IACTI**, órgão da Administração Indireta Estadual, inscrito no CNPJ sob o nº 10.979.689/0001-00, com sede na Rua Domingos Braga, nº 44, bairro São Francisco, Boa Vista/RR, CEP 69.305-220, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **MARCELO MAGALHÃES NUNES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Cicero Correia de Melo Filho, 1.881, Bairro Caraná, Boa Vista/RR, CEP 69.313-592, portador da Carteira de Identidade nº 140.813 (SSP/RR), inscrito no CPF sob o nº 646.455.762-93 e nomeado Diretor Presidente pelo Decreto nº 594-8, publicado no Diário Oficial do Estado em 07 de abril de 2015, e por sua Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial, **ANA MARIA DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na Rua Rocha Leal, nº 5297, bairro Centro, Boa Vista/RR, CEP 69.300-140, portadora

da Carteira de Identidade nº 001.260.394 (SSP/RN), inscrita no CPF sob o nº 877.181.704-20 e nomeada Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial pela Portaria IACTI-RR nº 167/15, publicada no Diário Oficial do Estado em 24 de agosto de 2015, que resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre os Partícipes visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante na Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos Partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado de Roraima no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima;

d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado de Roraima, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

e) colocar à disposição do Estado de Roraima as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) auxiliar o Estado de Roraima no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado de Roraima;

g) discutir com o Estado de Roraima o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado de Roraima; e

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II – Compete ao Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado de Roraima para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

b) articular o Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado de Roraima em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPE

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

Parágrafo único. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 meses (vinte e quatro meses), a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.



CLÁUSULA ONZE – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica consignado os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, na forma da lei e no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de de 2015.

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

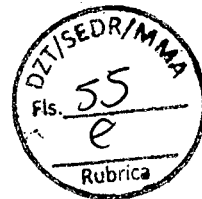
MARCELO MAGALHÃES NUNES
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do
Estado de Roraima – IACTI

ANA MARIA DE SOUZA
Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial do Instituto de Amparo à
Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento		CNPJ/MF: 84.012.012/0001-26
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n.º 167, Bairro Centro		
CIDADE: Boa Vista	UF: Roraima	CEP: 69.301-150
NOME DO RESPONSÁVEL: Alexandre Alberto Henklain Fonseca		CPF: 362.801.279-15
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 140809 (SSP/RR)		
ENDEREÇO: Rua do Cajueiro, n.º 133, bairro conjunto Caçari, Boa Vista/RR		

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 10.979.689/0001-00
ENDEREÇO: Rua Domingos Braga, n.º 44, Bairro São Francisco		
CIDADE: Boa Vista	UF: Roraima	CEP: 69.305-220
NOME DO 1º RESPONSÁVEL: Marcelo Magalhães Nunes		CPF: 646.455.762-93
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 140.813 (SSP/RR)		
ENDEREÇO: Cicero Correia de Melo Filho, 1.881, Bairro Caraná, Boa Vista-RR		
NOME DO 2º RESPONSÁVEL: Ana Maria de Souza		CPF: 877.181.704-20
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 001.260.394 (SSP/RN)		
ENDEREÇO: Rua Rocha Leal, n.º 5297, Bairro Centro, Boa Vista-RR		

2. OUTRO PARTÍCIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	CNPJ/MF: 37.115.375/0001-07
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco "B", sala 700	

CIDADE: Brasília	UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-901
NOME DO RESPONSÁVEL: Carlos Mário Guedes de Guedes		CPF: 606.955.950-91
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 3.036.435.679	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/RS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

Prazo para execução:

24 meses.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado de Roraima realizará, com diferentes níveis de detalhamento, a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil roraimense.

Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado de Roraima, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, sejam feitas a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado de Roraima como área de abrangência, qual seja, o MacroZEE da Amazônia Legal.

Nesse contexto a parceria com o MMA reveste-se de fundamental importância em função da experiência de seus técnicos e do volume de informações disponíveis no âmbito do Governo Federal, particularmente no MMA, que podem ser utilizadas em favor da implantação do ZEE de Roraima bem como em outros projetos e estudos a serem desenvolvidos no estado.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelos demais órgãos e autarquias do MMA e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do contrato

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
FASE 1	Planejamento, levantamento e sistematização de informações		1	100
META 1	Apresentar o termo de referência que orientou a elaboração do ZEE do Estado de Roraima	Termo aprovado pelo Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	1	15
META 2	Apresentar os registros (editais de convocação, listas de presença, atas e sistematização da incorporação – ou não – das contribuições recebidas) das audiências públicas realizadas sobre o ZEE do Estado de Roraima, bem como relatos de outros eventuais mecanismos empregados para garantir a participação social no processo de elaboração do zoneamento	Edital de convocação, listas de presença, atas e sistematização, filmagens, e fotos aprovados	15	30
META 3	Apresentar banco de dados relativo ao ZEE do Estado de Roraima estruturado de acordo com os grandes eixos temáticos que compõem a etapa de diagnósticos do ZEE. Priorizando meio físico-biótico, dinâmica socioeconômica e organização jurídico-institucional e apresentando os metadados, da carta de vulnerabilidade do meio físico-biótico, da carta de potencialidade social e do mapa de gestão do território, em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Ind	Banco de dados apresentados e aprovados	30	100
FASE 2	Diagnósticos, cenários e proposta de gestão do ZEE do Estado de Roraima		100	210
META 4	Apresentar relatórios e mapas de: 1) Geologia; 2) Geomorfologia; 3) Pedologia; 4) Clima; 5) Vegetação; 6) Fauna; 7) Hidrologia; 8) Antropologia; 9) Estudo Sócio Econômico; 10) Gestão Territorial; 11) Vulnerabilidades; 12) Biodiversidade; 13) Cenários, 14) Zonificação, 15) Arcabouço Jurídico Institucional e 16) Aptidão Agrícola - Serão apresentados os cenários tendenciais e alternativos elaborados para a área de abrangência do ZEE do Estado de Roraima - Serão apresentadas as informações relativas ao potencial madeireiro, ao	Relatórios e mapas aprovados	100	160

	<p>potencial dos produtos florestais não-madeireiros, aos indicadores de perda de biodiversidade e à quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do estado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serão explicitados os valores de vulnerabilidade/estabilidade atribuídos para cada classe dos temas que compõem as unidades dos sistemas ambientais e o mapa de vulnerabilidade natural à perda de solos do Estado de Roraima - Serão indicados os corredores ecológicos na área de abrangência do ZEE do Estado de Roraima - Serão consideradas as lacunas identificadas no diagnóstico socioeconômico do Estado de Roraima, bem como explicitada a metodologia empregada para o mapeamento da potencialidade socioeconômica do Estado de Roraima, com a apresentação dos indicadores utilizados desagregados por município, bem como o estudo relativo às populações tradicionais presentes na área de abrangência do ZEE - Será a apresentada a carta de incompatibilidades legais prevista no inciso VII do art. 13 do decreto nº 4.297/2002, conforme determina o Acórdão nº 2.468/2009, do Tribunal de Contas da União - Será apresentada a proposta de gestão do ZEE para o Estado de Roraima, com a divisão do território em zonas e subzonas de gestão bem como os critérios de limites e as respectivas diretrizes gerais e específicas, observando os critérios definidos no artigo 14 do decreto nº 4.297/2002 - Serão indicados os planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como, no âmbito estadual, suas respectivas fontes de recursos que possam viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona 			
META 5	Realizar oficinas de sensibilização, debates e contribuição de propostas da sociedade civil, sociedade civil organizada, órgãos federais e estaduais para o ZEE/ RR	Relatórios e listas de presenças nas oficinas	160	180
META 6	Realizar seminário de apresentação do ZEE a sociedade civil para discussão e validação final dos mapas de gestão e das diretrizes propostas	Ata da consulta pública elaborada e aprovada	180	200

META 7	Consolidar proposta final do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	Proposta final aprovada	200	210
FASE 3	Institucionalização do ZEE do Estado de Roraima e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução		210	290
META 8	Disponibilizar o banco de dados associado ao ZEE do Estado de Roraima ao público interessado no sítio eletrônico do governo do estado	Procedimentos disponibilizados.	210	230
META 9	Elaborar indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	Indicadores elaborados	230	240
META 10	Revisar o marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	Marco legal revisado	240	250
META 11	Aprovar o novo marco legal pela Assembleia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	Marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	250	280
META 12	Realizar os ajustes finais e impressão dos mapas temáticos e relatórios técnicos	Materiais gráficos publicados	280	290
FASE 4	Reconhecimento do ZEE do Estado de Roraima pela União e capacitação dos agentes públicos e privados		290	730
META 13	Encaminhar o ZEE ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	Estudos do ZEE encaminhados a CCZEE	290	300
META 14	Analisar e aprovar o ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	300	390
META 15	Tramitar o ZEE no Conama, se necessário	Atas das reuniões do Conama elaboradas	390	450
META 16	Publicar o decreto federal homologando recomendação do Conama de redução da reserva legal, para fins de recomposição	Decreto publicado no Diário Oficial da União.	-	-
META 17	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	Relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	400	730

OBS: (*) dias a partir da assinatura do contrato

E, para validade do que pelos Partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2015.

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

MARCELO MAGALHÃES NUNES
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR

ANA MARIA DE SOUZA
Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial do Instituto de Amparo à
Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

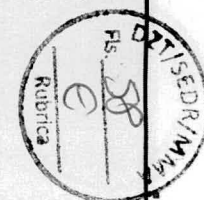
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Ana Maria de Sousa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

001.260.394 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/10/2013

ANA MARIA DE SOUZA

MANOEL DE SOUZA SOBRINHO
FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA

MOSSORO RN DATA DE NASCIMENTO 26/11/1972

CERT. DE NASCIMENTO L-A44 F-267 RG-42667
MOSSORO RN-4 CARTÓRIO

877.181.704-20 2a. VIA

[Signature]
Diretor Geral - ITED

Eletrobras

Distribuição Roraima

Eletrobras Distribuição Roraima
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Ins. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

2815-0



Nº da Nota Fiscal 000102293

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
AGOSTO/2015	08/10/2015	114	50,82

GONCALO ALVES FERNANDES
R. ROCHA LEAL 529 7 CENTRO
CPF: 00010686231368
CEP: 69.300-140 - BOA VISTA

ROT: 12.001.01.01.895007

DADOS DA LEITURA	kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA
Atual:	527		Atual: 31/08/2015
Anterior:	413		Anterior: 31/07/2015
Constante de Multiplicação:	1,000		Próxima Leitura: 30/09/2015
Consumo Medido:	114		Emissão: 31/08/2015
Consumo Faturado:	114	FCAM	Apresentação: 31/08/2015

Forma de Faturamento: NORHAL Fator de Potência: Dias de Consumo: 31

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	BI	14EDB00595 N	1614522	1.1.1.2	213

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
JUL/15 92	CONSUMO 114 A R\$ 0,358716 = 40,89
JUN/15 65	ILUMINACAO PUBLICA 9,93
MAI/15 9	
ABR/15 68	
MAR/15 88	
FEV/15 82	
JAN/15 10	
DEZ/14 306	
NOV/14 570	
OUT/14 606	

TARIFA SEM TRIBUTOS:
0 A 114 - 0,289780

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO	
DEBITOS JA REAVISADOS	
Mes/Ano Valor R\$	
12/2014 118,92	

CASO HAJA COBRANCA DE SERVIÇOS DE TERCEIROS (LEV) INCLUIDA EM SUA
FATURA, ESTA PODE SER CANCELADA, A QUALQUER TEMPO, EM NOSSOS CA
NAIS DE ATENDIMENTO.
LIGUE 08007019120 E FAÇA ORCAO VENCIMENTO 1 6 11 16 21 26

RESERVADO AO FISCO E8BC.BC80.0E6B.FD6F.6445.63A9.B945.5B3A

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	15,18	Base de Cálculo:	40,89
Energia:	15,65	Alíquota ICMS:	17,00%
Transmissão:	0,00	Valor do ICMS:	6,95
Encargos:	2,21	Valor do PIS:	0,16
Tributos:	7,85	Valor do COFINS:	0,74

INDICADORES DE CONTINUIDADE								
	DIC			FIC			DMIC	DICR
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
Limite	5,79	11,58	23,16	4,11	8,23	16,47	3,37	
Realizado	0,40			1,00			0,40	

Conjunto CENTRO Período de apuração: 06/2015 EUSD: 7,47

ROT: 12.001.01.01.895007

Eletrobras	SEU CÓDIGO	TOTAL A PAGAR - R\$
Distribuição Roraima	2815-0	50,82
Eletrobras Distribuição Roraima	MÊS FATURADO	VENCIMENTO
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR	08/2015	08/10/2015
CNPJ: 02.341.470/0001-44 Ins. Estadual: 24.007.022-3	Nº da Nota Fiscal: 000102293	FCAM

8364000000 3 50820075000 0 00000000002 6 81500815008 9



Homologo:
RONALDO MARCILIO SANTOS
Diretor-Presidente

ERRATA

Referente à PORTARIA Nº. 293/2015/GAB/PRESI/IPER, de 12 de agosto de 2015, publicada no D.O.E. nº 2580 de 12/08/2015, que trata da concessão do benefício de Salário-Maternidade às servidoras relacionadas:

Onde se lê:

Nº PROCESSO	NOME DA SEGURADA	PERÍODO	DIAS
0351P/2015	ANGELITA DA SILVA ALENCAR	23/09/2014 – 20/01/2015	120
0341P/2015	KAROLINE FRAXE BOTOSI	19/09/2014 – 16/01/2015	120
0358P/2015	CELIA DA COSTA ERICEIA	30/09/2014 – 27/01/2015	120
0376P/2015	YOLANDA TAVARES CARVALHO	28/08/2014 – 25/12/2014	120
0315P/2015	LUCILENE TEIXEIRA LIMA	07/08/2014 – 04/12/2014	120
0297P/2015	JACKELINE CRISTINA LIMA LOUREIRO	13/10/2014 – 09/02/2015	120
0269P/2015	IRLENE ALMERIO TEIXEIRA	25/07/2014 – 21/11/2014	120
0296P/2015	SANDRA SANTOS COSTA MONTE	02/10/2014 – 29/01/2015	120
0016P/2015	JARA LENINA FELIPE ROCHA	16/05/2014 – 12/09/2014	120
0342P/2015	EDILENE PIMENTEL DE MOURA	12/08/2014 – 09/12/2014	120
0364P/2015	KAROL MATILDE CALHEIROS PENA	16/09/2014 – 13/01/2015	120
0277P/2015	JUNNYA DOS SANTOS COSTA	30/10/2014 – 26/02/2015	120

Leia-se:

Nº PROCESSO	NOME DA SEGURADA	PERÍODO	DIAS
0351P/2015	ANGELITA DA SILVA ALENCAR	23/09/2014 – 20/01/2015	120
0341P/2015	KAROLINE FRAXE BOTOSI	19/09/2014 – 16/01/2015	120
0358P/2015	CELIA DA COSTA ERICEIA	30/09/2014 – 27/01/2015	120
0376P/2015	YOLANDA TAVARES CARVALHO	28/08/2014 – 25/12/2014	120
0315P/2015	LUCILENE TEIXEIRA LIMA	07/08/2014 – 04/12/2014	120
0297P/2015	JACKELINE CRISTINA LIMA LOUREIRO	13/10/2014 – 09/02/2015	120
0269P/2015	IRLENE ALMERIO TEIXEIRA	25/07/2014 – 21/11/2014	120
0296P/2015	SANDRA SANTOS COSTA MONTE	02/10/2014 – 29/01/2015	120
0342P/2015	EDILENE PIMENTEL DE MOURA	12/08/2014 – 09/12/2014	120
0364P/2015	KAROL MATILDE CALHEIROS PENA	16/09/2014 – 13/01/2015	120
0277P/2015	JUNNYA DOS SANTOS COSTA	30/10/2014 – 26/02/2015	120

Boa Vista (Roraima), 24 de agosto de 2015.

Instituto de Terras e Colonização de Roraima

ITERAIMA/GAB/PORTARIA Nº. 0332/2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA – ITERAIMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e, CONSIDERANDO o disposto no Decreto Governamental nº. 1170 - P de 24 de julho de 2015, com efeitos a partir de 19 de junho de 2015;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 053, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o regime Jurídico dos servidores Públicos e Civis do Estado de Roraima e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 737, de 18 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Instituto de Terras e Colonização de Roraima alterada pela Lei nº. 764, de 28 de janeiro de 2010; CONSIDERANDO ITERAIMA/GAB/MEMO Nº 381/2015 de 24 de agosto de 2015; CONSIDERANDO MEMO Nº 256/2015 – DIRAD/ITERAIMA de 18 de agosto de 2015; CONSIDERANDO ITERAIMA/GAB/MEMO Nº 345, de 11 de agosto de 2015; CONSIDERANDO MEMO/PROJUR/ITERAIMA/ Nº 275, de 07 de agosto de 2015; CONSIDERANDO PARECER PROJUR Nº 131/2015, de 05 de agosto de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores relacionados no Artigo 2º desta Portaria para, sobre a Presidência do Primeiro, para compor Comissão objetivando apurar a classificação dos bens quanto à ociosidade, inservibilidade, irrecuperabilidade, antieconomicidade e avaliação do valor de mercado.

Art. 2º - A Comissão será composta por três membros e será integrada pelos seguintes servidores:

1º - JOELSON ALCÂNTARA – Presidente;

2º - FABIO CHRISTIAN DE OLIVEIRA ROSAS – Relator;

3º - HERLES BUCKLEY DA SILVA – Revisor.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período caso seja necessário.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista – RR, 24 de agosto de 2015.

ALYSSON ROGERS SOARES MACEDO

Presidente/ITERAIMA

Decreto nº 1170-P/2015

ITERAIMA/GAB/PORTARIA Nº. 0333/2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA – ITERAIMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e, CONSIDERANDO o disposto no Decreto Governamental nº. 1170 - P de 24 de julho de 2015, com efeitos a partir de 19 de junho de 2015;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 053, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o regime Jurídico dos servidores Públicos e Civis do Estado de Roraima e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 737, de 18 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Instituto de Terras e Colonização de Roraima alterada pela Lei nº. 764, de 28 de janeiro de 2010; CONSIDERANDO ITERAIMA/GAB/MEMO Nº 380/2015 de 18 de agosto de 2015;

Art. 1º AUTORIZAR o afastamento dos servidores CLEICE MENDONÇA DA SILVA - Presidente de CPL, VALERIA BRITZ ANDRADE - Consultora e KAREN MACEDO DE CASTRO - Procuradora Chefe, que irão para Brasília -DF, no período de 30 de agosto a 01 de setembro 2015, para acompanhar os procedimentos de licitação de terras na TERRACAP, visando adquirir conhecimentos necessários para implementação desse procedimento neste Instituto de Terra de Roraima – ITERAIMA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data do afastamento do Servidor, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista – RR, 24 de agosto de 2015.

ALYSSON ROGERS SOARES MACEDO

Presidente/ITERAIMA

Decreto nº 1170-P/2015

ITERAIMA/GAB/PORTARIA Nº. 0334/2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA – ITERAIMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e, CONSIDERANDO o disposto no Decreto Governamental nº. 1170 - P de 24 de julho de 2015, com efeitos a partir de 19 de junho de 2015;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 737, de 18 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Instituto de Terras e Colonização de Roraima alterada pela Lei nº. 764, de 28 de janeiro de 2010; CONSIDERANDO que dispõe no art. 74, da Lei Complementar nº. 053 de 31 de dezembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR as férias dos servidores abaixo relacionados.

N.º	NOME DO SERVIDOR	MAT.	DIAS	EXERCÍCIO	INÍCIO	TERMINO	VÍNCULO
1.	HERLES BUCKLEY DA SILVA	977046952	15	2014/2015	08.09.2015	22.09.2015	EFETIVO
2	ANGELO CUNHA REIS	687889592	30	2015/2015	03.09.2015	02.10.2015	COMISSONADO

Art. 2º Esta Portaria produz seus efeitos a contar na data de sua assinatura.

Boa Vista – RR, 24 de agosto de 2015.

ALYSSON ROGERS SOARES MACEDO

Presidente /ITERAIMA

Decreto nº 1170-P/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015.

PROCESSO Nº 127/2015

CONTRATANTE: INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA - ITERAIMA
CONTRATADA: J.R.C. MALZONI

OBJETO: Aquisição de material de expediente.

DO VALOR: O valor total desse contrato é de 10.835,10 (Dez mil, oitocentos e trinta e cinco reais e dez centavos).

DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, vinculado o contrato até o final da garantia dos equipamentos de acordo com a garantia do fabricante e código de defesa do consumidor.

DATA DE ASSINATURA: 17 de agosto de 2015.

ASSINATURAS: ALYSSON ROGERS SOARES MACEDO Presidente do ITERAIMA e JOÃO ROBERTO CABRAL Representante Legal.

Boa Vista-RR, 24 de agosto de 2015.

Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 167/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação – IACTI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a senhora ANA MARIA DE SOUZA, ANA MARIA DE SOUZA, CPF: 877.181.704-20, para o Cargo de Chefe de Divisão de Estudos Sócios Econômicos e Ambientais, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 21/08/2015.

Art.2º. Nomear a senhora ANA MARIA DE SOUZA, CPF: 877.181.704-20, matrícula 5140, para exercer o cargo de Diretora de Pesquisa e tecnologia e Gestão Territorial, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 21/08/2015.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 21 de Agosto de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 21 de Agosto de 2015.

MARCELO NUNES DE MAGALHÃES

Diretor Presidente do IACTI-RR

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 168/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação – IACTI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor LURENES CARDOSO DO NASCIMENTO, CPF: 000.463.652-06, para exercer o Cargo de Chefe de Divisão de Estudos Sócios Econômicos e Ambientais, conforme o disposto no Anexo II da Lei Estadual nº 815 de 01 de julho de 2011, a partir de 21/08/2015.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 21 de Agosto de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 21 de Agosto de 2015.

MARCELO NUNES DE MAGALHÃES

Diretor Presidente do IACTI-RR

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 169/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação – IACTI-RR, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Estadual nº 706 de 30 de março de 2009, alterada pela Lei Estadual nº 815 de 07 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor IZANO CAVALCANTE DA SILVA, Matrícula: 5123, Diretor Administrativo e Financeiro, para responder como Diretor Presidente do IACTI, no período de 24/08/15 a 27/08/15.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 24 de Agosto de 2015.

Publique-se, Cientifique e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 21 de Agosto de 2015.

MARCELO DE MAGALHÃES NUNES

Diretor Presidente do IACTI-RR

IACI-RR/ PRESIDÊNCIA/PORTARIA Nº. 170/15

O Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação – IACTI-RR,

I. MARI ANNE DA SILVA ROCHA

Cargo: Chefe de Seção – CDI-II.

CPF: 924.146.132-20

Art. 2º Nomear a servidora, a seguir relacionada, para o Cargo Comissionado pertencente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP:

I. MARIA AUXILIADORA AZEVEDO DE MELO.

Cargo: Chefe de Seção – CDI-II.

CPF: 199.559.792-91

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 04 de agosto de 2015.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1231-P DE 04 DE AGOSTO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear MIRAMILTON GOIANO DE SOUZA, CPF: 201.270.222-87, para o Cargo de Assessor Especial – CNES-IV, pertencente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 9-6-2015.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 04 de agosto 2015

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 19.326-E DE 4 DE AGOSTO DE 2015.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual e em obediência ao disposto no art. 11, da Lei nº 30, de 26 de dezembro de 1992, alterado pela Lei nº 695, de 31 de dezembro de 2008,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear na função de Membros do Conselho de Administração do Instituto de Terras e Colonização de Roraima, os representantes abaixo relacionados:

I - Representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA: residente: GIZILMAR DE ALMEIDA BARBOSA

II - Representante do Instituto de Terras e Colonização de Roraima - ITERAIMA:

Secretário Executivo: ALYSSON ROGERS SOARES MACEDO

III - Representante da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ:

Titular: KARDEC JAKSON SANTOS DA SILVA

IV - Representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN:

Titular: ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA

V - Representante da Secretaria da Gestão Estratégica e Administração - SEGAD:

Titular: FREDERICO BASTOS LINHARES

VI - Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima - FAERR:

Titular: AMANDA LIA WARD TORQUATO

Suplente: SILVIO SILVESTRE DE CARVALHO

VII - Representantes da Federação de Apoio às Associações Comunitárias do Estado de Roraima - FANORTE:

Titular: MIGUEL ALVES DO NASCIMENTO

Suplente: DILAMAR FERREIRA DO NASCIMENTO

Art. 2º Fica nomeado Presidente do Conselho de Administração o Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, ou seu representante.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 4 de agosto de 2015.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 19.327-E DE 4 DE AGOSTO DE 2015.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual e em obediência ao disposto no art. 13, da Lei nº 30, de 26 de dezembro de 1992, alterado pela Lei nº 695, de 31 de dezembro de 2008,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear na função de Membros do Conselho Fiscal do Instituto de Terras e Colonização de Roraima, os representantes da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, abaixo relacionados:

I - MARCELINO DA SILVA PEREIRA NETO

II - EMERSON RICARDO DOS SANTOS VIEIRA

III - ELIEZER DE SOUZA CAMPOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 4 de agosto de 2015.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 19.328-E DE 4 DE AGOSTO DE 2015

“Cria a Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima e dá outras providências.”

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO que o planejamento territorial do Estado de Roraima e o seu ordenamento são premissas essenciais à definição de políticas públicas norteadoras de sua posse, ocupação e utilização, articuladas com o planejamento municipal e o federal;

CONSIDERANDO que os instrumentos de planejamento e gestão do desenvolvimento devem incorporar as políticas nacional, estadual, municipais, os interesses e as expectativas da comunidade local;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico-Econômico constitui-se no instrumento básico e referencial para o planejamento e gestão do processo de desenvolvimento desejado; CONSIDERANDO que é prioridade do Governo do Estado o Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a estrutura organizacional (Político-Administrativa e Técnica) para a elaboração do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criada a Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, vinculada e sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN/RR.

Art. 2º Caberá à Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, analisar e propor políticas, estratégias e diretrizes para o Zoneamento Ecológico-Econômico ao Comitê Gestor do Programa de Geotecnologia, Cartografia e Ordenamento Territorial de Roraima, instância máxima de caráter deliberativo, no âmbito do ZEE.

Art. 3º A Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima será constituída por representantes das entidades governamentais e não governamentais, conforme elencadas a seguir:

I – Órgãos Públicos Estaduais:

a) Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH/RR;

b) Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA;

c) Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima – IACTI/RR;

d) Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN;

e) Universidade Estadual de Roraima – UERR;

f) Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;

g) Secretaria de Estado do Índio – SEI;

h) Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR;

i) Secretaria Estadual da Infraestrutura – SEINF; e

j) Procuradoria-Geral do Estado de Roraima – PGE/RR.

II – Órgãos Públicos Federais:

a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

b) Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio;

c) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

d) Superintendência do Patrimônio da União – SPU;

e) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

f) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

g) Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA;

h) Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM;

i) Universidade Federal de Roraima – UFRR;

j) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

k) Ministério da Pesca e Aquicultura; e

l) Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

III – Órgãos Políticos Institucionais:

a) Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR; e

b) Associação dos Municípios de Roraima – AMR.

IV – Sociedade Civil Organizada:

a) Federação das Indústrias do Estado de Roraima – FIER;

b) União dos Empreendedores de Roraima – UNIRR;

c) Federação da Agricultura do Estado de Roraima – FAERR;

d) Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Roraima – FETAG;

e) Conselho Indígena de Roraima – CIR;

f) Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIRR;

g) Federação do Comércio Bens e Serviços de Roraima – FECOMERCIO;

h) Associação dos Arrozeiros de Roraima – AARR;

i) Associação dos Produtores de Roraima – APROR;

j) Central Única dos Trabalhadores – CUT;

k) Associação dos Madeiros de Roraima – AMADERR;

l) Instituto Socioambiental – ISA;

m) Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima – SODIURR; e

n) Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB.

V – Outros Órgãos:

a) Banco do Brasil – BB;

b) Banco da Amazônia;

c) Caixa Econômica Federal – CEF; e

d) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Art. 4º A Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima será presidida pelo Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento e a Vice-Presidência será exercida pelo Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima - IACTI/RR.

Art. 5º Cada instituição-membro da Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima indicará um titular e um suplente para representá-la, podendo fazer substituições sempre que lhe convier.

Art. 6º Os representantes das instituições serão nomeados por ato do Presidente da Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima.

§ 1º A ausência da instituição em duas reuniões consecutivas, sem justificativa, pelo representante titular ou suplente, acarretará sua exclusão da Comissão.

§ 2º A inclusão de alguma nova instituição ou de instituição excluída, como previsto no parágrafo anterior, dar-se-á através da aprovação da maioria absoluta dos membros da Comissão.

§ 3º A Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima reunir-se-á com caráter consultivo e propositivo, convocada pela Presidência ou um terço dos membros, em primeira chamada, com a presença obrigatória de cinquenta por cento mais um dos representantes das instituições devidamente nomeados e, decorrida meia hora, em segunda chamada com quórum, mínimo de 20% dos respectivos representantes.

Art. 7º Fica instituído o Grupo de Trabalho Permanente - GTP/ZEE para a Elaboração e Adequação do Programa Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima.

Art. 8º São atribuições do Grupo de Trabalho Permanente - GTP/ZEE, como executor do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico:

I - secretariar e subsidiar a Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico e o Comitê Gestor do Programa de Geotecnologia, Cartografia e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima;

II - promover a articulação entre os diversos atores envolvidos;

III - coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos temáticos para obtenção do Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima;

IV - identificar e promover as parcerias institucionais para obtenção dos produtos necessários à elaboração e adequação do Zoneamento Ecológico-Econômico;

V - sistematizar os produtos gerados pelos órgãos executores objetivando a consolidação do Zoneamento Ecológico-Econômico;

VI - compatibilizar os trabalhos do Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual, com os desenvolvidos pelo Governo Federal, junto à Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, Consórcio Nacional do Zoneamento Ecológico-Econômico e com a Gerência do Programa ZEE-Brasil do Ministério do Meio Ambiente (MMA);

VII - manter informados todos os setores envolvidos no Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual.

Art. 9º Os membros do Grupo de Trabalho Permanente - GTP/ZEE serão nomeados mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Para apoiar, logística e financeiramente, a participação dos representantes de que tratam os incisos II, III e IV, do art. 3º deste Decreto, poderão ser estabelecidos convênios entre essas organizações e o IACTI/RR e/ou SEPLAN/RR.

Art. 11. Os créditos orçamentários-financeiros necessários às atividades do Grupo de Trabalho Permanente - GTP/ZEE, referentes ao Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual, serão consignados em dotação orçamentária do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima - IACTI/RR.

Art. 12. Fica revogado o art. 3º, do Decreto 6.817-E, de 20 de dezembro de 2005.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 4 de agosto de 2015.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

DECRETO Nº 19.329-E DE 4 DE AGOSTO DE 2015

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os técnicos, abaixo relacionados, sob a Coordenação-Geral do primeiro e a Coordenação Adjunta do segundo, na condição de membros do Grupo de Trabalho Permanen-



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**

Processo 02000.001259/2015-98

DESPACHO

Brasília, 15 de setembro de 2015.

À Consultoria Jurídica

Em atenção à Cota nº 235/2015/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta (fls. 41 e 42), encaminhamos o presente processo com as seguintes alterações:

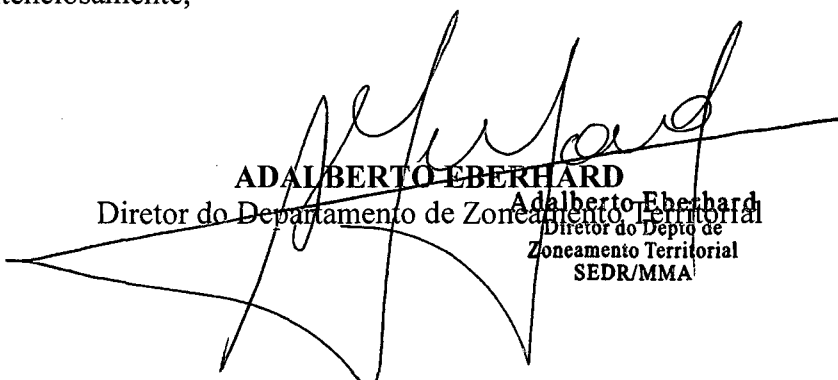
- Nota Técnica nº 09/2015/GAB/SEDR/MMA autuada, numerada e assinada pelo Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (fls. 43 a 47);
- Ofício nº 266/2015/GAB.GOV autuado ao processo (fls. 48 a 50);
- Minuta do Acordo de Cooperação Técnica modificada em sua cláusula sétima (fls. 52 a 57, além de duas outras vias acostadas à contracapa).

Além disso, em decorrência do falecimento do Sr. Lurenas Cruz do Nascimento, então Diretor de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima (IACTI), foram alterados os dados e inserida a documentação da Sra. Ana Maria de Souza (fls. 58 a 61), que o substituiu no cargo.

Por fim, foi inserida cópia do Decreto nº 19.328-E, de 04 de agosto de 2015, que cria a Comissão Institucional de Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima (fl. 62).

Assim, solicitamos a análise jurídica conclusiva desta CONJUR ao processo em tela.

Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
SEDRE/MMA



PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
____/____/____	____/____/____	____:____	____

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à(o):

☐ Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☐ Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐ Apoio Administrativo

OBS:

A analista Maria Amélia

Brasília, 16 / 09 / 2015

Consultor Jurídico

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐ Fernanda Fernandes
☐ Gustavo Carolino
☐ Olavo Medeiros
☐ Pedro Allemand
☐ Rafael Amorim

☐ Rodrigo Magalhães
☐ Tânia Arrais
☐ Tayse Oliveira
☐ Thais Madruga
☐ Tiago Mendes

☐ _____
☐ _____
☐ _____
☐ _____
☐ _____

OBS:

Brasília, ____ / ____ / 201__

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em
____ / ____ / 201__

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

Assessoria Técnica

Nome: Maria Amélia

Data: 17 / 09 / 2015

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, ____ / ____ / ____

Advogado(a)/Servidor(a)

DEVOLUÇÃO

Encaminho os presentes autos à Coordenação-Geral, com: _____

Brasília, ____ / ____ / 201__

Advogado(a)/Servidor(a)

ARQUIVO/SAA

TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
Conselho de Administração
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis
Brasília, 23 de setembro de 2015 às 11:25

TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO

Conselho de Administração do Ministério do Meio Ambiente


Nesta data faço a juntada aos presentes autos da seguinte manifestação:

☒ Parecer ☐ Nota ☐ Cc ☐ Informação ☐ Despacho ☐ Outros

nº 60 / 2013, de fls. 65 a 67, tendo como signatário(a) o(a) Dr(a)

DR. JOSE MAURO

Brasília, 23 / 09 / 15 às 11 : 25


Assinatura e Carimbo



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



PARECER Nº 601 /2015/CGAJ/CONJUR-MMA/CGU/AGU/jmloa
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02000.001259/2015-98

INTERESSADO: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica visando implementação do ZEE no Estado de Roraima

ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.
MMA E O ESTADO DE RORAIMA. IMPLEMENTAÇÃO DO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO.
MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. VIABILIDADE.

- Nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável deste Ministério encaminha minuta de Acordo de Cooperação Técnica para análise;
- A LC nº 140/ 2011 fixa a competência administrativa da União para a elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional, cabendo aos Estados elaborar o ZEE de âmbito estadual;
- O Código Florestal brasileiro- Lei nº 12.651/2012, determina o prazo de cinco anos para que todos os Estados elaborem e aprovem seus ZEEs, de conformidade com a metodologia unificada estabelecida em norma federal.

I – RELATÓRIO

Cuida-se da celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da sua



Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado de Roraima, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) e o Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação (IACTI), cujo objeto é o estabelecimento de cooperação entre os partícipes para a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico- Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.

2. A SEPLAN demonstrou interesse no estabelecimento de parceria com este Ministério para implementação do ZEE no Estado de Roraima, conforme se verifica no documento de fl. 03.

3. As justificativas que buscam fundamentar a necessidade da assinatura do instrumento ora submetido à análise jurídica consta das folhas 48/50 dos autos.

4. Sob o aspecto técnico da proposta de Cooperação a ser firmada com o Estado de Roraima, a área técnica deste Ministério manifestou-se por meio da Nota Técnica nº 09/2015/GAB/SEDR/MMA (fls. 43/47).

5. Consta dos autos a seguinte documentação: (i) Nota Técnica nº 09/2015/GAB/SEDR/MMA (fl. 43/47); (ii) Minuta de Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho (fls. 52/57); (iii) Ofício SEPLAN/GAB nº 127/2015 (fls. 03); (iv) Ofício nº 266/2015/GAB.GOV (fls. 48/50); (v) documentos necessários à celebração do ajuste (fls. 16/37-58/62)

6. É o relatório. Passo a opinar.

II – APRECIÇÃO JURÍDICA

7. **Preliminarmente**, cumpre esclarecer que a presente análise circunscreve-se apenas aos aspectos estritamente jurídicos, abstraindo-se esta Consultoria Jurídica da apreciação de fatos técnicos, circunstâncias ou quaisquer alegações relacionados com a conveniência ou a oportunidade da minuta proposta.

8. A celebração do instrumento sub examine preordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos partícipes e tem por escopo estabelecer as condições da cooperação, visando a elaboração e implementação do ZEE no Estado de Roraima.



9. A área técnica do MMA se pronunciou sobre a conveniência e oportunidade da assinatura do presente Acordo de Cooperação- Nota Técnica nº 09/2015 de fls. 43/47, manifestando-se pela sua viabilidade, senão vejamos:

5.3. Tendo em perspectiva os princípios do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e as disposições contidas no Novo Código Florestal (segundo o qual o ZEE dos estados deve ser elaborado de acordo com a metodologia unificada, estabelecida pelo governo federal), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação como a aqui analisada. As disposições contidas na minuta de Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de Trabalho, estão compatíveis com o designa o decreto nº 4297/2002 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico- Econômico do Brasil.

5.4. Assim sendo, tendo como base a análise contida na seção anterior desta nota Técnica, este Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do processo à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

10. Impende ressaltar que o Zoneamento Ecológico- Econômico é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, consoante previsto no art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/81, que tem por objetivo estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental, com vistas a assegurar a qualidade do meio ambiente, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo, assim, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população¹.

11. Trata-se de um instrumento de organização territorial ~~que deve ser obrigatoriamente seguido quando da implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas~~².

12. O Zoneamento Ambiental constitui ato de competência comum das três esferas governamentais (União, estados e municípios) como pode ser observado nos artigos 7º à 9º da Lei Complementar nº 140/2011, que dispõe sobre as normas de cooperação entre os referidos entes nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à

¹ Art. 2º do Decreto 4297/02, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

² Op. Cit.

A large, stylized handwritten signature in black ink.



preservação das florestas, da fauna e da flora.

13. Assim, afigura-se como competência da União elaborar o zoneamento ambiental de âmbito nacional e regional; aos estados elaborar o zoneamento ambiental de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional e aos municípios elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais, nos termos do art. 7º, 8º e 9º da LC nº 140/2011, respectivamente.

14. A cooperação para elaboração e execução do ZEE no âmbito dos estados tem respaldo no art. 6º, parágrafo primeiro, do Decreto nº 4.297/2010, que assim dispõe:

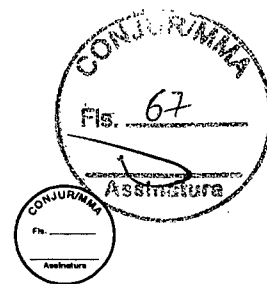
§ 1º O Poder Público Federal poderá, mediante celebração de documento apropriado, elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados, preenchidos os requisitos previstos neste Decreto.

15. No que concerne à minuta apresentada às fls. 52/54 dos autos, verifica-se que ela atende, em termos gerais, às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 4.297/2002.

16. Quanto aos demais requisitos jurídico-formais, verifica-se que os autos **foram instruídos** com a documentação necessária à formalização do instrumento, consoante disposto na Nota nº 072/2013/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta, que dispõe sobre as Orientações Jurídicas para a elaboração dos Acordos de Cooperação Técnica no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, **sendo recomendável**, contudo, que se acoste aos autos consulta realizada junto ao CADIN e SIAFI, demonstrando que não há quaisquer pendências do proponente junto à União, entidades da Administração Pública Federal Indireta ou a elas vinculadas.

III – CONCLUSÃO

17. **À luz do exposto**, com supedâneo no art. 131 da CRFB/88, no exercício das atribuições outorgadas na Lei Complementar nº 73/1993 e no Decreto nº 6.101/2007 e considerando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais da minuta de Acordo de Cooperação Técnica acostada aos autos, opino favoravelmente à celebração do ajuste pretendido, com a recomendação constante do item acima, deste



opinativo.


18. Ressalto que não é necessário o retorno a esta CONJUR-MMA, na forma do preconizado no Enunciado de Boa Prática Consultiva da Advocacia Geral da União (BPC/AGU) nº 05/2012:

BPC Nº 05/2012

" Não é necessário que o Órgão Consultivo, após expressar seu juízo conclusivo de aprovação acerca das minutas de editais e contratos, em cada caso concreto, pronuncie-se, posteriormente, para fiscalizar o cumprimento das recomendações ofertadas em anterior manifestação jurídica, desde que suas orientações explicitem, se for o caso, os termos das Cláusulas que o Advogado Público entenda adequadas.

19. Nesses termos, restituo os autos ao Apoio/CONJUR-MMA, a fim de devolução a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para as providências decorrentes.

Brasília, 22 de setembro de 2015.


JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA
Advogado da União
Consultor Jurídico

TERMO DE REMESSA
Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente
Nesta data faço a remessa dos processos acima a(s)

SEDR

Brasília 23/09/15 às 11:28

Assinatura e Carimbo

ao DZT

Para conhecimento e demais providências.
At, 23/09/15

Anna Roque
Chefe de Divisão
SEDR/MMA
Matrícula: 1727242

A Gerência do DZT para
providências.

25/09/15
Amalberto Bernard
Diretor do Depto de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

Recebido GAB/SEDR

23/09/15

As 11 h 46

Suzanclays



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**

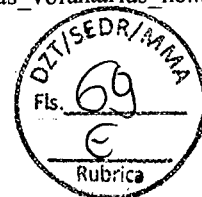
Processo 02000.001259/2015-98

Brasília, 05 de outubro de 2015.

Informo que, conforme solicitado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente, em seu Parecer nº 601/2015/CGAJ/CONJUR-MMA/CGU/AGU/jmloa, está sendo acostada ao presente processo a consulta realizada junto ao CADIN e ao SIAFI demonstrando as eventuais pendências da SEPLAN e do ICTI com a União.

Atenciosamente,

BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL
Gerente de Projeto do Departamento de Zoneamento Territorial

**INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias não é de uso obrigatório. Conforme a legislação, a comprovação do cumprimento das exigências para conveniar poderá ocorrer mediante a entrega de documentos impressos diretamente ao órgão concedente.

As informações disponibilizadas serão obtidas:

- a) de cadastros ou sistemas de registro de adimplência mantidos por órgãos ou entidades federais cuja responsabilidade esteja definida em lei;
- b) de sistemas subsidiários de informações de caráter declaratório de natureza contábil, financeira ou fiscal, consideradas suficientes para verificação do atendimento de requisitos fiscais; e
- c) por meio de documentação impressa, apresentada diretamente aos órgãos.

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias pesquisa informações relativas a pessoas jurídicas, segundo seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Cada ente federado subnacional é responsável pela relação, constante no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, de registros no CNPJ dos órgãos da sua Administração Direta e das entidades da sua Administração Indireta.

CNPJs Pesquisados: todas as inscrições de estabelecimentos categorizados como órgãos da Administração Direta do ente federado abaixo citado.

Unidade Federativa: RR - RORAIMA

Data da pesquisa: 05/10/2015

CNPJ Interviente: 84.012.012/0001-26 - ESTADO DE RORAIMA

Ver CNPJ vinculados

Atendimento aos Requisitos Fiscais:

Requisitos Fiscais		Fonte da Informação/atualização		Atendimento	Validade
I - Obrigações de Adimplência Financeira					
1.1	Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União		PGFN/RFB Cadastro de Registro de Adimplência	ATENÇÃO [**]	
1.3	Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS		CAIXA Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	07/10/2015
1.4	Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União		STN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015
1.5	Regularidade perante o Poder Público Federal		CADIN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015
II - Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios					
2.1	Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente		SIAFI/Subsistema Transferências Cadastro de Registro de Adimplência	[*]	
			SICONV Cadastro de Registro de Adimplência	[*]	
III - Obrigações de Transparência					
3.1	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF		SICONFI Atualização automática	[*]	
3.2	Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO		SICONFI Atualização automática	Comprovado	30/11/2015
3.3	Encaminhamento das Contas Anuais		STN com base no SISTN/SICONFI Atualização Manual	Comprovado	31/05/2016
IV - Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais					
4.1	Exercício da Plena Competência Tributária		SICONFI Atualização automática	Comprovado	30/04/2016
4.2	Aplicação Mínima de recursos em Educação		SIOPE Sistema Subsidiário de Informação	Comprovado	31/05/2016
4.3	Aplicação Mínima de recursos em Saúde		SIOPS Sistema Subsidiário de Informação	Comprovado	05/10/2015
4.4	Regularidade Previdenciária		MPS/SPS Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	08/12/2015

[*] As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

[**] ATENÇÃO: a comprovação do item 1.1 do CAUC, referente à regularidade quanto a tributos, a contribuições previdenciárias federais e à dívida ativa da União está temporariamente desabilitada na página do CAUC. A consulta referente a este item deve ser realizada no site da RFB, em <http://www.receita.fazenda.gov.br/APLICACOES/ATSP0/CERTIDAO/CNDCONJUNTAINTER/INFORMANICERTIDAO.ASP?TIPO=1>

Imprimir

Imprimir Itens

Exportar

Voltar

[SOBRE O TESOIRO NACIONAL](#)[POLÍTICA FISCAL](#)[DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL](#)[Sobre o Tesouro Nacional](#)[Política Fiscal](#)[Sobre a Dívida Pública Federal](#)[NOVIDADES](#)

[Missão](#)
[Quem é quem](#)
[Galeria dos Secretários](#)
[Modelo de gestão](#)
[Organograma](#)
[Nossa marca](#)
[Trabalhe no Tesouro Nacional](#)
[Conheça o Tesouro Nacional](#)
[Prêmio Tesouro Nacional](#)
[Textos para discussão](#)

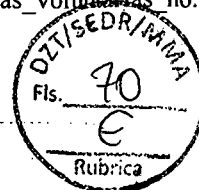
[Prefeituras e Governos Estaduais](#)
[Contabilidade Pública](#)
[Fundo Soberano](#)
[Lei de Responsabilidade Fiscal](#)

[Gestão da Dívida Pública Federal](#)
[Mercado Interno](#)
[Mercado Externo](#)
[Publicações](#)
[Relacionamento com Investidor](#)

CENTRAL DE INFORMAÇÕES
IMPRENSA
PERGUNTAS FREQUENTES
GLOSSÁRIO
FALE CONOSCO

Tesouro Nacional - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda,
Bloco P - CEP 70.048-900 Brasília - DF
Problemas com o Portal? portal.geifo@fazenda.gov.br

EM BRANCO

**INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias não é de uso obrigatório. Conforme a legislação, a comprovação do cumprimento das exigências para conveniar poderá ocorrer mediante a entrega de documentos impressos diretamente ao órgão concedente.

As informações disponibilizadas serão obtidas:

- a) de cadastros ou sistemas de registro de adimplência mantidos por órgãos ou entidades federais cuja responsabilidade esteja definida em lei;
- b) de sistemas subsidiários de informações de caráter declaratório de natureza contábil, financeira ou fiscal, consideradas suficientes para verificação do atendimento de requisitos fiscais; e
- c) por meio de documentação impressa, apresentada diretamente aos órgãos.

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias pesquisa informações relativas a pessoas jurídicas, segundo seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Cada ente federado subnacional é responsável pela relação, constante no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, de registros no CNPJ dos órgãos da sua Administração Direta e das entidades da sua Administração Indireta.

Unidade Federativa: RR - RORAIMA

Data da

pesquisa: 05/10/2015

CNPJ Pesquisado: 10.979.689/0001-00 - INSTITUTO DE AMPARO A CIENCIA TECNOLOGIA E INOVACAO DO

Atendimento aos Requisitos Fiscais:

Requisitos Fiscais		Fonte da informação/atualização	Atendimento	Validade
I - Obrigações de Adimplência Financeira				
1.1	Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e a Dívida Ativa da União	PGFN/RFB Cadastro de Registro de Adimplência	ATENÇÃO [**]	
1.3	Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	CADXA Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	19/10/2015
1.4	Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	STN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015
1.5	Regularidade perante o Poder Público Federal	CADIN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015
II - Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios				
2.1	Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	SIATF/Subsistema Transferências Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015
		SICONV Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015

[*] As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

[**] ATENÇÃO: a comprovação do item 1.1 do CAUC, referente à regularidade quanto a tributos, a contribuições previdenciárias federais e a dívida ativa da União está temporariamente desabilitada na página do CAUC. A consulta referente a este item deve ser realizada no site da RFB, em <http://www.receita.fazenda.gov.br/APLICACOES/ATSP0/CERTIDAO/CNDCONJUNTAINTER/INFORMANICERTIDAO.ASP?TIPO=1>

[Imprimir](#)[Imprimir Itens](#)[Exportar](#)[Voltar](#)**SOBRE O TESOIRO NACIONAL****Política Fiscal****DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL****Sobre o Tesouro Nacional**[Missão](#)[Quem é quem](#)[Galeria dos Secretários](#)[Modelo de gestão](#)[Organograma](#)[Nossa marca](#)[Trabalhe no Tesouro Nacional](#)[Conheça o Tesouro Nacional](#)[Prêmio Tesouro Nacional](#)[Textos para discussão](#)**Política Fiscal**[Prefeituras e Governos Estaduais](#)[Contabilidade Pública](#)[Fundo Soberano](#)[Lei de Responsabilidade Fiscal](#)**Sobre a Dívida Pública Federal**[Gestão da Dívida Pública Federal](#)[Mercado Interno](#)[Mercado Externo](#)[Publicações](#)[Relacionamento com Investidor](#)**NOVIDADES****CENTRAL DE INFORMAÇÕES****IMPRESSA****PERGUNTAS FREQUENTES****GLOSSÁRIO****FALE CONOSCO**

Tesouro Nacional - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda,
Bloco P - CEP 70.048-900 Brasília - DF
Problemas com o Portal? portal.geifo@fazenda.gov.br



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**

Processo 02000.001259/2015-98

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Informo que foram acostados ao presente processo (i) cópia do Ofício nº 230/2015/GAB/SED/DR/MMA, de 09 de outubro de 2015, que encaminhou duas vias do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser assinado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o estado de Roraima com vistas ao apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, bem como (ii) cópia da guia de remessa dos Correios contendo informações referentes à postagem.

Atenciosamente,


FELIPE L. R. BARBOSA
Analista Ambiental – SIAPE 1778153
DZ/SED/DR/MMA
FELIPE L. R. BARBOSA
Analista Ambiental



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar, Sala 700 – Brasília/DF – CEP: 70.068-900
FONE: (61) 2028-1091 / 1092

Ofício nº 230/2015/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 09 de outubro de 2015.

A Sua Senhoria

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Rua Coronel Pinto, nº 267 – Centro

CEP 69.301-150 – Boa Vista/RR

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado de Roraima

Prezado Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminhamos para assinatura duas vias do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Amazonas, por meio da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento e do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação, visando apoiar a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do Estado de Roraima.

2. Instrumento estratégico de planejamento e ordenamento territorial, o ZEE adquiriu ainda mais importância com o novo Código Florestal (leis nº 12.651/2012 e 12.727/2012), que estabeleceu um prazo de cinco anos para que todos os estados elaborem e aprovelem seus projetos de zoneamento.

3. Assim, na expectativa de que o presente instrumento de cooperação contribua para o aprofundamento da parceria entre o MMA e o Estado da Roraima, reiteramos nossos votos de estima e consideração e solicitamos que, após a assinatura das duas vias do Acordo de Cooperação Técnica e seu respectivo Plano de Trabalho, as mesmas sejam remetidas novamente ao MMA para as providências de publicação no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



MMA

GUIA DE REMESSA - VIA ECT

Nº: 461375

DATA: 09/10/2015

IDENTIFICAÇÃO

Órgão/ Unidade Solicitante

GAB/SEDR

Nome Solicitante

03 Ramal

1022

ESPECIFICAÇÃO DA REMESSA

Destinatário	Conteúdo/ Espécie	Etiqueta - ECT	UF	Tipo de Remessa
ANTÔNIO ADEMIR STROSKI	OFÍCIO Nº 229/2015/GAB/SEDR/MMA	JO 23426898 4 BR	AM	Carta Registrada com AR
ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA	OFÍCIO Nº 230/2015/GAB/SEDR/MMA	JO 23426897 5 BR	RR	Carta Registrada com AR

Justificativa (Para remessa por Sedex, Carta Registrada, PAC e MS, Informando o motivo da urgência, data limite da entrega e o nº do processo, no caso da AR)

O AR JUSTIFICA - SE POR SE TRATAR DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA ASSINATURA COM PRAZO.

Data

Carimbo e Assinatura da Chefia Unidade

09 / 10 / 2015

Data

Suzanclayr Branquinho

Matr. 1787092

SEDR/GAB/APOIO

Assinatura Solicitante

AUTENTICAÇÃO

Coordenação-Geral de Gestão Administrativa

EMPRESA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT Telefone: (61) 3447-3030/ Site de Rastreamento: <http://www.correios.com.br>

De Acordo.

Data

Coordenador-Geral

Data

Nome Legível

Via Única

SECEX/SP





Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.029374/2015-00

Data do Protocolo: 23/10/2015 Hora do Protocolo: 14:48:09
Nº do Documento: 226 Data do Documento: 21/10/2015
Tipo do Documento: OFICIO
Procedência: [GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO]
Signatário/Cargo: ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA/Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento
Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre MMA/GERR.
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º AO DET, Para conhecimento e providências 27/10/15 OZIL JUNIOR CHEFE DE DIVISÃO - SUBSTITUTO MATRICULA: 1787366	2º Gerência de ZEE para providências. 27/10/15 Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA	3º	4º	5º	6º
---	--	----	----	----	----



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



SEPLAN/GAB/OFÍCIO Nº 226/2015

Boa Vista-RR, 21 de outubro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Gabinete do 7º andar

BRASÍLIA/DF

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre MMA/GERR.

Senhor Secretário,

Em resposta ao Of nº 230/2015/GAB/SEDR/MMA, encaminho duas vias, devidamente assinadas, do acordo supracitado, celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado de Roraima, visando à elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima.

Atenciosamente,



ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Rua Coronel Pinto, 267

CEP: 69.301-150 - Centro - Boa Vista - RR - Brasil

Fone / Fax: 95 3623-1909 (GAB)

seplan.rr.gov.br



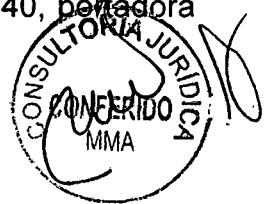
Ministério do Meio Ambiente

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE RORAIMA

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**, órgão da Administração Direta Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco B, apto. 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.736-020, portador da Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS), inscrito no CPF sob o nº 606.955.950-91 e nomeado Secretário pela Portaria nº 1.080, publicada no Diário Oficial da União em 03 de julho de 2015, e o **ESTADO DE RORAIMA**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 84.012.012/0001-26, com sede na Rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista/RR, CEP 69.301-150, neste ato representada por seu Secretário, **ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua do Cajueiro, nº 133, bairro conjunto Caçari 1, Boa Vista/RR, CEP 69.307-510, portador da Carteira de Identidade nº 140.809 (SSP/RR), inscrito no CPF sob o nº 362.801.279-15 e nomeado Secretário pela Portaria nº 024-P, publicada no Diário Oficial do Estado em 01º de janeiro de 2015, e do **INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA – IACTI**, órgão da Administração Indireta Estadual, inscrito no CNPJ sob o nº 10.979.689/0001-00, com sede na Rua Domingos Braga, nº 44, bairro São Francisco, Boa Vista/RR, CEP 69.305-220, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **MARCELO MAGALHÃES NUNES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Cicero Correia de Melo Filho, 1.881, Bairro Caraná, Boa Vista/RR, CEP 69.313-592, portador da Carteira de Identidade nº 140.813 (SSP/RR), inscrito no CPF sob o nº 646.455.762-93 e nomeado Diretor Presidente pelo Decreto nº 594-8, publicado no Diário Oficial do Estado em 07 de abril de 2015, e por sua Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial, **ANA MARIA DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na Rua Rocha Leal, nº 5297, bairro Centro, Boa Vista/RR, CEP 69.300-140, portadora

Assom

[Assinatura]



da Carteira de Identidade nº 001.260.394 (SSP/RN), inscrita no CPF sob o nº 877.181.704-20 e nomeada Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial pela Portaria IACTI-RR nº 167/15, publicada no Diário Oficial do Estado em 24 de agosto de 2015, que resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre os Partícipes visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante na Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos Partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado de Roraima no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima;

d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado de Roraima, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

Assinatura

Assinatura



e) colocar à disposição do Estado de Roraima as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) auxiliar o Estado de Roraima no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado de Roraima;

g) discutir com o Estado de Roraima o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado de Roraima; e

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II – Compete ao Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado de Roraima para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

b) articular o Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado de Roraima em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPE

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

Assinatura

Assinatura

CONSULTORIA JURÍDICA
CONFERIDO
MMA

R

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

Parágrafo único. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 meses (vinte e quatro meses), a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

Assomine

[Assinatura]



CLÁUSULA ONZE – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica consignado os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, na forma da lei e no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

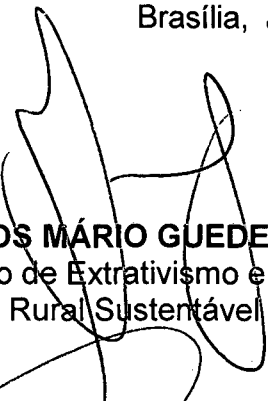
Assom

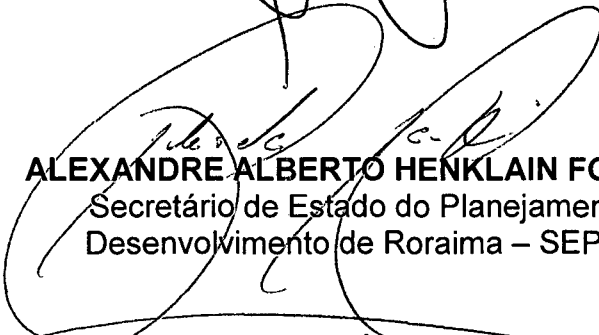
[Assinatura]




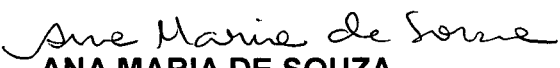
E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, 27 de outubro de 2015.

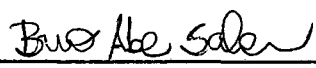

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR



ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN


MARCELO MAGALHÃES NUNES
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do
Estado de Roraima – IACTI


ANA MARIA DE SOUZA
Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial do Instituto de Amparo à
Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI

TESTEMUNHAS:


Nome: BRUNO SIQUEIRA ABE SABER
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12338626 (SSP/MG)


Nome: ADEMIR JUNES DOS SANTOS
CPF nº: 033.136.972-91
CI nº: 90083 - SSP-RR





PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento		CNPJ/MF: 84.012.012/0001-26
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n.º 167, Bairro Centro		
CIDADE: Boa Vista	UF: Roraima	CEP: 69.301-150
NOME DO RESPONSÁVEL: Alexandre Alberto Henklain Fonseca	CPF: 362.801.279-15	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 140809 (SSP/RR)		
ENDEREÇO: Rua do Cajueiro, nº 133, bairro conjunto Caçari, Boa Vista/RR		

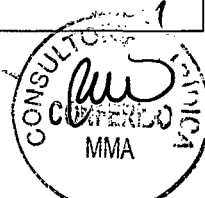
ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 10.979.689/0001-00
ENDEREÇO: Rua Domingos Braga, n.º 44, Bairro São Francisco		
CIDADE: Boa Vista	UF: Roraima	CEP: 69.305-220
NOME DO 1º RESPONSÁVEL: Marcelo Magalhães Nunes	CPF: 646.455.762-93	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 140.813 (SSP/RR)		
ENDEREÇO: Cicero Correia de Melo Filho, 1.881, Bairro Caraná, Boa Vista-RR		
NOME DO 2º RESPONSÁVEL: Ana Maria de Souza	CPF: 877.181.704-20	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 001.260.394 (SSP/RN)		
ENDEREÇO: Rua Rocha Leal, n.º 5297, Bairro Centro, Boa Vista-RR		

2. OUTRO PARTÍCIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	CNPJ/MF: 37.115.375/0001-07
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”, sala 700	

Assinatura

Assinatura



Assinatura

CIDADE: Brasília	UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-901
NOME DO RESPONSÁVEL: Carlos Mário Guedes de Guedes		CPF: 606.955.950-91
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 3.036.435.679	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/RS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

Prazo para execução:

24 meses.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado de Roraima realizará, com diferentes níveis de detalhamento, a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil roraimense.

Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado de Roraima, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, sejam feitas a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado de Roraima como área de abrangência, qual seja, o MacroZEE da Amazônia Legal.

Nesse contexto a parceria com o MMA reveste-se de fundamental importância em função da experiência de seus técnicos e do volume de informações disponíveis no âmbito do Governo Federal, particularmente no MMA, que podem ser utilizadas em favor da implantação do ZEE de Roraima bem como em outros projetos e estudos a serem desenvolvidos no estado.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelos demais órgãos e autarquias do MMA e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

Alcione

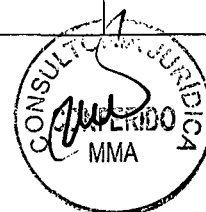


4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do contrato

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
FASE 1	Planejamento, levantamento e sistematização de informações		1	100
META 1	Apresentar o termo de referência que orientou a elaboração do ZEE do Estado de Roraima	Termo aprovado pelo Comitê Gestor de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	1	15
META 2	Apresentar os registros (editais de convocação, listas de presença, atas e sistematização da incorporação – ou não – das contribuições recebidas) das audiências públicas realizadas sobre o ZEE do Estado de Roraima, bem como relatos de outros eventuais mecanismos empregados para garantir a participação social no processo de elaboração do zoneamento	Edital de convocação, listas de presença, atas e sistematização, filmagens, e fotos aprovados	15	30
META 3	Apresentar banco de dados relativo ao ZEE do Estado de Roraima estruturado de acordo com os grandes eixos temáticos que compõem a etapa de diagnósticos do ZEE. Priorizando meio físico-biótico, dinâmica socioeconômica e organização jurídico-institucional e apresentando os metadados; da carta de vulnerabilidade do meio físico-biótico, da carta de potencialidade social e do mapa de gestão do território, em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Inde	Banco de dados apresentados e aprovados	30	100
FASE 2	Diagnósticos, cenários e proposta de gestão do ZEE do Estado de Roraima		100	210
META 4	Apresentar relatórios e mapas de: 1) Geologia; 2) Geomorfologia; 3) Pedologia; 4) Clima; 5) Vegetação; 6) Fauna; 7) Hidrologia; 8) Antropologia; 9) Estudo Sócio Econômico; 10) Gestão Territorial; 11) Vulnerabilidades; 12) Biodiversidade; 13) Cenários, 14) Zonificação, 15) Arcabouço Jurídico Institucional e 16) Aptidão Agrícola - Serão apresentados os cenários tendenciais e alternativos elaborados para a área de abrangência do ZEE do Estado de Roraima - Serão apresentadas as informações relativas ao potencial madeireiro, ao	Relatórios e mapas aprovados	100	160

Assome

M R

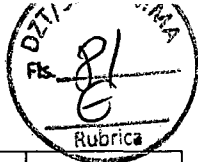


	<p>potencial dos produtos florestais não-madeireiros, aos indicadores de perda de biodiversidade e à quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do estado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serão explicitados os valores de vulnerabilidade/estabilidade atribuídos para cada classe dos temas que compõem as unidades dos sistemas ambientais e o mapa de vulnerabilidade natural à perda de solos do Estado de Roraima - Serão indicados os corredores ecológicos na área de abrangência do ZEE do Estado de Roraima - Serão consideradas as lacunas identificadas no diagnóstico socioeconômico do Estado de Roraima, bem como explicitada a metodologia empregada para o mapeamento da potencialidade socioeconômica do Estado de Roraima, com a apresentação dos indicadores utilizados desagregados por município, bem como o estudo relativo às populações tradicionais presentes na área de abrangência do ZEE - Será a apresentada a carta de incompatibilidades legais prevista no inciso VII do art. 13 do decreto nº 4.297/2002, conforme determina o Acórdão nº 2.468/2009, do Tribunal de Contas da União - Será apresentada a proposta de gestão do ZEE para o Estado de Roraima, com a divisão do território em zonas e subzonas de gestão bem como os critérios de limites e as respectivas diretrizes gerais e específicas, observando os critérios definidos no artigo 14 do decreto nº 4.297/2002 - Serão indicados os planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como, no âmbito estadual, suas respectivas fontes de recursos que possam viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona 			
META 5	Realizar oficinas de sensibilização, debates e contribuição de propostas da sociedade civil, sociedade civil organizada, órgãos federais e estaduais para o ZEE/ RR	Relatórios e listas de presenças nas oficinas	160	180
META 6	Realizar seminário de apresentação do ZEE a sociedade civil para discussão e validação final dos mapas de gestão e das diretrizes propostas	Ata da consulta pública elaborada e aprovada	180	200

Scorve

[Handwritten signatures]





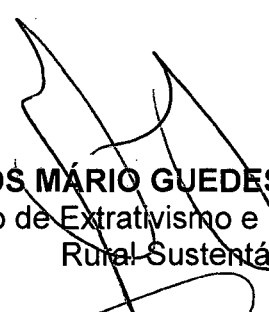
META 7	Consolidar proposta final do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	Proposta final aprovada	200	210
FASE 3	Institucionalização do ZEE do Estado de Roraima e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução		210	290
META 8	Disponibilizar o banco de dados associado ao ZEE do Estado de Roraima ao público interessado no sítio eletrônico do governo do estado	Procedimentos disponibilizados.	210	230
META 9	Elaborar indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	Indicadores elaborados	230	240
META 10	Revisar o marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	Marco legal revisado	240	250
META 11	Aprovar o novo marco legal pela Assembleia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	Marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	250	280
META 12	Realizar os ajustes finais e impressão dos mapas temáticos e relatórios técnicos	Materiais gráficos publicados	280	290
FASE 4	Reconhecimento do ZEE do Estado de Roraima pela União e capacitação dos agentes públicos e privados		290	730
META 13	Encaminhar o ZEE ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	Estudos do ZEE encaminhados a CCZEE	290	300
META 14	Analisar e aprovar o ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	300	390
META 15	Tramitar o ZEE no Conama, se necessário	Atas das reuniões do Conama elaboradas	390	450
META 16	Publicar o decreto federal homologando recomendação do Conama de redução da reserva legal, para fins de recomposição	Decreto publicado no Diário Oficial da União.	-	-
META 17	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	Relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	400	730


OBS: (*) dias a partir da assinatura do contrato


Assinatura   


E, para validade do que pelos Partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, 27 de outubro de 2015.

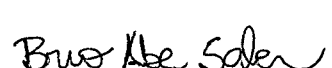

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável



ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN


MARCELO MAGALHÃES NUNES
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR


ANA MARIA DE SOUZA
Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial do Instituto de Amparo à
Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI

TESTEMUNHAS:


Nome: BRUNO SIQUEIRA ABE SABER
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12.338.626 (SSP/MG)


Nome: ADEMIR NUNES DOS SANTOS
CPF nº: 033.136.972-91
CI nº: 90083 - SSP-RR





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL



Processo nº 02000.001259/2015-98

DESPACHO - DZT

Brasília/DF, 27 de outubro de 2015.

À Sra. Chefe de Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR

Dado o parecer favorável da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente (fls. 65 a 67) e a assinatura, pelos partícipes, das duas vias do Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e o Estado de Roraima (fls. 76 a 81), segue minuta do extrato do Acordo (fl. 82) para assinatura e demais providências de publicação no Diário Oficial da União.

Solicitamos a gentileza de devolver o processo a este Departamento após a publicação do extrato do Acordo no Diário Oficial da União, no que ficamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial

Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN, inscrita no CNPJ sob o nº 84.012.012/0001-26, com sede na Rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista/RR, e do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI, inscrito no CNPJ sob o nº 10.979.689/0001-00, com sede na Rua Domingos Braga, nº 44, bairro São Francisco, Boa Vista/RR. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. c) Assinado em: 27.10.2015. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24 meses. g) Assinaturas: Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS) e CPF nº 606.955.950-91, Sr. Alexandre Alberto Henklain, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, Carteira de Identidade nº 140.809 (SSP/RR) e CPF nº 362.801.279-15, Sr. Marcelo Magalhães Nunes, Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, Carteira de Identidade nº 140.813 (SSP/RR) e CPF nº 646.455.762-93, e Sra. Ana Maria de Souza, Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, Carteira de Identidade nº 001.260.394 (SSP/RN) e CPF nº 877.181.704-20.

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Autorizo Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, conforme minuta acima apresentada. Encaminhe-se o presente processo à Coordenação Geral de Apoio Administrativo do Gabinete da Ministra – CGAA para providências quanto à publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Brasília/DF, 02 de Novembro de 2015.

RAIMUNDA HELENA NAUM GOMES

Chefe de Gabinete

Publicado no D.O.U. de 04/11/15
Seção 3 Pág. 158
Ass: 4



Ministério do Meio Ambiente
Gabinete da Ministra
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo
Protocolo Geral Nº 02000.001259/2015-98



MMA - Protocolo GABIN
Recebido em: 03 / 11 / 15
Assinatura: [Assinatura] Nome: 17:06

Publique-se
o extinto
de fl. 83.

[Assinatura]

LEONARDO MARGONATO RIBEIRO LIMA
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo
Gabinete da Ministra/MMA

03.11.15

Publicado no D.O.U. de 03/11/15
Seção 3 Pág. 158
Ass: [Assinatura]



relacionado, de acordo com o Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, pelo presente Edital, NOTIFICA-O em relação ao perdimento dos bens apreendidos em favor da Administração Pública. O autuado deverá informar o estado e onde o animal se encontra para fins de devolução, sob pena de Ação de Depósito. Prazo: 30 (trinta) dias.

Nome	CPF ou CNPJ	Processo	Termo Próprio
Edição de Rosa (s)	670.830.219-53	02026.003544/96-86	161965-B 62149-B

(a) Termo de Apreensão e Depósito nº 67149-B, referente a um coleiro macho com anilha sem registro. Decisão Interlocutória nº 27/2015

ADENILSON PERIN
Superintendente
Substituto

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 42

A Autoridade Julgadora da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que restou impossibilitada a ciência pessoal e por via postal, dos interessados a seguir relacionados, de acordo com o Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, pelo presente Edital, NOTIFICAMOS OS da decisão proferida nos processos administrativos abaixo relacionados referente ao(s) bem(s) apreendido(s).

Nome	CPF ou CNPJ	Processo	Termo Próprio
Active Hobbies - Associação dos Pequenos Lda ME	03.173.297/0001-85	02026.003893/2005-30	219944-B 0278796-C

(a) Decisão Interlocutória nº 140/2015 (1ª Instância) e 148/2015 (2ª Instância) - SC/SUPES que revogou o Termo de Apreensão e Depósito nº 0278796-C passando a considerar a lenha apreendida como DESTRUIDA.

Vistas dos respectivos processos poderão ser obtidas junto ao Núcleo de Instrução Processual da Superintendência do IBAMA em Santa Catarina à Rua Conselheiro Mafra n.º 784 - Centro - Florianópolis/SC.

ADENILSON PERIN
Superintendente
Substituto

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, através do Coordenador Regional de Belém/PA, vem pelo presente notificar as pessoas físicas e jurídicas abaixo elencadas que os respectivos autos de infração foram julgados e homologados.

Faça ao exposto, ficam os senhores intimados para efetuar o pagamento da multa em taxa única com desconto de trinta por cento o valor corrigido da penalidade (Art. 4º da Lei nº 8.005/1990) ou optar pelo parcelamento do débito sem desconto (Art. 99 da Instrução Normativa ICMBio nº 06/2009). O prazo para recolhimento da penalidade pecuniária será de 05 (cinco dias) a contar-se da presente publicação, informando-o que deverá procurar qualquer unidade descentralizada do ICMBio para emissão do(s) boleto(s) bancário(s) para quitação do débito.

O não pagamento da multa, dentro do prazo e condições acima informadas, sujeitará o autuado à inscrição pelo ICMBio no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), conforme definido na Lei Federal nº 10.522 de 19 de julho de 2002.

UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - CABEDELO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 43/2015 - UASG 443034

Número do Contrato: 28/2013. Nº Processo: 02150000172201318. PRE-GÃO SISPP Nº 19/2013. Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 14151949000105. Contratado: CASTELO VIGILANCIA E TRANSPORTE DEVALORES LTDA - ME. Objeto: Terceiro Termo Aditivo de prorrogação de vigência ao Contrato nº 28/2013 que atende a FLOA de Palmores. Fundamento Legal: Lei 8.666 e suas alterações posteriores. Vigência: 01/11/2015 a 01/11/2016. Valor Total: R\$389.436,24. Fonte: 650443032 - 2015NE800746. Data de Assinatura: 25/08/2015.

(SICON - 03/11/2015) 443033-44207-2015NE800077

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente - MMA, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN, inscrita no CNPJ sob nº 84.012.012/0001-26, com sede na Rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista/RR, e do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI, inscrito no CNPJ sob nº 10.979.689/0001-00, com sede na Rua Domingos Braga, nº 44, bairro São Francisco, Boa Vista/RR. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado de Roraima, por

intermédio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. c) Assinado em: 27.10.2015. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24 meses. g) Assinaturas: Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS) e CPF nº 606.955.950-91, Sr. Alexandre Alberto Henkain, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, Carteira de Identidade nº 140.809 (SSP/RR) e CPF nº 362.801.279-15, Sr. Marcelo Magalhães Nunes, Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, Carteira de Identidade nº 140.813 (SSP/RR) e CPF nº 646.455.762-93, e Sra. Ana Maria de Souza, Diretora de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, Carteira de Identidade nº 001.260.394 (SSP/RN) e CPF nº 877.181.704-20.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2015 - UASG 440075

Processo: 02209014243201517. DISPENSA Nº 36/2015. Contratante: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. CNPJ Contratado: 16561153000148. Contratado: DOUGLAS DE OLIVEIRA NOGUEIRA - EPP/Objeto: Contratação emergencial de serviços continuados de conservação e limpeza na Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR 163. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 20/10/2015 a 20/04/2016. Valor Total: R\$17.454,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800562. Data de Assinatura: 20/10/2015.

(SICON - 03/11/2015) 440075-00001-2015NE800004

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032015110400158

INTERESSADO(S)	CPF / CNPJ	AUTO(S) DE INFRAÇÃO	PROCESSO(S)
Jose Arnaldo da Cunha	059.792.262-49	033366/A	02122.000057/2013-81
Jose Arnaldo da Cunha	059.792.262-49	038470/A	02122.000051/2013-11

Informa-se ainda que é facultado a V.S.ª apresentar recurso a instância superior no prazo de 20 (vinte) dias, a partir desta publicação, nos termos do Art. 127 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Para o exercício do contraditório e da ampla defesa, os processos administrativos correspondentes e os documentos supracitados encontram-se disponíveis para vistas ao interessado no seguinte endereço: Coordenação Regional 04 - Belém: Av. Júlio Cesar, 7060 - Val de Cans - Belém/PA CEP 66617-420.

Com relação ao processo 02122.000057/2013-81 é obrigatória a apresentação, em qualquer unidade descentralizada do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD no prazo de 60 dias a partir desta publicação.

FERNANDO BARBOSA PEÇANHA JUNIOR
Coordenador Regional do ICMBio em Belém - CR4

EXTRATO DE RECIPROCIDADE Nº 1/2015

PROCESSO Nº: 02129.000003/2015-17. ESPÉCIE: Termo de Reciprocidade nº 01/2015/CR10, que celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da Coordenação Regional da 10ª Região, representado pelo Coordenador Regional e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT. OBJETO: Concessão de estágio obrigatório a estudantes de cursos de educação superior, educação profissional e educação especial, em unidades do INSTITUTO CHICO MENDES, no âmbito da Coordenação Regional da 10ª Região (CR10), VIGÊNCIA: 2 anos, a contar da data de publicação. DATA DA ASSINATURA: 21/10/2015. Pela FUFMT: MARIA LÚCIA CAVALLI NEDER - Reitora. PELO INSTITUTO CHICO MENDES: FERNANDO FRANCISCO XAVIER - Coordenador Regional.

COORDENAÇÃO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 96, § 1º, IV, do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, e do artigo 23, § 1º, II, da Instrução Normativa ICM nº 06, de 01 de dezembro de 2009, intima a pessoa física abaixo elencada da lavratura dos autos de infração. Neste ato, informa que é franqueada a apresentação de impugnação aos autos de infração no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de publicação deste edital, sendo concedido desconto de 30% (trinta por cento) no caso de pagamento dentro do período estipulado, e sendo facultado, ainda, ao autuado solicitar parcelamento do débito, conforme artigo 62, da Instrução Normativa ICM nº 06, de 24 de março de 2009. Cientifica-se, ainda, que o referido processo encontra-se disponível para vistas ao interessado no seguinte endereço: Reserva Biológica do Tinguá, Estrada do Comércio, 3.400, Tinguá - Vila da Cava, Nova Iguaçu/RJ CEP 26.063-630 - Telefone: 55 21 3767-7009.

Interessado	CPF	Auto(s) de Infração	Processo
ISAC LUIZ CASALABRANTE	475.563.157-20	031577 B 031579 B	02126.600202/2014-88 02126.600203/2014-08

FLÁVIO PEREIRA DA SILVA
Chefe da Reserva Biológica

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2015 - UASG 201004

Número do Contrato: 00033/2011, subrogado pela UASG: 201004 - MP-COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS.

Nº Processo: 03110006699201123.

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2011. Contratante: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO - MP. CNPJ Contratado: 07522669000192. Contratado: CEB DISTRIBUICAO S.A. - Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses, a contar de 03/10/2015. Fundamento Legal: 8.666/93. Vigência: 03/10/2015 a 02/10/2016. Valor Total: R\$576.068,04. Fonte: 100000000 - 2015NE800851. Data de Assinatura: 02/10/2015.

(SICON - 03/11/2015) 201013-00001-2015NE800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

À SEDR.

Emp

LEONARDO MARGONATO RIBEIRO LIMA
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo
Gabinete da Ministra/MMA

4.11.15

À DRT

Para conhecimento e demais providências.

At, 05/11/15

Ana Rôque
Chefe de Divisão
SEDR/MMA
Matrícula: 1727242

✓ Gerência de ZEE
para providências.

Adalberto Eberhard
06/11/15
Adalberto Eberhard
Diretor do Departamento de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

Recebido: 05/11/15
1128 JMM



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.031460/2015-00

Data do Protocolo: 16/11/2015

Hora do Protocolo: 10:16:48

Nº do Documento: 285

Data do Documento: 16/11/2015

Tipo do Documento: MEMORANDO

Procedência: [Departamento de Zoneamento Territorial]

Signatário/Cargo: Adalberto Eberhard Diretor do DZT

Resumo: Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica ao Estado de Roraima

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Zoneamento Territorial] [Eliene Portela Nascimento] [3166]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Data da Tramitação: 16/11/2015

Hora da Tramitação: 10:28:07

Destino: [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo]

Despacho: Para análise e assinatura do Secretário da SEDR, após encaminhamento à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do estado de Roraima juntamente com uma cópia do referido acordo.

Cadastr. Receb: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Zoneamento Territorial] [Eliene Portela Nascimento] [3166]
Até o momento não foi feito o recebimento eletrônico pela unidade.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

<p>1º</p> <p><i>Ao DZT</i></p> <p><i>Segue cópia.</i></p> <p><i>At, 24/11/15</i></p> <p>Anne Roque Chefe de Divisão SEDR/MMA Matricula: 1727242</p>	<p>2º</p> <p><i>Gerência de ZET</i></p> <p><i>para providências.</i></p> <p><i>At, 24/11/15</i></p> <p>Adalberto Eberhard Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial SEDR/MMA</p>
<p>3º</p> <p><i>Informo qe os autos foram devidamente</i></p> <p><i>inc. no processo nº 02000.001159/2015-00.</i></p> <p><i>At,</i></p> <p><i>25/11/15</i></p> <p>Felipe R. R. Barbosa Analista Ambiental - Siape 177815. DZT/SEDR/MMA</p>	<p>4º</p>
<p>5º</p>	<p>6º</p>



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL
SEPN 505, Ed. Marie Prendi Cruz – 1º andar – Sala 113 – Brasília/DF – CEP: 70.730-542
Tel: (61) 2028-1364/1379

MMA	DZT	Fls. 86
Data	31/460/2015	Rubrica
16/11/15		Ehione

Memorando nº 285 /2015/DZT/SEDR/MMA

Em 16 de novembro de 2015

À Sra. Chefe de Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Assunto: Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica ao Estado de Roraima

1. Finalizado o processo de celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado de Roraima, que visa conjugar esforços para a elaboração e implementação do ZEE do estado, solicitamos a gentileza de encaminhar o ofício anexo à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima, juntamente com uma cópia do referido Acordo.
2. Ficamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários e pedimos o favor de encaminhar uma cópia do ofício enviado a este Departamento.

Atenciosamente,

ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial

Adalberto Eberhard
Diretor do Departamento de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar, Sala 700 – Brasília/DF – CEP: 70.068-900
FONE: (61) 2028-1091 / 1092

Ofício nº 254/2015/GAB/SEDRA/MMA

Brasília, 23 de novembro de 2015.

A Sua Senhoria

ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Rua Coronel Pinto, nº 267 – Centro

CEP 69.301-150 – Boa Vista/RR

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado de Roraima

Prezado Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminhamos uma via do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente – por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – e o Estado de Roraima – por intermédio de sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação –, publicado no Diário Oficial da União no último dia 04 de novembro de 2015.
2. Tendo como objeto apoiar a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do Estado de Roraima, em articulação com o MacroZEE da Amazônia Legal, esperamos que este instrumento de cooperação fortaleça ainda mais a parceria entre o MMA e o Estado de Roraima.
3. Assim, reconhecendo os esforços do Estado de Roraima para fortalecer seus instrumentos de planejamento territorial, pautados no princípio da sustentabilidade, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.026001/2015-00

Data do Protocolo: 18/09/2015

Hora do Protocolo: 17:00:17

Nº do Documento: 176

Data do Documento: 26/08/2015

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO]

Signatário/Cargo: ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA/Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

Resumo: Cooperação Técnica Consórcio ZEE - Brasil.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

<p>1º No DZT Para conhecimento e monitorias. Att,</p> <p><i>Raimunda Helena Nahum Gomes</i> Chefe de Gabinete Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e Sustentável</p>	<p>2º Gerência de ZEE para análise.</p> <p><i>Adalberto Eberhard</i> Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA</p>
<p>3º Ao Arquivo do DZT, No que informo terem sido feitos os devidos contatos c/as representações da CPKm, Embrapa, IBGE e Ipea para o apoio necessário.</p>	<p>4º</p>
<p>5º 19/01/16 Att, <i>Bruno Abe Saber Miguel</i> Gerente do Programa ZEE Brasil MMA</p>	<p>6º</p>



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



SEPLAN/GAB/OFÍCIO Nº 176/15

Boa Vista-RR, 26 de agosto de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor

DR. CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável Ministério do Meio Ambiente/MMA

NESTA/

Assunto: Cooperação Técnica Consórcio ZEE-Brasil.

Senhor Secretário,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Senhoria, destaco que nos últimos 12 anos o Estado de Roraima vem envidando esforços para consolidar a elaboração definitiva de seu ZEE-RR, tendo clareza da importância de tal instrumento técnico para o processo de desenvolvimento social e econômico do estado. Contudo, devido a problemas de gestão, ocorridos em governos passados, principalmente no que tange ao processo de elaboração e conclusão dos estudos referentes ao ZEE-RR, o Estado de Roraima até o presente, ainda não concluiu o seu ZEE.

Desse modo, o Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN solicita a colaboração do Consórcio ZEE-Brasil, organismo constituído por diversos órgãos públicos federais, que tem a atribuição legal de planejar, programar, coordenar e desenvolver as ações estruturais para execução e implantação dos ZEE's nos estados, mediante apoio técnico, que é importantíssimo no que concerne aos ZEE's em elaboração no país, eis que trata-se de tema muito complexo, exigindo estudos em diversos ramos e especialidades humanas.



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, 267
CEP: 69.301-150 – Centro - Boa Vista-RR – Brasil
Fone / Fax: 3623-1909 (GAB)
seplan.rr.gov.br



ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Essa solicitação se faz necessária em virtude desse consórcio possuir diversos meios para apoiar os estados, através de parcerias técnicas. Diante disso, solicitamos através desta secretaria que o Ministério do Meio Ambiente – MMA como órgão coordenador do consórcio ZEE-Brasil, interceda para que Roraima possa contar com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) na elaboração do seu zoneamento. Esse apoio técnico é de fundamental importância para que possamos concluir esses estudos técnicos, principalmente, no que pertine à capacitação de servidores, orientação e acompanhamento na elaboração do ZEE-RR.

Na certeza de contarmos com o apoio de Vossa Senhoria, eis que certamente não medirá esforços em continuar colaborando com o Estado de Roraima na elaboração e conclusão dos estudos técnicos do ZEE-RR.

Atenciosamente,


ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA
Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Rua Coronel Pinto, 267

CEP: 69.301-150 – Centro - Boa Vista-RR – Brasil

Fone / Fax: 3623-1909 (GAB)

seplan.rr.gov.br



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar Brasília-DF CEP: 70730-542
srhu@mma.gov.br - (61) 2028-2012

Ofício n.º 292/2015/GAB/SRHU/MMA

Brasília, 07 de dezembro de 2015

A Sua Senhoria
JESSÉ SOUZA

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES
70.076-900 – Brasília/DF

Assunto: Encaminha solicitação de apoio técnico ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ao processo de ZEE do Estado de Roraima

Prezado Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, e fazendo referência ao Ofício SEPLAN/GAB/OFÍCIO Nº 176/15, informamos sobre a solicitação de apoio técnico realizada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (Seplan/RR) ao Ministério de Meio Ambiente, no papel de coordenador do Consórcio ZEE Brasil, referente ao seu processo de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) estadual. Conforme consta no citado expediente, a Seplan/RR solicita apoio ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), membro do mencionado colegiado, no que tange a orientação e capacitação relativos, especificamente, as etapas de elaboração do diagnóstico socioeconômico e, futuramente, ao processo de construção de cenários prospectivos.
2. Conforme consta no decreto s/nº de 28 de dezembro de 2001, cabe ao Consórcio ZEE Brasil, dentre outras atribuições, prestar assessoria técnica aos entes federativos no tocante a seus processos de zonificação ecológica-econômica. Ademais, conforme consta na Portaria MMA nº 95 de 22 de abril de 2015, os atuais membros, titular e suplente, representantes do Ipea no âmbito do citado colegiado são, respectivamente, o Sr. Ronaldo Ramos Vasconcellos e o Sr. Ernesto Pereira Galindo. Nesse sentido, encaminhamos o presente pleito e solicitamos tratativas quanto as possíveis estratégias de apoio, conforme previamente demandado pela Seplan/RR.
3. Visto a importância do processo de planejamento territorial para o Estado de Roraima, reconhecemos a importância de nossa parceria, por intermédio do Consórcio ZEE Brasil, visando fortalecer as ações da agenda de ZEE nos estados. Ademais, nos colocamos à disposição para apoiar no desenvolvimento dessas estratégias de apoio e renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

CASSANDRA MARONI NUNES
Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar Brasília-DF CEP: 70730-542
srhu@mma.gov.br – (61) 2028-2012

Ofício n.º 283 /2015/GAB/SRHU/MMA

Brasília, 07 de dezembro de 2015

A Sua Senhoria

WASMÁLIA BIVAR

Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166, 10º andar, Castelo, Centro

20.021-120 – Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Encaminha solicitação de apoio técnico ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao processo de ZEE do Estado de Roraima

Prezada Presidente,

1. Cumprimentando-a cordialmente, e fazendo referência ao Ofício SEPLAN/GAB/OFÍCIO Nº 176/15, informamos sobre a solicitação de apoio técnico realizada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (Seplan/RR) ao Ministério de Meio Ambiente, no papel de coordenador do Consórcio ZEE Brasil, referente ao seu processo de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) estadual. Conforme consta no citado expediente, a Seplan/RR solicita apoio ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), membro do mencionado colegiado, no que tange a orientação e capacitação relativos, especificamente, a etapa de elaboração do diagnóstico socioeconômico do mencionado instrumento de planejamento territorial.

2. Conforme consta no decreto s/nº de 28 de dezembro de 2001, cabe ao Consórcio ZEE Brasil, dentre outras atribuições, prestar assessoria técnica aos entes federativos no tocante a seus processos de zonificação ecológica-econômica. Ademais, conforme consta na Portaria MMA nº 75 de 25 de fevereiro de 2014, os atuais membros, titular e suplente, representantes do IBGE no âmbito do citado colegiado são, respectivamente, o Sr. Celso José Monteiro Filho e a Srª. Adma Hamam de Figueiredo. Nesse sentido, encaminhamos o presente pleito e solicitamos tratativas quanto as possíveis estratégias de apoio, conforme previamente demandado pela Seplan/RR.

3. Visto a importância do processo de planejamento territorial para o Estado de Roraima, reconhecemos a importância de nossa parceria, por intermédio do Consórcio ZEE Brasil, visando fortalecer as ações da agenda de ZEE nos estados. Ademais, nos colocamos à disposição para apoiar no desenvolvimento dessas estratégias de apoio e renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

CASSANDRA MARONI NUNES
Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Chefia de Gabinete

Protocolo Geral Nº 00000.003236/2016-00

Data do Protocolo: 18/02/2016

Hora do Protocolo: 09:25:41

Nº do Documento: 29

Data do Documento: 11/02/2016

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA]

Signatário/Cargo: WASMÁLIA BIVAR- Presidenta

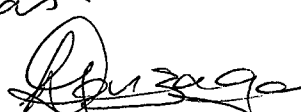
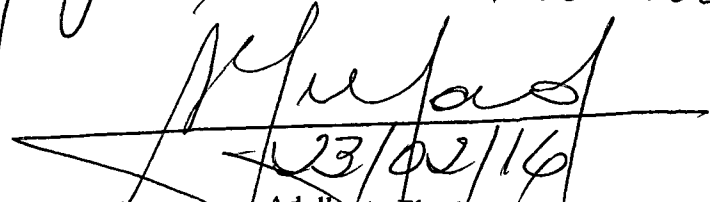

Resumo: Solicitação de Apoio Técnico ao IBGE ao Processo de ZEE do Estado de Roraima.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Apoio Administrativo] [Marilda dos Reis Magalhães] [3145]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

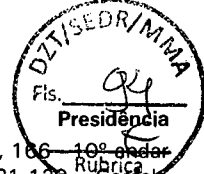
REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

<p>1º</p> <p>Ao DZI, Para ciência e demais providências. 19.02.16</p> <p> LUCIANA GONZAGA Chefe de Gabinete SRHU/MMA</p>	<p>2º</p> <p>Gerência de ZEE para conhecimento</p> <p> 23/02/16 Adalberto Eberhard Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial SEDR/MMA</p>
<p>3º</p> <p>Incorporado ao processo nº 02000.001259/ 2015-98 que trata sobre o ACT firmado entre o MMA e o Estado de Roraima.</p> <p>29/02/16  Felipe R. Barbosa Analista Ambiental - Siape 177815. DZI/SEDR/MMA</p>	<p>4º</p>
<p>5º</p>	<p>6º</p>
<p>7º</p>	<p>8º</p>



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Av. Franklin Roosevelt, 106 - 10º andar
20021-120 - Castelo
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2142-4501 ou 2142-4505
Fax: (21) 2142-0893 e 2142-0503
www.ibge.gov.br

Ofício IBGE/PR nº 29

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2016

A Sua Excelência a Senhora
Secretária Cassandra M. Nunes
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Ministério do Meio Ambiente
SEPN 505, Bloco B, Edif. Marie Prendi Cruz, 1º andar
70730-542 – Brasília DF

Assunto: **Solicitação de apoio técnico ao IBGE ao processo de ZEE do Estado de Roraima**

Senhora Secretária,

Reportamo-nos ao Ofício nº 293/2015/GAB/SRHU/MMA, sobre o apoio técnico do IBGE ao processo de ZEE do Estado de Roraima.

Sobre o assunto, esclarecemos que esta Fundação enfrenta carência de pessoal para a execução das atividades em desenvolvimento, por esse motivo, é inexequível, neste momento, o atendimento, com exclusividade, às Unidades da Federação para não impactar negativamente nos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria de Geociências.

No entanto, reconhecendo a importância do processo do ZEE RR, como instrumento de planejamento territorial, a Instituição está à disposição para o fornecimento de informações geocientíficas produzidas pelo IBGE.

Respeitosamente,

Wasmália Bivar
Presidenta

RECEBIDO SRHU

Data: 18/2/16 às 10:50

Daniel
Nome

Recebi
27/02/16
17:03 maide

MMA/Departamento SRHU/ARHU	
03236/2016	
03236/16	Rubrica memgalhes



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.008104/2016-00

Data do Protocolo: 19/04/2016

Hora do Protocolo: 11:08:51

Nº do Documento: 289

Data do Documento: 15/04/2016

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [GABINETE DA PRESIDÊNCIA - ICMBio]

Signatário/Cargo: CLÁUDIO CARRERA MARETTI/Presidente

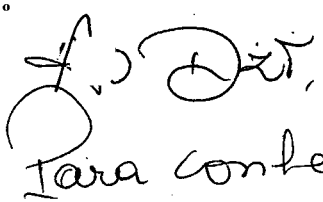
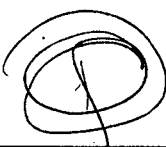
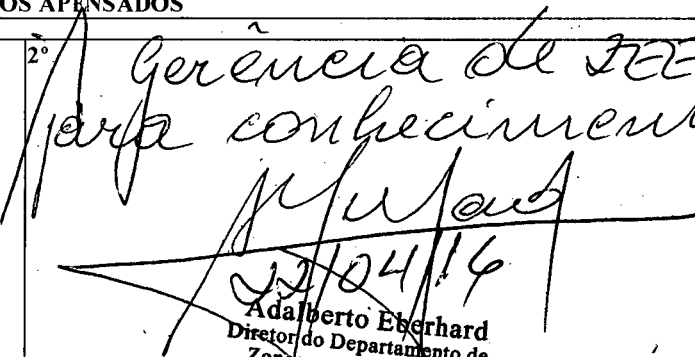
Resumo: Resposta ao Ofício Circular nº13/2015/GAB/SEDR/MMA, (Digital nº 0955215).

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

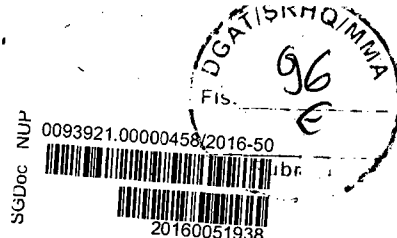
1º <i>Para conhecimento.</i>   19/04/16	2º <i>Gerência de SEE para conhecimento.</i>  22/04/16 Adalberto Eberhard Diretor do Departamento de Zonamento Territorial SEDR/MMA
3º Raimunda Helena Nahum Gomes Chefe de Gabinete Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e Sustentável	4º
5º	6º
7º	8º



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo Sudoeste
Caixa Postal nº 7993 - CEP: 70670-350 - Brasília/DF. Telefone (61) 2028-9011/9013



Ofício nº ~~289~~ 289/2016 - GABIN/PRESI/ICMBio

Brasília, 15 de Abril de 2016.

Ao Senhor

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Secretário

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Esplanada dos Ministérios, bloco B - 7º - GAB

70068-900 Brasília/DF

Assunto: **Ofício Circular nº 13/2015/GAB/SEDR/MMA (Digital nº 0955215).**

Senhor Secretário,

1. Em resposta ao Ofício acima referido, que encaminha cópia do Ofício nº 266/2015/GAB.GOV, endereçado à Sra. Ministra do Meio Ambiente, onde a Governadora do Estado de Roraima faz a solicitação de apoio técnico e financeiro para uma série de questões, mas em específico, solicita a este ICMBio, posicionamento sobre os tópicos: "Criação e Ampliação de Unidades de Conservação previstas no Decreto de Transferência de Terras da União para o Estado (Decreto nº 6.754/2009) e "Desafetação de parte da estação Ecológica (ESEC) Caracarai (Decreto nº 87.222/1982), vimos esclarecer, inicialmente, que quanto à criação e ampliação de unidades de conservação prevista no Decreto de Transferência de Terras da União para o Estado, Decreto nº 6.754/2009, o referido Decreto teve sua redação alterada pelo Decreto nº 8.586/2015.

2. Quanto às propostas citadas no Decreto, em reunião realizada na sede do Governo de Estado de Roraima, nos dias 18 e 19 de fevereiro do corrente ano, este Instituto chegou a um acordo com o Estado, em que ficaram mantidas as ampliações do Parque Nacional da Viruá e Estação Ecológica de Maracá, na sua íntegra e a recategorização da Reserva Florestal Parima. Em contrapartida, o Governo de Roraima promoveria a criação da Floresta Estadual de Jauaperi. A questão da criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi será tratada em um grupo de trabalho, entre o Governo de Roraima e este ICMBio. Informamos, ainda, que as áreas de criação de unidade de conservação na Região do Lavrado foram retiradas do Decreto na sua última redação, e a proposta da Floresta Nacional de Pirandirá não mais será discutida, pois a mesma foi resolvida com a redelimitação da Floresta Nacional de Roraima, através da Lei Federal nº 12.058, de 13/10/2009.

Ministério do Meio Ambiente
Recebido / CGGA/SEPRO

Data 18/04/2016

[Assinatura]
Rubrica

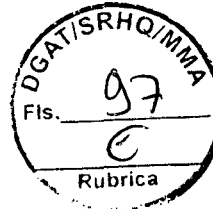
3. Em relação à desafetação da Estação Ecológica de Caracarai, informamos que apesar do Decreto nº 91.306/85, que cria a Estação Ecológica de Niquiá, propor em seu artigo 7º, a desafetação da Estação Ecológica de Caracarai, situada ao norte do paralelo 1º42'20", no processo de regularização fundiária da unidade, há o Parecer nº 028/2008/AGU/PGF/PFE – ICMBio/PROGE/COTAP, da Procuradoria Federal Especializada - IBAMA e ICMBio. O documento informa que a desafetação da Estação Ecológica Caracarai, para ser efetivada, deve ser realizada através da edição de um Projeto de Lei a ser apresentado ao Congresso Nacional.

4. Por fim, informamos que, as unidades de conservação no Estado de Roraima estão sendo tratadas em conjunto e que após a formalização do Acordo, entre o ICMBio e o Governo de Roraima, serão dados os encaminhamentos para a conclusão dos processos que couberem a este Instituto.

Atenciosamente,



CLAUDIO CARRERA MARETTI
Presidente



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(61) Telefones: 2028-1091/1092/1097

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º - GAB

70068-900 - Brasília - DF

Ofício Circular n.º **13** /2015/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 10 de julho de 2015.

A Sua Senhoria

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

EQSW 103/104, Complexo Administrativo, Bloco C, 1º Andar. Setor Sudoeste.

CEP 70.670-350 – BRASÍLIA/DF

Assunto: Encaminha documento para manifestação sobre apoio técnico e financeiro solicitado pelo Governo de Roraima

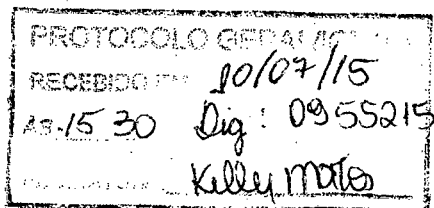
Senhor Presidente,

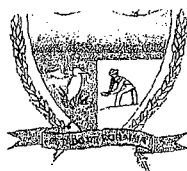
1. Encaminhamos cópia de ofício n° 266/2015/GAB.GOV, enviado à sra. Ministra do Meio Ambiente, no qual o Governo de Roraima solicita apoio técnico e financeiro para diversos tópicos.
2. Neste sentido, solicitamos a manifestação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a respeito dos tópicos “Criação e Ampliação de Unidades de Conservação previstas no Decreto de Transferência de Terras da União para o Estado (Decreto n° 6.754/2009)” e “Desafetação de parte da área da Estação Ecológica (ESEC) Caracaraí (Decreto n° 87.222/1982)”.

Atenciosamente,

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável





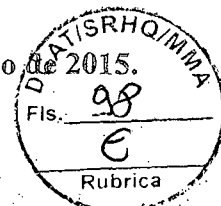
ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

MMA - Protocolo GABIN	
Nº 011604/2015	
DATA 06/05/15	RUBRICA f

OFÍCIO N.º 266/2015/GAB. GOV

Boa Vista/RR, 05 de Maio de 2015.

A Sua Excelência a Senhora
IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA
Ministra de Estado do Meio Ambiente
BRASÍLIA/DF



Do Dr. Frederico SEDN/MMA

Walter / alen. m.

Walter
6/5/2015

Senhora Ministra,

Ao assumirmos o Governo de Roraima, no início de 2015, uma das primeiras preocupações foi inteirar-nos dos desafios de grande relevância estratégica para o desenvolvimento sustentável de nosso Estado. Em estreita análise, as questões ambientais e fundiárias exsurgiram como condicionantes *sine qua non* para o crescimento de Roraima.

Identificadas as principais dificuldades, tanto de ordem instrumental como regulamentar, vimos, nesta oportunidade, solicitar especial colaboração desse Ministério, para auxiliar-nos com apoio técnico e financeiro, para juntos trabalharmos no equacionamento dos problemas a seguir apresentados:

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

É prioridade de nossa administração concluir o ZEE, haja vista que por mais de 12 anos esse processo se arrasta em nosso Estado sem qualquer solução;

A falta do ZEE tem obstaculizado o desenvolvimento do agronegócio. Bancos oficiais têm dificultado a aprovação de projetos de financiamento, além da negativa da concessão do Seguro Agrícola;

Envidamos esforços para ultimar os trabalhos de elaboração, adequação e atualização do ZEE Roraima, instrumento fundamental para a implementação de políticas sócioeconômicas e ambientais;

Estreitamos contato com a Câmara Técnica de Gestão Territorial, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas, desse Ministério, na pessoa do senhor *Bruno Siqueira Abe Saber Miguel*, Gerente do Programa ZEE Brasil, com quem já obtivemos análise preliminar do material entregue pela administração anterior.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil
CEP: 69.301-380
Fone / Fax: (95) 2121-7926 / 2121-7930



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PREVISTAS NO
DECRETO DE TRANSFERÊNCIA DE TERRAS DA UNIÃO PARA O ESTADO
(DECRETO Nº 6.754/2009)**

O Governo de Roraima apresentará propostas sobre esse tema ao Ministério do Meio Ambiente/ICMBio, visando alcançar um consenso sobre essas áreas protegidas.

Decorridos seis anos do Decreto nº 6.754/2009, os Governos passados não conseguiram firmar entendimento com o ICMBio sobre esse ponto. Hoje, em menos de quatro meses de gestão, já temos uma proposta sobre a criação e ampliação das Unidades de Conservação (UC's) referidas no Decreto, extraídas de reuniões com técnicos da unidade do ICMBio em Roraima, inclusive com previsão de apresentação na Câmara Técnica de Destinação de Terras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Roraima possui atualmente, entre Terras Indígenas 46,12% e Unidades de Conservação (Federal/Estadual/Municipal) 20,44%, perfazendo um total de 66,56% de toda sua superfície, o que representa 14.929.014ha da área total do Estado (22.430.318ha). Nesses dados não foram consideradas as áreas militares, os projetos de assentamento agrícolas do Governo Federal e nem as áreas a serem propostas para a criação e ampliação das UC's.

**DESAFETAÇÃO DE PARTE DA ÁREA DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC)
CARACARAÍ (DECRETO Nº 87.222/1982)**

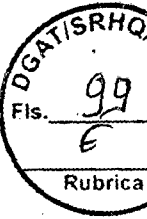
Considerando o Decreto nº 91.306/1985, que criou a Estação Ecológica - ESEC Niquiá e tendo em vista que o artigo 7º define uma nova área (poligonal) para a ESEC Caracarái, o MMA, através do ICMBio deve providenciar a desafetação da área liberada (ainda bloqueada), que importa em aproximadamente 66 mil hectares, para que seja inserida na área produtiva do Estado de Roraima.

**APOIO ATRAVÉS DO PROGRAMA ARPA PARA IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO
DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC'S) ESTADUAIS**

O Governo do Estado está transformando a Área de Proteção Estadual - **APA Baixo Rio Branco** em três Unidades de Conservação tipo Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e um Parque Estadual. Necessitamos de apoio financeiro para o desenvolvimento dessas UC's Estaduais, priorizando no Programa ARPA os projetos apresentados pelo Estado, através do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACTI.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil
CEP: 69.301-380
Fone / Fax: (95) 2121-7926 / 2121-7930





ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO RIO BRANCO

A região do Baixo Rio Branco, distante da Capital Boa Vista, engloba a APA Estadual Baixo Rio Branco e APA Municipal Xeruni. Essa importante região encontra-se totalmente desassistida pelos Poderes Federal, Estadual e Municipal. Nosso governo está trabalhando na implementação de um Programa que gere alternativas sustentáveis de renda, com foco na melhoria das condições de subsistência das comunidades ribeirinhas, na estruturação dos sistemas de educação e saúde e no desenvolvimento do turismo.

ASSENTO NO COMITÊ FLORESTAL BRASILEIRO

Tendo em vista que Roraima é o único Estado da Amazônia Legal que não tem representatividade no Comitê Florestal Brasileiro, solicitamos a inclusão do Estado de Roraima, através do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação – IACTI, que tem como uma de suas atribuições a gestão florestal no Estado de Roraima.

Feitas estas considerações, confirmamos a reunião com técnicos do MMA e Embrapa (CPATU/Belém e CNPTIA/Campinas), sugerida pelo Sr. Bruno Miguel para os dias 26 e 27/05, a fim de que, com a maior brevidade possível, analisemos os estudos e projetos do ZEE Roraima, os termos do Acordo de Cooperação Técnica e juntos estabeleçamos uma agenda de trabalho. Aceitamos também o apoio do Consórcio ZEE Brasil, ofertada por seus representantes em reunião com esse Ministério.

Precisamos de apoio técnico e financeiro para a conclusão do ZEE Roraima, em especial para a contratação de uma empresa pública com *expertise* em Zoneamento Ecológico Econômico.

Contamos com sua atenção para o sucesso das questões apresentadas, ao tempo que agradecemos antecipadamente e colocamos a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN à disposição para eventuais esclarecimentos (telefone 95-3623-1909 / e-mail: alexandre.henklain@hotmail.com; seplanrr@outlook.com).

Respeitosamente,

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil
CEP: 69.301-380
Fone / Fax: (95) 2121-7926 / 2121-7930



MMA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO



Processo nº 02000.001259/2015-98

Interessado: SEPLAN e IACTI de Roraima

- Aos 4 dias do mês de julho de 2017, procedemos o encerramento deste Volume nº _____ do Processo nº 02000.001259/2015-98 contendo 100 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio de Almeida Abreu, Analista Ambiental**, em 04/07/2017, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0000977** e o código CRC **0B037DAF**.

Referência: Processo nº 02000.001259/2015-98

SEI nº 0000977

Criado por 09109406735, versão 2 por 09109406735 em 04/07/2017 15:49:22.

0000977